



Ptolomeu de Assis Brasil

BATALHA DE CAIBOATÉ

EPISÓDIO CULMINANTE
DA GUERRA DAS MISSÕES

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

63

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO SENADO FEDERAL

Batalha de Caiboaté, de Ptolomeu de Assis Brasil. Sepé foi o índio guarani que comandou os indígenas dos Sete Povos das Missões contra o exército binacional (Portugal e Espanha), cujo contingente era de 3.700 soldados. Pelo Tratado de Madri, Portugal cedia a colônia de Sacramento à Espanha e ficava com as terras conhecidas como os Sete Povos das Missões, comandadas pelos jesuítas que se opuseram ao tratado. Era a época do Marquês de Pombal e sua aversão aos jesuítas. O autor faz a descrição dos antecedentes jurídicos e históricos, a vida cotidiana nas Missões, apontando o grau de sociedade comunitária e o progresso alcançado, até culminar com a chacina. Morreram do lado dos ibéricos apenas 3 soldados, enquanto, em uma hora e dez minutos, foram massacrados 1.300 índios. O autor, o general Ptolomeu de Assis Brasil, foi interventor no governo de Getúlio Vargas no Estado de Santa Catarina. Estudou o caso como historiador e militar. O general munuiu-se de trena, mediu trechos a pé, confrontou informações obtidas no diário do comandante luso, tudo para ser o mais fidedigno possível e realizar a obra mostrando a grandeza do índio José Tiaraju, o Sepé.

EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL

A Casa de Cunhaú, de Luís da Câmara Cascudo, traça a genealogia da família Albuquerque Maranhão e sua importância na formação do Rio Grande do Norte. A história da família no estado centra-se na casa-grande do engenho Cunhaú, localizado no atual município de Canguaretama. Há informação de que o engenho já estava em funcionamento no ano de 1614. Foi fundado pelo pernambucano Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque Maranhão. Filho de Jerônimo de Albuquerque, primeiro senhor de engenho de Pernambuco, e sobrinho do donatário Duarte Coelho, Jerônimo adotou o sobrenome Maranhão depois de vencer e expulsar os franceses daquela capitania do Norte do Brasil. Ele foi, também, um dos heróis da guerra contra os caetés, pacificou os potiguares e fundou o Forte dos Reis Magos, em Natal. Apresentação do senador Garibaldi Alves Filho e prefácio do historiador Paulo Fernando de Albuquerque Maranhão.

Batalha de Caiboaté

SENADO FEDERAL

Mesa

Biênio 2023/2024

Senador Rodrigo Pacheco

PRESIDENTE

Senador Veneziano Vital do Rêgo

1º VICE-PRESIDENTE

Senador Rodrigo Cunha

2º VICE-PRESIDENTE

Senador Rogério Carvalho

1º SECRETÁRIO

Senador Weverton

2º SECRETÁRIO

Senador Chico Rodrigues

3º SECRETÁRIO

Senador Styvenson Valentim

4º SECRETÁRIO

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

Senadora Mara Gabrilli

Senador Dr. Hiran

Senadora Ivete da Silveira

Senador Mecias de Jesus

CONSELHO EDITORIAL

Senador Randolfe Rodrigues

PRESIDENTE

Esther Bemerguy de Albuquerque

VICE-PRESIDENTE

CONSELHEIROS

Alcinéa Cavalcante

Aldrin Moura de Figueiredo

Ana Luísa Escorel de Moraes

Ana Maria Martins Machado

Carlos Ricardo Cachiollo

Cid de Queiroz Benjamin

Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

Eduardo Bueno

Elisa Lucinda dos Campos Gomes

Fabício Ferrão Araújo

Heloisa Starling

Ilana Feldman Marzochi

Ilana Trombka

João Batista Gomes Filho

Ladislau Dowbor

Márcia Abrahão Moura

Rita Gomes do Nascimento

Toni Carlos Pereira

Ptolomeu de Assis Brasil

Batalha de Caiboatê

Episódio Culminante da Guerra das Missões

Edições do Senado Federal

vol. 63

2ª edição

Brasília, 2023

SENADO FEDERAL



EDIÇÕES DO
SENADO FEDERAL
VOL. 63

O Conselho Editorial do Senado Federal, criado pela Mesa Diretora em 31 de janeiro de 1997, buscará editar, sempre, obras de valor histórico e cultural e de importância para a compreensão da história política, econômica e social do Brasil e reflexão sobre os destinos do país e também obras da história mundial.

Organização e Revisão: Cristiano Ferreira e SEGRAF

Editoração eletrônica: SEGRAF

Ilustração de capa: SEGRAF

Projeto gráfico: Eduardo Franco

© Senado Federal, 2023

Congresso Nacional

Praça dos Três Poderes s/nº

CEP 70165-900 — DF

cedit@senado.leg.br

<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/conselho-editorial-1>

Todos os direitos reservados

Brasil, Ptolomeu de Assis, 1878-1935.

Batalha de Caiboaté : episódio culminante da guerra das missões /
Ptolomeu de Assis Brasil. — 2. ed. — Brasília : Senado Federal, 2023.

131 p. — (Edições do Senado Federal ; v. 63)

ISBN: 978-65-5676-417-7

1. Batalha, São Gabriel (RS), 1756. 2. Reduções jesuíticas (1754-1756).
3. Período Colonial (1715-1822). I. Título. II. Série.

CDD 981.03

Ficha catalográfica preparada por Cláudia Coimbra Diniz CRB-1 1179

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
SEPÉ: 250 ANOS DE HEROÍSMO	
<i>Senador Paulo Paim</i>	
PROÊMIO	11
PARTILHA ABSURDA	13
Fundação da Colônia do Sacramento	17
Um século de lutas	18
Instruções do Padre Cristobal Altamirano	18
<i>Pro rata</i> dos contingentes	20
Primeiro ataque a Sacramento	22
NOVOS ATAQUES	27
Frustrânea posse de Montevidéu	28
NOVO SÍTIO	31
Fundação do Rio Grande	32
Tratado de Madri	32
Fundação das reduções – civilização jesuítica aplicada aos índios	37
Os sete povos das missões	45
Justo protesto	52
Os comissários	53
Trabalhos preparatórios	54
Começa a demarcação	56
A transmigração e a rebelião dos missioneiros	57
Rompimento de hostilidades	64
Primeiro ataque ao forte do rio Pardo	65
Segundo ataque ao forte	66
Primeira campanha dos exércitos coloniais	70
Caaigape	75

A retirada	76
Nicolau Ñeenguiru	79
Segunda campanha – novos planos	83
O encontro dos exércitos – campo das mercês	86
MARCHA PARA O NORTE	89
O roteiro da marcha	90
AS TROPAS TRANSPÕEM O VACACAÍ	95
SÍTIO ONDE TOMBOU SEPÉ	107
O INIMIGO CONTINUA O RECUO	109
A batalha	113
Materialização do campo da batalha	119
Rumo à serra	121
A subida: picadas existentes	123
Ocupação dos povos	126
Volta tudo ao estado primitivo	126
A colônia novamente atacada – Tratado de Paris	128
Tratado de Santo Ildefonso – conclusão	130

PREFÁCIO

SEPÉ: 250 ANOS DE HEROÍSMO

Senador Paulo Paim

Estamos diante de um livro que analisa e aprofunda uma face guerreira e patriótica da nossa História, poucas vezes vista sob um ângulo não somente histórico como também militar. O general Ptolomeu de Assis Brasil arriscou-se a traçar os caminhos do herói guarani Sepé que morreu frente a um exército colonial binacional. O volume é fruto de uma pesquisa bibliográfica precisa sobre o tema, aliada a uma rigorosa investigação de campo.

O bravo guerreiro Sepé não entendia de políticas externas e acordos internacionais, apenas desejava preservar sua terra contra aqueles a quem via como inimigos de seu povo. A resistência heroica de Sepé não compreendia que o Tratado de Madri, assinado em 1750, pelos reis de Portugal e Espanha, dava ao primeiro os Sete Povos das Missões e ao segundo a Colônia de Sacramento. Vivíamos a época pombalina e a expulsão dos padres jesuítas do Brasil. Os padres jesuítas que criaram as colônias agrícolas açularam os índios que viviam em regime comunitário.

Foram enviados exércitos dos dois países para acabar com a rebelião. Sepé comandou bravamente seu povo, mas não pôde resistir ao enfrentamento com 3.700 soldados portugueses e espanhóis. Morreu

em 7 de fevereiro de 1756, no combate na Sanga da Bica, onde hoje é a cidade de São Gabriel. Três dias depois, as tropas coloniais dizimaram em uma hora e dez minutos a cifra extraordinária de cerca de 1.300 indígenas, enquanto do lado português e espanhol as baixas chegaram ao irrisório número de três mortos, segundo o relatório oficial, ou de quatro soldados, na versão de Rio Branco.

Os índios sobreviventes abandonaram as missões, incendiando-as antes de fugir. Deixavam para trás uma vida comunitária que ainda é tema de debates acadêmicos, mas sempre nos faz refletir sobre a pujança de uma vida igualitária e coletiva, uma experiência poucas vezes desenvolvida na História do Brasil.

Em 2006, decorrerão 250 anos da morte de José Tiaraju, o Sepé. Visto pelo povo como santo; outros o veneram como herói. Sepé, apesar do não reconhecimento oficial, é nome de escolas e ruas em vários municípios do Rio Grande do Sul.

O general Ptolomeu de Assis Brasil, que participou da Revolução de 30 e foi interventor de Getúlio Vargas no Estado de Santa Catarina, não chegou a presenciar sua obra vir a lume, morrendo no mesmo ano de 1935, antes da publicação dela. Fruto da pesquisa apurada de quem traz em sua biografia o passado de bacharel em matemática e ciências físicas, este pequeno volume é resultado do mesmo rigor utilizado pelo historiador para inventariar a guerra guaranítica. O general munuiu-se até mesmo de trenas, mediu trechos a pé, confrontando as informações obtidas no diário do comandante luso com sua experiência *in loco*, a fim de ser o mais fiel possível na sua análise e apresentação do local da batalha.

O autor faz a descrição dos antecedentes jurídicos e históricos do caso, que culminou na batalha – a rigor um massacre –, assim como do cotidiano e organização social dos Sete Povos das Missões, mostrando seu desenvolvimento, sua cultura, vida comum e progresso do ponto de vista utilitário. Fruto também de uma política sistemática de perseguição dos jesuítas, expulsos do Brasil, por influência do Marquês de Pombal, as missões foram vistas inicialmente como inimigas ao projeto de nação brasileira, ao ponto de Basílio da Gama, o poeta de *O Uraguai*, ter

enaltecido Gomes Freire de Andrade e condenado o incitamento que os jesuítas fizeram a que os índios defendessem suas terras.

Mas ali havia mais do que terras em disputa, havia um projeto social em andamento. Escreve o general Ptolomeu de Assis Brasil: “O mal maior atribuído à instituição era o comunismo que prolongou a infância dos indígenas e o isolamento da civilização.” E cita: “Contudo”, ajunta o historiador Francisco Bauzá, “as ideias de independência, seu valor de luta, a condição sofrida do seu temperamento e a altivez do seu caráter ante a opressão, que parecem ter por causa não só a predisposição individual, senão também a influência da terra e dos ventos tônicos do Oceano e do Prata, se transmitiu com bastante força às nossas populações rurais, até o ponto de formar uma raça original cuja fisionomia própria se acentua com o tempo.”

Reeditar obra tão fundamental para o conhecimento da batalha de Caiboaté, com seus antecedentes, descrições e consequências, no momento em que se reverencia a bravura do indígena, sua defesa da terra, representa homenagear Sepé e também celebrar o comprometimento do homem brasileiro com uma nova civilização que ali nos Sete Povos das Missões era engendrada, a promessa de uma vida mais generosa e de uma comunidade societária.

O Conselho Editorial do Senado Federal, ao publicar este livro em sua coleção de obras sobre a História brasileira, honra a memória dos povos indígenas, as origens de peleja do povo gaúcho, reafirma a glória e “oficializa” esse herói popular em sua brava luta em defesa de ideias e solo pátrio. Morto há 250 anos, Sepé continua mais vivo e representativo do que nunca.

PROÊMIO

Desde a infância, quadra da vida em que a imaginação revela obstinadamente exaltação fantasista e natural curiosidade, minha incipiente admiração pelos sucessos históricos da portentosa terra rio-grandense alçou-me a estudá-los com o merecido carinho.

Bem próximo do rincão em que fui criado e tenho vivido grande parte da minha existência, há uma coxilha denominada Caiboaté, onde se travou sangrenta pugna em fevereiro de 1756.

Cada vez que eu lançava, outrora, olhares perscrutadores na direção desse sítio em que sucumbiram ingloriamente centenares de despercebidos íncolas dos sete povos das Missões, prometia-me, a mim mesmo, sob nostálgica emoção, perquirir um dia as causas e o desenlace do triste e cruento recontro.

Foi nesse estado d'alma que recebi dos meus ilustres conterrâneos drs. João Borges Fortes e Jônatas Rego Monteiro, ornamentos do exército, interessantes apontamentos pertinentes a essa época, e a sugestão do primeiro para que – como me vira praticar em 1912 localizando completamente o campo da ação do “Ituzaingo” – fizesse agora ressurgir o da não menos notável, e certamente mais cruenta, impropriamente denominada batalha de Caiboaté.

Hoje, cumprido aquele anelo, resolvi publicar algumas observações à margem da reconstituição dessa batalha, fixando-lhe a situação derelita e procurando limitar quanto me foi possível a região, senão estabelecer o local em que “faleceu desta vida” o famoso guarani José Tiaraju – o Sepé.

Para lograr o meu objetivo no tocante a esses dois acontecimentos, amparado em documentos da época, empreendi pacientes estudos históricos e topográficos a que aliei o perfeito conhecimento que tenho do teatro das operações militares realizadas então. Fui levado, para concatenar o assunto, a fazer arrancar as minhas investigações e razoá-

veis deduções, dos fatos antecedentes e consequentes mais ou menos aproximados, de que elas surtiram ou que demandaram.

Assim, e sem presunção de originalidade, limitei-me, neste ensaio, mais trabalhoso do que longo, a compilar matéria pachorrenta e sabiamente versada por consagrados historiadores, neles apoiando-me para, em pós, alinhar alguns argumentos lógicos; com que justifico e firmo certas conclusões nem sempre coincidentes com o que se lê alhures.

PARTILHA ABSURDA

As famosas grandes descobertas marítimas dos portugueses, entre as quais destaca-se a destas plagas do Novo Mundo, foram de tal vulto que não lhes permitiram as circunstâncias apossarem-se eles imediatamente de tão vastas, intérminas regiões. Mesmo depois da divisão das capitânias ao longo da brasílea costa marítima, a sua parte meridional, é de notar, não foi partilhada declaradamente, embora intenções expressas.

“No tempo dessas grandes descobertas era incontrastável a supremacia da Igreja. O Papa decidia em última instância as questões temporais. A política obedecia ao controle do Vaticano.

“A disputa na posse dos territórios descobertos por Colombo e outros navegantes ao serviço da Espanha, de que se não desinteressavam os portugueses do tempo de D. João II, levou aquela nação a enviar uma embaixada ao Sumo Pontífice, Alexandre VI, para que lhe assinasse tal posse.

“Eis donde resultou a bula de 3 de maio de 1493, da qual constava que o Papa ‘por empenho próprio e sem estímulo de ninguém, pela plenitude de seu poder apostólico’ concedia à Coroa da Espanha todos os países descobertos por Colombo, ameaçando de excomunhão quem a infringisse.

“Para impedir qualquer conflito entre Portugal e Espanha, saiu segundo decreto de 4 de maio, dividindo o domínio das duas nações por meio de uma linha de demarcação tal que a Terra ficou dividida em duas metades. A do ocidente ficaria para a Espanha que nela podia fazer os descobrimentos que entendesse; a do oriente com Portugal, com iguais direitos. A primeira linha demarcadora figurou-se traçada do polo sul, a 100 léguas a oeste do arquipélago dos Açores e do cabo das ilhas Verdes.

“Mas, julgando-se Portugal prejudicado, conseguiu fosse firmado em 7 de junho de 1494 o Tratado de Tordesilhas, pelo qual lhe foi concedida a liberdade de demarcação se prolongasse 270 léguas mais para o ocidente.

“A estas duas metades da Terra foram então dados os nomes de Índias Ocidentais e Orientais, que conservam ainda em nossos dias.” (R. Cronau, *América*, pág. 303)

Nesse tratado, aprovado em 1506 pelo Papa Júlio II, a linha divisória a 370 léguas do arquipélago do Cabo Verde, sem determinação da ilha que serviria de partida para a contagem, sem especificar extensão da légua, seria impossível firmar o meridiano de demarcação, “espécie de linha oscilante”, diz Tasso Fragoso, “que os contendores ambiciosos ora deslocavam para leste, ora para oeste, ao sabor de seus interesses momentâneos”.

“No ano 1513 uma armada de dois navios estendeu muito o horizonte geográfico pela zona temperada.

“Devassou, segundo um contemporâneo, 600 a 700 léguas de terras novas; encontrou, na boca de um caudaloso rio, diversos objetos metálicos; teve notícias de serras nevadas ao ocidente; julgou ter achado um estreito e o extremo meridional do continente. O capitão, talvez João de Lisboa, levou para o reino um machado de prata, e este nome, apegado ao soberbo rio, ainda hoje proclama a primazia dos portugueses ao sul, como o das Amazonas perpetua a passagem dos espanhóis ao norte.” (Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*)

“O machado de metal levado em 1514, as expedições de Solis, Cristóvão Jaques, Cabot e Garcia, deram importância às terras platinas, e levantaram a questão de limites em continente americano.

“Com a união das duas coroas (1580-1640) decresceu a importância dos limites meridionais...

“No sul, o movimento de ocupação se operou com muita lentidão por parte de Portugal, acompanhando o litoral do Paraná e Santa Catarina, e continuou do mesmo modo ainda depois de 1640. Por sua parte os espanhóis não curavam de ocupar a margem esquerda do Prata, descuido verdadeiramente inexplicável, se não duvidavam dos seus direitos, a menos que se não explique pela certeza de sua intangibilidade.” (Capistrano de Abreu, *ob. cit.*, pág. 198)

Em carta de 28 de setembro de 1532, escrevia el-rei a Martim Afonso: “...determinei de mandar demarcar de Pernambuco até o rio da Prata, 50 léguas de costa a cada capitania...” (Varnhagen, 1º vol., pág. 132)

“Tacitamente firmou-se o limite na costa da Santa Catarina ao sul, e na costa do Maranhão ao norte. A testada litorânea agora dividida estendia-se por 735 léguas.

“No plano primitivo a demarcação devia ir de Pernambuco ao rio da Prata, meta de que afinal ficou cerca de 12 graus afastada; nele não entrava a costa de leste-oeste que, entretanto, foi demarcada. Para a última decisão é possível influíssem as notícias de Diogo Leite, incumbido de explorar aquela zona. Só por considerações internacionais se poderia explicar a fixação tácita dos limites do Brasil em $28^{\circ} \frac{1}{3}$.

“O rio da Prata fora descoberta portuguesa; mas os espanhóis já aí tinham estado bastante tempo, derramado sangue e arriscado empresas, e a eles competia por todos os direitos, a começar pelo Tratado de Tordesilhas.” (Capistrano de Abreu, *ob. cit.*)

Em 1674 foram doadas duas capitanias ao visconde Asseca e João Correia de Sá, seu irmão, a que mais tarde o rei acrescentou 30 léguas *até a boca do rio da Prata*. (Capistrano de Abreu, *Colônia do Sacramento*, pág. 26)

“Depois de assinada a paz que reconheceu a sua independência, o monarca de Portugal entregou uma capitania a um dos netos de Salvador Correia, balizando-a pelo estuário platino.” (Capistrano de Abreu)

As doações feitas pelo príncipe a esses dois irmãos (as últimas capitanias concedidas a donatários particulares), segundo Porto Seguro, o foram no rio Paraíba e não no da Prata.

Ao mesmo passo os espanhóis, também audazes descobridores, já de posse da parte ocidental do rio da Prata e do Paraguai, estendiam a conquista às terras desta opulenta zona, em cujos remansos haviam estabelecido uma civilização singular, orientada pela Companhia de Jesus. Efetivamente, a partir de 1610, jesuítas espanhóis partidos de Assunción começaram a missionar na margem oriental do Paraná. Fundaram primeiramente as reduções de Loreto e San Inacio Mini, no Paranapanema e, sem perder tempo, mais onze reduções do Tibagi, no Ivaí, no Corumbataí, no Iguaçu. “Transpuseram o Uruguai, assentaram outras dez entre o Ijuí e o Ibicuí, outras seis na serra dos tapes, e diversos tributários da lagoa dos Patos. De San Cristobal a Jesús María, no Rio Pardo, poucas léguas os separavam agora do mar.” (Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, pág. 114)

Estas 16 fundações foram tomadas e destruídas, de 1630 a 1638, pelos paulistas dirigidos por Antônio Raposo Tavares, algumas depois de pugnaz resistência, retirando-se os missionários com os índios salvos para a banda ocidental do Uruguai onde fundaram logo outras com os nomes das arrasadas.

Entretanto, os espanhóis tinham dificuldades quase insanáveis para conservar mesmo as fundações já conquistadas, além de que outros objetivos materiais mais urgentes, distraíndo-lhes a atenção e os recursos, não lhes permitiram, até os fins do século XVII, refletir sobre as vantagens de se estabelecerem na margem meridional do rio da Prata, muito embora porfiassem ambiciosamente, como os portugueses, em dilatar as terras descobertas e não ocupadas, para expansão dos respectivos domínios.

O que praticamente se verificava era a disputa secular e cruenta entre as duas nações peninsulares, pretextando ambas apoiarem-se no mal-fadado Tratado de Tordesilhas. Ninguém, contudo, imaginaria, quando ele foi assinado, a descoberta do nosso opulento continente.

Entretanto, em 1457, “o monge Mauro, no convento da ilha de São Miguel, construiu o planisfério em que há adivinhação de terras ainda não descobertas”. (Juan Téran, *El descubrimiento de América*)

Em 1661 a Câmara Municipal do Rio de Janeiro enviou uma exposição à metrópole, demonstrando a conveniência de uma posse definitiva que marcasse o limite do extremo sul do Brasil. Reconhecendo o alcance dessa sugestão, o príncipe regente D. Pedro II nomeou a D. Manuel Lobo para exercer o cargo de governador da capitania do Rio de Janeiro. Logo que tivesse tudo preparado, conforme instruções expressas que recebeu, viajando para aqueles páramos, cumpria-lhe apossar-se da ilha de S. Gabriel, sítio mais conveniente, mais seguro e de maior consideração, onde levantaria uma fortificação; e mais adiante, rio acima, em um outro de melhor fundo surgidouro, com água, lenha, saudável e de fácil desembarque, abrigado de intempéries, construiria, em terra firme, fortaleza abrangendo o melhor sítio defensável e com as qualidades requeridas para que ao forte da ilha desse a mão. (Arquivo de la Nación Argentina – *Campaña del Brasil* – Tomo I – págs. 66 e 67)

FUNDAÇÃO DA COLÔNIA DO SACRAMENTO

A 22 de janeiro do ano de 1680 fundeou e desembarcou numa enseada próxima à ilha de S. Gabriel, Manuel Lobo, conduzindo 250 homens, paulistas e fluminenses, algumas famílias e pouca artilharia. O local escolhido para fundar a colônia, defronte e a oito léguas da povoação espanhola de Buenos Aires, representava o monopólio da navegação nos rios Uruguai e Paraná; era, portanto, incalculável o seu valor político e comercial.

Dele não se avista a margem oposta do rio da Prata. Já notara Saint-Hilaire, que a situação da Colônia tem frisante semelhança com a de Montevidéu. Como esta, foi construída na extremidade de uma península estreita, baixa e desigual que avança no rio de leste a oeste. A face norte desta península é limitada por uma baía (muito menor que a de Montevidéu), formando um excelente porto.

F. Bauzá, citando Solano Constâncio, *História do Brasil*, e Funes, *Ensaio*, diz que os portugueses, revidando reclamações de Garro, responderam estar dentro do seu direito, pois ocupavam terras baldias que lhes pertenciam conforme testemunhava um mapa apresentado, forjado em Lisboa com data de 1678 por João Teixeira Albernaz, a fim de estender os limites portugueses na América, desde a embocadura do Prata até Tucumán, compreendendo 300 léguas de costa.

* * *

Ante o interesse da Espanha, era a Colônia um grande travo comercial, considerada chave de contrabando e comércio ilícito, que já ocasionara a ruína do Peru. A região a leste do Uruguai não passava de uma grande estância para Buenos Aires, povoada de gados de várias espécies.

“Porém, decididos os portugueses a aproveitar para si a riqueza dessa estância, se instalam, por fim, na Colônia, e empreendem a ‘coreação’ em grande escala, comerciando livremente com ingleses e holandeses atraídos ao novo mercado desta América fechada pelo monopólio espanhol.”

(...)

“Basta al interés del gobierno de Buenos Aires, arrojar de este paiz a los portugueses, reservando-se para si la explotación de su ganadería.” (Alberto Zum Felde, *Proc. H. del Uruguay*)

UM SÉCULO DE LUTAS

Não julgo despropositado para unidade e coordenação deste ensaio, elucidar em rápido esboço os sanguinolentos sucessos a propósito provocados pela inveja castelhana, e a ousadia portuguesa.

Logo que o governador de Buenos Aires, José de Garro y Astola, foi informado da fundação dos portugueses, pensou em destruí-la, e tratou, sem demora, de aprestar tropas cujo efetivo atingiu dentro de poucos meses 3.330 homens, sendo quase a totalidade, isto é, 3.050, guaranis das Missões jesuíticas. Acamparam à vista da Colônia desde 15 de julho. Assumiu o respectivo comando o mestre-de-campo (coronel) D. Antonio de Vera Muxica.

O padre Cristobal Altamirano, superior provincial, para atender ao auxílio de recursos solicitado de Buenos Aires por Garro, nessa ocasião, escreveu de Candelária uma carta circular aos missionários do Paraná e Uruguay, em 28 de fevereiro de 1680, cuja reprodução neste trabalho se impõe como contribuição ao estudo e julgamento da ação dos padres da Companhia, no tocante ao modo de instruírem os índios das reduções e à organização e preparo militar que precedia as mobilizações e lutas em que tomaram parte tantas vezes.

INSTRUÇÕES DO PADRE CRISTOBAL ALTAMIRANO

“Aos padres missionários das reduções do Paraná e Uruguay.

“Padres missionários: Embora me pese muito o dar a V. R. este trabalho não é entretanto possível o escusá-lo pelas razões que a cada um de V. R. se lhe ofereçam de obrigação e conveniência a nós outros e a nossos filhos por vassallos tão favorecidos do rei nosso senhor, e pela quietitude que desejamos manter em nossas doutrinas, da qual não gozaríamos se

nas presentes circunstâncias em que as cidades de Buenos Aires, Santa Fé e Corrientes estão prevenindo-se para a guerra, não cooperarmos para ela, quando o sr. Governador pretende fazê-la ao comum inimigo português, desalojando-o das paragens em que está fundado, que é a ilha de S. Gabriel, 6 ou 7 léguas distante do porto. Nela tem, segundo me escreve o sr. governador e o padre Orduña, cinco navios, um dos quais se colocou à vista de Buenos Aires donde fez onze disparos de peça de artilharia voltando em seguida para o seu sítio em terra firme e em umas barrancas altas que estão em frente das ditas ilhas têm já dois galpões grandes, feitos com barracas, com quatro capitánias de soldados que por mandado de seu rei vieram povoar-se no dito sítio. Sendo o cabo de todos eles, D. Manuel Lobo. Estas notícias trouxe o capitão João Mateo de Arregui que com outros foi em um barco reconhecer os navios, e tendo saltado em terra em dois cavalos que levaram – acharam a breve distância dos navios, um português que pescava e uma índia com seu filho, que estava lavando, e estes referiram o que eu disse. Nem satisfaríamos a obrigação de leais vassallos de S. M. se negássemos nossa indústria e nossos índios a esta empresa que é mandada por um de seus ministros, o qual nos acudiu com as armas e munições que V. R. sabem, e tem sua vontade muito inclinada a ajudar-nos e honrar a nossos filhos, pelo que mui encarecidamente rogo a V. R. ponham o ombro para executar tudo o que neste papel direi, sem dar lugar a escusas nem réplicas, que em caso de guerra nem se têm por convenientes, e retardariam, se se desse lugar a elas, a pontualidade que é mui necessária e a obediência dos que dispõem e mandam a guerra.

“Para o bom acerto dela pede o sr. governador três mil índios destas doutrinas, todos armados, a metade a cavalo e a metade a pé e estes se hão de enviar com toda a pontualidade. Ponha-se o visto ordinário em cada doutrina, o dia e hora em que entra e sai este meu bilhete, e volte logo às minhas mãos. Não preciso encarecer a V. R. obediência, sujeição e humildade com que os filhos de V. R. se hão de portar com todos os oficiais de guerra, assim espanhóis como índios, e mui especialmente com os padres que os hão de levar a seu cargo para ajudá-los em tudo, porque V. R. sabem muito bem quanto isto é necessário para o bom êxito da empresa. Depois nomearei dois coronéis, um para os índios do Paraná

e outro para os do Uruguai. Suspendam-se as mudanças dos confessores até que se haja dado inteiro cumprimento a este meu bilhete e se hajam despachado todos os soldados, que avisarei com tempo a todas V. R., a quem guarde N. Senhor como o suplico, em cujos santos sacrifícios e orações me encomendo. Candelária, 28 de fevereiro de 1680. Servo de V. R. Cristobal Altamirano. ”

PRO RATA DOS CONTINGENTES

“Os que tocam a cada povo, segundo a *pro rata* que se fez de suas famílias, é como segue: Itapuã, 190; Candelária, 200; Santana, 85; Santo Inácio, 150; Loreto, 155; Corpus, 60; São Carlos, 235; São José, 90; São Miguel, 235; Mártires, 80; Santa Maria, 235; São Xavier, 160; Concepción, 275; São Nicolau, 275; Santo Tomé, 275; Assunção, 150; Reis, 150. Com a advertência de que todos os ditos índios tão bem armados quanto puderem, com as armas que usam, a saber:

“Os cavaleiros: lanças, adagas, macanas, capacetes e esporas; os infantes: flechas, arcos, pedras, macanas, facões e escudos. Os flecheiros levarão cada um deles dois arcos, quatro cordas, trinta flechas. Os pedreiros, que desejo sejam o maior número e em que cada cento hajam cinquenta, terão pelo menos trinta pedras, uma dúzia de fundas e uma macana e faca. De cada um dos povos sairão seis desjarretadeiras, trinta cunhas e outros tantos facões. De cada cem índios far-se-á uma companhia a pé com o seu capitão, alferes, dois sargentos, caixa de guerra com sua bandeira, que poderá ser de pano pintado ou do que tiverem. Das companhias a cavalo constarão de cada uma cinquenta soldados com seu capitão e tenente, estandarte, clarim, chirimia ou corneta.

“Todos os oficiais de guerra levarão suas insígnias: ginetas, os capitães; venábulos, os alferes; alabardas, os sargentos. Os capitães a cavalo, suas machadinhas, e para a marcha, lanças; os tenentes a cavalo, espada ou alfanje desembainhado. Todos os índios levarão seus píngolos ou pífanos ou flautas com que se animem na guerra. Em cada doutrina escolham-se 16 índios, os melhores que houver, que manejem os arcabuzes enviados de Buenos Aires, os quais lhes serão entregues em São Tomé,

com pólvora e balas. Idem cada um levará oito varas de corda, frasco para a pólvora e bolsa para as balas. Cada povo dará suas bolsas de palas e esteiras e muita comida para os índios, em milho e trigo tostado feito farinha, e em grãos também, e feijões, e um bom saco de biscoito para os doentes. Cada povo dará a erva necessária para os seus índios, à razão de doze arrobas para cada cem índios, e esta acomodada em bolsas próprias para levá-la nas cavalgaduras, as quais, como todas as demais de carga, terão suas cangalhas ou bastos para que não se firam. Idem se leve de cada povo o tabaco que se puder. Assinalem-se enfermeiros em cada redução, que cuidem dos doentes e levem as medicinas ordinárias, como sejam lavativas, ventosas, lancetas, panos para ataduras e vendas, sal, facas para cauterizar, enxofre, alhos, pedra-de-são-paulo, mel de abelhas, uma dúzia de padiolas, pelo menos, para os doentes. Para cada um dos soldados a cavalo serão destinadas três cavalgaduras, uma mula e dois cavalos. Escolham-se cavaleiros que cuidem de suas próprias cavalgaduras marcadas com a marca do povo; com o mesmo ferro se assinalarão os sacos de comida que tiverem de ir, e fora disso se porá o nome dos povos donde saem. Todos os padres-curas alistarão, logo que recebam este, os soldados que lhes tocam e me enviarão logo a relação dos nomes deles, firmada pelo padre, para que eu a entregue ao padre que terá de cuidar de todos os índios; no começo da relação porão o nome dos cabos que tenham elegido. Antes que os índios saiam de seus povos hão de confessar e comungar, para cumprir com a Igreja e ir bem-dispostos para qualquer acontecimento, do que se me dará aviso especial. Esteja tudo prevenido para o dia 11 de março, que é o primeiro domingo da quaresma, o qual se visitará com exação pelo objeto ou objetos que se assinalar, e eu hei de ver em São Tomé e em Japeju toda a gente e todo o seu avio. Para que não se esqueçam V. R. do que tenho escrito, mandarão fazer um traslado desse documento”. (Extraída do Arquivo das Índias, Audiência de Charcas, estante 76. Campaña del Brasil)

Daí se infere como tais apercebimentos teriam influído incisivamente, mais tarde, na guerra guaraníca, de que ora tratamos.

Já Montoya conseguira “licença para aparelhar os índios com armas de fogo, e adestrá-los na arte militar”.

PRIMEIRO ATAQUE A SACRAMENTO

A 6 de agosto achava-se a praça metida num círculo de ferro e foi intimada a render-se.

Ao ultimato de Muxica, respondeu Lobo: “Faça o que for servido que para tudo me há de achar prontíssimo. ”

“E deixar quererão os portugueses
A praça que avassala e domina
O gigante das águas e com ela
Toda a navegação do largo rio
Que parece que pôs na natureza
Para servir-nos de limite e raia? ”
(B. da Gama - *Uraguai*)

O assalto definitivo teve lugar na madrugada de 7 de agosto (1680), rendendo-se a brava e insignificante guarnição de 250 homens, após porfiada resistência de uma hora.

Os fortes foram destruídos. Concorreu decisivamente para a vitória espanhola o enérgico e tenaz cacique Inácio Amandau. Os hispano-guaranis tiveram 151 baixas, sendo 36 mortos. Foram massacrados 125 portugueses, e os restantes, prisioneiros, quase todos feridos.

“Nessa madrugada infernal de 7 de agosto o mestre de campo D. Manuel Lobo jazia em sua cama de campanha devorado pela febre. ”

Ajudado pelos seus escravos, alquebrado pela doença, levantara-se do leito, vestira-se ao avistar a multidão de inimigos que invadira a fortaleza, lançou-se contra eles de espada em punho. Foi imediatamente cercado pela indiada furiosa, entre brados selvagens, e poucos instantes depois caía ao chão em paroxismo, à mercê dos contrários, tendo sido, então, salvo pelo próprio Muxica que o fez conduzir ao leito. Delegara o comando ao capitão Manuel Galvão que “pressentiu quiçá a derrota, e deixando o comando arremeteu contra os assaltantes espanhóis e lutou contra eles corpo a corpo até cair morto”.

Joana, sua esposa, saltando sobre os cadávares, empunhou a espada do marido e, investindo sobre o inimigo, brigou até à morte.

PLANTA

DA PICADA DE

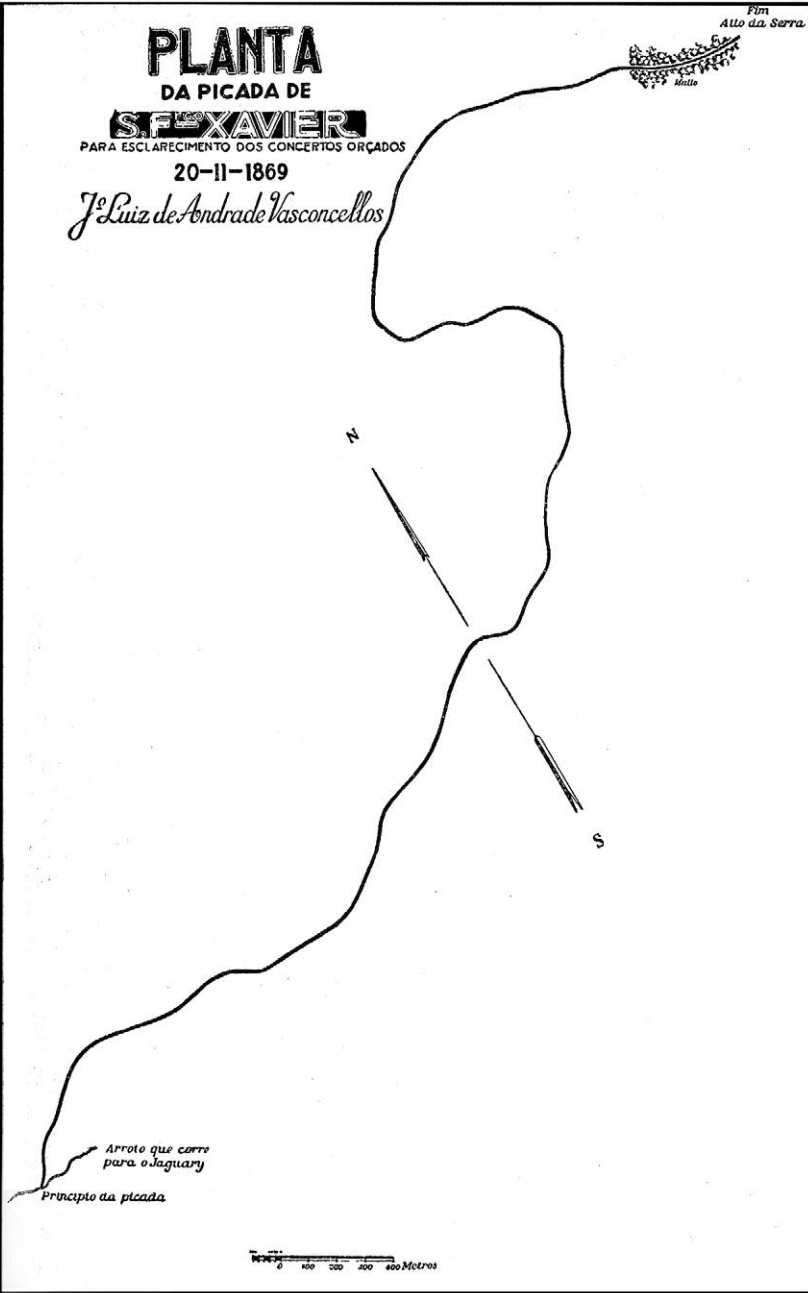
S. S. XAVIER

PARA ESCLARECIMENTO DOS CONCERTOS ORÇADOS

20-11-1869

J. Luiz de Andrade Vasconcellos

Fim
Alto da Serra



Arroto que corre
para o Jaguaray
Principio da picada

0 100 200 400 Metros

Lobo, gravemente ferido, foi aprisionado e remetido para Buenos Aires. Desterrado 2 anos em Córdoba, veio a falecer em Buenos Aires aos 7 de janeiro de 1683.

Em longa carta datada de Buenos Aires, 3 de janeiro de 1683, quatro dias antes de seu falecimento, diz ele ao príncipe D. Pedro:

“Pero mas crueles fueran los padres de la Compañía que capitaneaban a los indios en los sucessos de S. Gabriel, que apesar de ser los primeros y principales inductores de esta resolución la negaban todos los que se hallaban presentes, tanto castellanos como portugueses, que antes y en dicha ocasión dieran repetidas ordenes a los indios para que ninguno de nostros quedasse vivo, diciéndoles en altas voces *Ayuca caraiba* que en la lengua de los indios quiere decir *matad a los blancos*. E assim foi praticado na presença dos padres com os brancos que se renderam, não poupando-se sexo nem idade.” (Azarola Gil, *La epopeya de Manuel Lobo*)

Poucas pessoas lograram escapar, pois, à carnificina. Tal o início da disputada e secular luta luso-espanhola cujo ocaso só teria lugar depois que as antigas colônias de Espanha e Portugal, pago duríssimo tributo – que tanto lhes retardou o inevitável progresso –, concluíram, por via diplomática, as velhas questões herdadas, firmando definitivamente as respectivas fronteiras.

O trono português, indignado, vibrou fortemente, enviando enérgica reclamação à Espanha. Atendido, foi firmado o tratado provisional de 7 de maio de 1681 pelo qual plena satisfação teve Portugal, com a restituição da praça, de munições, petrechos, reedificação das construções no mesmo pé em que se achavam na ocasião do assalto, liberdade dos prisioneiros e o castigo do agressor. Garro foi removido para o Chile.

“A vitória de Vera Muxica ficava duplamente anulada e a porta aberta à consagração do direito português sobre a Colônia.

“Celebrado o contrato de 7 de maio, foi nomeado governador do Rio de Janeiro Duarte Teixeira Chaves. Partiu em princípios de 1682. Chegando ao Rio em 1º de junho, 11 meses depois trasladou-se à Colônia com o seu substituto Cristóvão de Ornelas de Abreu e 400 infantes, etc., chegando na 2ª quinzena de janeiro.

“Ornelas sucedeu a Duarte, em interinidade que durou cinco anos.

“Em 15 de janeiro de 1689 foi nomeado pelo já rei dom Pedro II, Francisco Napier de Lencastre, mestre de campo geral da Nova Colônia do Sacramento; assumiu logo as funções, nelas permanecendo 10 anos.

“Era companheiro de Lobo, de cuja derrota e cativoeiro compartilhou.

“Fez administração progressista, conquanto acusado de despótico.

“A nova colônia do Sacramento por mercê de Deus se conserva, es- crevia alguém pouco depois de 1690, por meterem nela um presídio fechado sem mulherio que é o que conserva os homens, porque se não tem visto em parte alguma do mundo fazerem-se novas povoações sem casais. ” (Capistrano de Abreu, *Capítulos de História Colonial*, pág. 199)

Em 1699 foi substituído por Sebastião da Veiga Cabral.

Cumprindo ordens de Filipe V, o vice-rei do Peru conde de la Moncloa, de cuja autoridade dependia o governador de Buenos Aires, determinou a este, D. Alonso Juan de Valdés y Inclán, providências para a evacuação da Colônia. Dirigiu a concentração de cerca de 6 mil homens (dos quais 4 mil índios) sobre Santo Domingo Soriano o capitão André Gomes de la Quintana, que aí permaneceu de julho a outubro de 1704. Assumiu então o comando o sargento-major Baltasar García Ros.

NOVOS ATAQUES

A 17 de outubro iniciou o sítio da praça guarnecida por 700 soldados. Uma junta de guerra presidida por Inclán, a 30 de janeiro, decidiu aguardassem a rendição pela fome. Antes que tal sucedesse, chegou uma esquadra portuguesa que forçando o bloqueio permitiu o livre embarque da guarnição e famílias da praça, chegando todos ao Rio em 23 de abril (1705). (Gil, *ob. cit.*)

O governador Veiga Cabral, substituto de Napier, assim procedeu obedecendo a ordens do rei de Portugal, transmitidas pelo governador do Brasil, Rodrigo Costa. Consumava-se desse modo, pela segunda vez, a ruína da Colônia e da sua população.

De 1706 a 1715, esteve sob a posse, dir-se-ia pacífica, dos espanhóis, se não fosse a viva hostilidade aos guaranis e cristãos do gentio uruguaio sob o mando de Cabari.

Sucedeu ao tenaz Inclán, falecido em 1708, D. Manuel de Velasco. Entrementes, Portugal lutava na Europa, morria o rei D. Pedro II, e os franceses tomavam o Rio de Janeiro. Duguay-Trouin, em 1711.

* * *

Em consequência do Tratado de Utrecht (6 de fevereiro de 1715), que os portugueses lograram aproveitar por intervenção da rainha Ana, da Inglaterra, tomaram conta da Colônia, em novembro de 1716, dia em que assumiu o respectivo comando Manuel Gomes Barbosa, governador de Santos. A 14 de março de 1722, entregou-a ao brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos depois de fecundo governo em que teve oportunidade de fundá-la de novo. Recebeu, como providenciara, 60 famílias de Trás-os-Montes, entre as quais vieram alguns nobres.

O Tratado de Utrecht continha nova e formal abdicação dos direitos espanhóis sobre Colônia e seu território em favor da coroa portugue-

sa, deixando “sem efeito nem vigor algum” o tratado provisional de 7 de maio de 1681. O cel. Baltasar García Ros, nomeado governador de Buenos Aires, desde os sucessos que ocasionaram a paz de Utrecht, sofisticamente baralhava ou hesitava para interpretar os termos – Colônia e seu território.

O gabinete espanhol insistia em que o vocábulo território apenas exprimia a zona que em redor da praça do Sacramento se estendia à distância de um tiro de canhão.

Sendo certo que a verdadeira interpretação era que se devia entendê-los abrangendo toda a banda setentrional do rio da Prata, reiterando o estabelecido no Tratado de Aliança de 1701.

Em julho de 1717, foi Ros, vencido pelos indígenas uruguaios e portugueses, substituído pelo brigadeiro Bruno Maurício de Zabala.

FRUSTRÂNEA POSSE DE MONTEVIDÉU

Em 1723 a coroa portuguesa ordenou a Aires de Saldanha de Albuquerque, governador do Rio de Janeiro, que mandasse tomar posse da enseada de Montevidéu, notável sítio que importava evitar viesse a ser ocupado pelos espanhóis. Foi incumbido dessa missão e a desempenhou, o mestre de campo Manuel de Freitas da Fonseca. Desembarcou e armou barracas na deserta península em 22 de novembro daquele ano, com uma guarnição de 150 homens, começando logo a construir trincheiras. A Francisco Céspedes, segundo Azarola Gil, cabe a iniciativa da fundação de Montevidéu em 1626. A ideia da fundação teve como ponto de partida, concretamente, a chegada de famílias canárias conduzidas no aviso *N. S. de la Encina*. Manuel de Frías Martel, alcaide de Buenos Aires, em documento do ano de 1635 a dom Pedro Estevam Dávila, governador, revelou o objetivo dos espanhóis de reduzirem os charruas mediante concessão de sua encomenda, e a primeira doação de terras efetuada na costa oriental do Prata foi exatamente na zona que 45 anos mais tarde devia ilustrar-se na história com a fundação lusitana da colônia do Sacramento. Onze anos antes foram repartidos solares aos proprietários de Santo Domingo Soriano.

Pedro de Mendoza, com sua notável expedição, passa desinteressadamente por Montevidéu, para fixar-se em Buenos Aires, visando Peru e El Dorado. Cabeça de Vaca com a sua entrada atravessam a pé de Santa Clara a Assunção, com o mesmo objetivo egoístico, despercebido da singular importância da famosa península platina.

Com a sua posse imediata teriam “assegurado a conquista do rio da Prata, sem necessidade de derramar tanto sangue e tantos tesouros como os que espalharam sobre a terra inutilmente. Esta lição pode servir de exemplo aos que imiscuem sua cobiça pessoal nos negócios públicos; e também aos governos que tal permitem”. (F. Bauzá, *ob. cit.*)

Como era óbvio, não tardou o ataque levado por Bruno Mauricio de Zabala, governador de Buenos Aires, à frente de guaranis, jesuítas e soldados espanhóis, conseguindo expulsar os adversários. Zabala tratou logo de mandar construir por dois jesuítas o forte de S. José. Quanto a Fonseca, sem recursos, vencido, foi conduzido ao Rio, preso.

Somente mais tarde, em 1726, cumprindo instruções da metrópole, veio Zabala fundar definitivamente Montevidéu, trazendo um núcleo de sete famílias oriundas de Buenos Aires.

Pouco a pouco aumentava o povoamento do núcleo, até dar-se por definitiva a fundação cuja ata é datada de 29 de dezembro de 1729, segundo Bauzá.

Mais do que os ataques de Vera Muxica (1680) e de García Ros (1705), a ereção de Montevidéu foi o golpe decisivo para abater a possessão portuguesa da Colônia.

NOVO SÍTIO

Sacramento, cumprindo sua triste sorte, continuaria por largos anos a sofrer pertinazes insultos. Em 9 de novembro de 1734 foi novamente sitiada pelo governador de Buenos Aires, Dom Miguel Salcedo, sucessor de Zabala.

Repelido, levantou o cerco em janeiro, e inteiramente destroçados os seus fugitivos que se retiravam por terra. Segundo Rio Branco (*Efemérides*), o terceiro assédio começou a 3 de outubro de 1735, terminando a 2 de setembro de 1737, com a vitória do esforçado e heroico brigadeiro Antônio Pedro de Vasconcelos, socorrido, aliás, oportunamente, de víveres, munições e tropas provenientes de Sta. Catarina, S. Paulo, Rio e Minas, enviadas pelo capitão-general Gomes Freire de Andrade.

Como refere Azarola Gil, cronologicamente foi a 29 de julho de 1735 que Salcedo rompeu as hostilidades, aprisionando um navio lusitano que zarpava para a Bahia. Mobilizou 5 mil homens, dos quais 4 mil índios. A 3 de outubro, dispendo de 12 navios para o bloqueio marítimo, embarcou em Riachuelo para organizar o assédio e opor baluartes, fossos, trincheiras. Intimou Vasconcelos à rendição em 10 de dezembro.

Na defesa havia, no começo das operações, 935 combatentes providos de 80 bocas-de-fogo. O reforço recebido foi de mil homens. No mês de janeiro, retiraram-se os sitiados para a parte oposta da enseada, ficando o grosso desde Real de Vera até Real de S. Carlos. (Real significava acampamento militar.)

Em 4 de outubro do mesmo ano, houve vigorosa ofensiva dos sitiados, mas o cerco se prolongou durante 22 meses, terminando com a chegada da fragata *Boa Viagem* no começo de setembro de 1737, cujo comandante, capitão Duarte Pereira, trazia o texto do armistício firmado em 16 de março, em Paris.

Como resultado, haviam desaparecido 18 mil cavaleiros e 90 mil reses.

O vitorioso Vasconcelos administrou – prestando notáveis serviços – mais de 20 anos. Sucedeu-lhe Luís García de Vivar.

FUNDAÇÃO DO RIO GRANDE

Esse armistício trouxe como consequências imediatas, diz Rio Branco (*Efemérides*), a ocupação do Rio Grande do Sul por José da Silva Pais e o levantamento do cerco que D. Miguel Salcedo sustentara.

Cumprindo ordens inteligentemente concebidas por Gomes Freire, já Pais, na impossibilidade de executar o primeiro objetivo que era reconquistar Montevideú, penetrou a barra da Lagoa dos Patos e pôs pé em terra a 19 de fevereiro de 1737, tratando estabelecer fortes. Um deles, continua Rio Branco, o de Santana, foi mudado entre 1747-1750 com o nome de S. Pedro, impropriamente atribuído à sugestão de jesuítas, para o local ora ocupado pela cidade do Rio Grande.

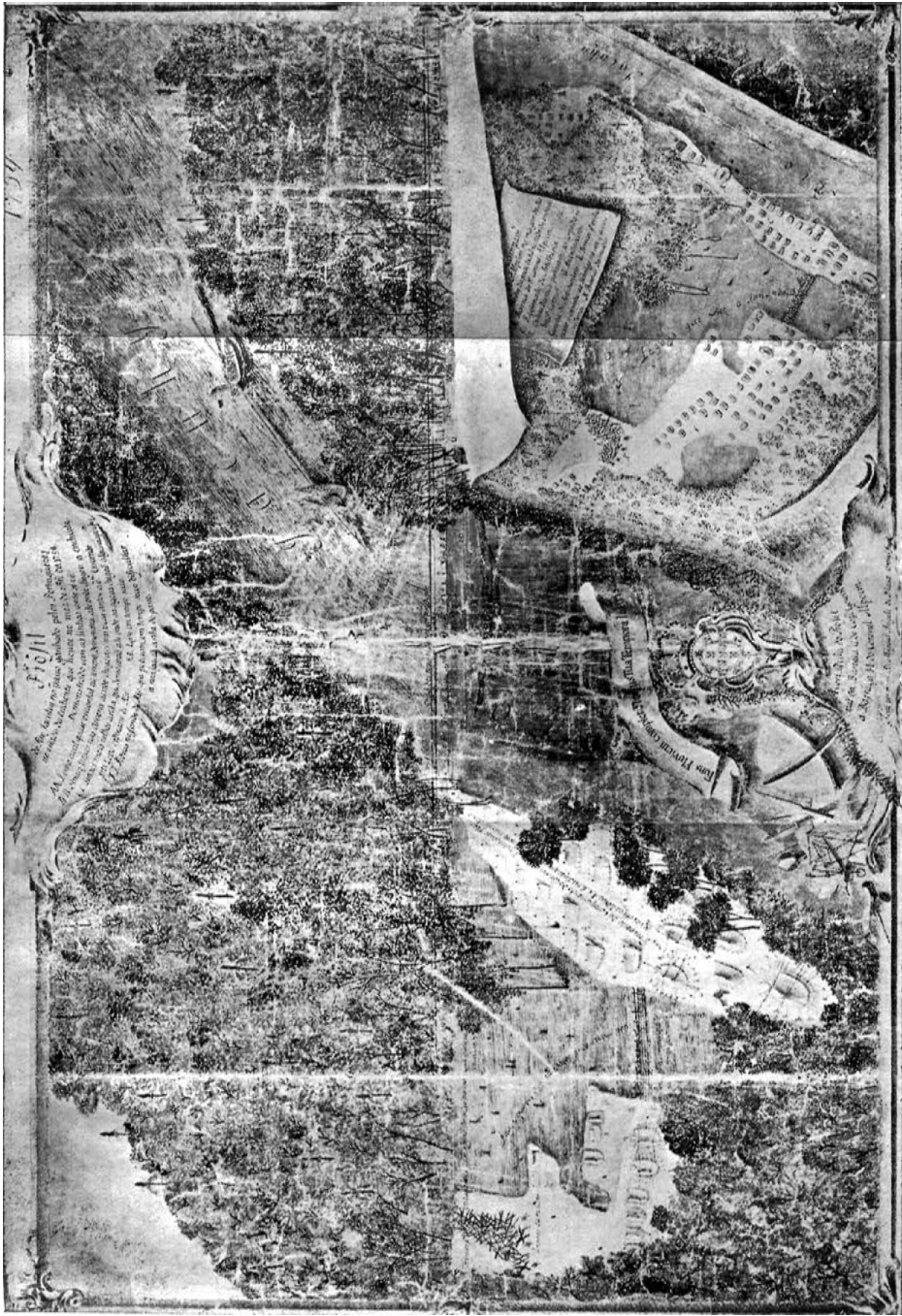
Silva Pais não lograra, tampouco, estabelecer-se em Maldonado, como pretendia.

Em dezembro do ano de 1739 passou o comando das fortificações ao mestre de campo André Ribeiro Coutinho, dirigindo-se por terra a Laguna, onde ainda vivia o velho João de Magalhães. Daí seguiu a Desterro, daí embarcando para o Rio. Voltou, ainda em 1739, para o governo de Santa Catarina, iniciado a 7 de março.

TRATADO DE MADRI

Compreende-se como, tendo subido ao trono português em 31 de julho de 1750, D. José I, sucessor de D. João V, quando essas terríveis disputas faziam palpitar apaixonadamente as duas nações peninsulares, procurasse, com o seu cunhado D. Fernando VI, rei da Espanha, logicamente encontrar a solução decisiva e diplomática da velha questão dos limites da América do Sul.

Segundo reza a tradição, grande influência exercia a insinuante infanta portuguesa D. Maria Bárbara, nas decisões do seu esposo, dada a afei-



1779

1779

At the Battle of the Clouds, the British were defeated by the Continental Army on September 26, 1779. The British were forced to retreat to Fort Mifflin, which they held until October 26, 1779. The Continental Army then captured the fort and the city of Philadelphia. This was a significant victory for the Continental Army and led to the signing of the Declaration of Independence in Philadelphia on September 17, 1776.

The British were defeated at the Battle of the Clouds on September 26, 1779. The Continental Army then captured the fort and the city of Philadelphia.

THE BATTLE OF THE CLOUDS

At the Battle of the Clouds, the British were defeated by the Continental Army on September 26, 1779. The British were forced to retreat to Fort Mifflin, which they held until October 26, 1779. The Continental Army then captured the fort and the city of Philadelphia.

ção e confiança que lhe sabia inspirar. O fato é que havia sincero desejo da parte dos dois soberanos para porem termo às rivalidades existentes entre as suas nações, alimentadas principalmente pelo ódio que Filipe V, pai e antecessor no trono do soberano espanhol, nutria aos portugueses, motivado pelo desejo de tomar a estes a Colônia do Sacramento.

Mui secretamente cogitaram de, desde logo, negociar muitos tratados de limites. Nele tomaram parte o visconde de Vila Nova de Cerveira, D. Tomás da Silva Teles, e o ministro D. José de Carvajal y Lancaster; o primeiro de Portugal; o segundo de Castela. Do lado de Portugal, quem verdadeiramente trabalhou nesta negociação, foi o célebre estadista brasileiro Alexandre de Gusmão. O Tratado de Madri foi assinado na cidade deste nome em 13 de janeiro de 1750.

Como complemento a tal contrato, seguiram-se seis tratados ou protocolos interpretativos, ou executivos da decisão capital: quatro assinados em 17 de janeiro de 1751, outro em 17 de abril, e o último em 12 de junho do mesmo ano.

O camartelo que assim iniciava abalos à construção secularmente cimentada nos domínios espanhóis, erigida e mantida pelos jesuítas, conseguiria, com o andar do tempo, fazê-la ruir, ocasionando, sem dúvida, radical mudança na posse e domínio do espaço geográfico da riquíssima província das Missões (abrangendo, então, mais de metade do atual Rio Grande) e consolidando, como veio a suceder em consequência de tratados posteriores, a fixação das lindes que nos orgulhamos de haver demarcado definitivamente no extremo meridional do nosso país. Tal o efeito cuja causa fora a fundação da Colônia.

Eis a introdução do Tratado de 1750:

“Os sereníssimos reis de Portugal e Espanha, desejando eficazmente consolidar e estreitar a sincera e cordial amizade, que entre si professam, consideraram que o meio mais conducente para conseguir tão louvável intento é tirar todos os pretextos, e alhanar os embaraços que possam ao diante alterá-la, e particularmente os que se podem oferecer com o motivo dos limites das duas coroas da América, cujas conquistas se têm adiantado com incerteza e dúvida, por se não haverem averiguado até agora os verdadeiros limites daqueles domínios, ou a paragem donde se

há de imaginar a linha divisória que havia de ser o princípio inalterável da demarcação de cada coroa; e considerando as dificuldades invencíveis, que se ofereceriam por ambas as partes, e à vista delas concluir o ajuste com recíproca satisfação e conveniência.”

Por ele, seriam definitivamente demarcadas as raias incertas que se prolongavam dos rios da Prata, Ibicuí e Uruguai, ao sul, até o Mamoré, ao norte.

As partes contratantes, reconhecendo já haverem violado a linha de Tordesilhas, uma na Ásia, outra na América, aboliram “a demarcação acordada em Tordesilhas, assim porque se não declarou de qual das ilhas do Cabo Verde se havia de começar a conta das 370 léguas, como pela dificuldade de assinalar nas costas da América Meridional os dois pontos ao sul e ao norte donde havia de principiar a linha, como também pela impossibilidade moral de estabelecer com certeza pelo meio da mesma América uma linha meridiana”.

“A linha de fronteiras começava na banda do sul no mar, junto aos Castilhos Grandes. Daí corria pelas cumiadas que separam as vertentes para a lagoa Mirim das que dão para o Prata, até encontrar a cabeceira principal do Ibicuí, cujas águas seguiriam como divisa até o Uruguai, subindo depois por este rio e pelo Pepiri até as nascentes deste, passando logo pelos montes a buscar a mais *próxima* vertente que corresse para o Iguaçu, a fim de seguir por este a divisa, até a barra do Igureí, etc.”, aquele afluente oriental, este ocidental do Paraná.

Foi decidido adotar-se o *uti possidetis*, com a limitação de que Portugal cederia à Espanha a praça da Colônia do Sacramento, em troca do território situado ao norte do Ibicuí (cujas nascentes confrontam com as do rio Negro), e a leste do rio Uruguai, onde os jesuítas espanhóis fundaram de 1626 a 1706, e mantinham (após terem sido escorraçados de Guairá pelos mamelucos) os sete povos das Missões.

O artigo primeiro do tratado não somente anulava os convênios existentes como, também, as prescrições da bula de Alexandre VI. Esse artigo dizia:

“Sua Majestade Fidelíssima em seu nome e de seus herdeiros e sucessores, cede para sempre à coroa de Espanha a colônia do Sacramento e todo o seu território adjacente a ela na margem setentrional do rio da Prata, até os confins declarados no artigo 4º, e as povoações, portos e estabelecimentos, que se compreendam na mesma paragem, como também a navegação do mesmo rio da Prata, a qual pertencerá inteiramente à coroa de Espanha, etc.

“Artigo 14º - Sua Majestade Católica em seu nome e de seus herdeiros e sucessores, cede para sempre à coroa de Portugal tudo o que por parte de Espanha se acha ocupado, ou que por qualquer título ou direito possa pertencer-lhe em qualquer das terras, que pelos presentes artigos se declaram de Portugal, desde o monte de Castilhos Grandes e sua fralda meridional e costa do mar, até a cabeceira e quaisquer povos, que se tenham feito por parte da Espanha em o ângulo de terras compreendidas entre a costa setentrional do rio Ibicuí, e a oriental do Uruguai, etc.

“Artigo 16º - Dos povos ou aldeias que cede Sua Majestade Católica na margem oriental do rio Uruguai, sairão os missionários com os seus móveis e efeitos, levando consigo os índios para as aldeias em outras terras de Espanha, e os referidos índios poderão levar também todos os seus bens móveis e semoventes, e as armas, pólvora, e munições, que tiverem, em cuja forma se entregarão os povos à coroa de Portugal, com todas as suas casas, igrejas, edifícios, e propriedades e posse do terreno, etc.

“Artigo 21º - Querem Suas Majestades Fidelíssima e Católica que se (o que Deus não permita) se chegasse a romper a guerra entre as duas coroas, se mantenham em paz os vassallos de ambas, estabelecidos em toda a América meridional, vivendo uns e outros como se não houvera tal guerra entre os soberanos, sem fazer-se a menor hostilidade, nem por si sós, nem juntos com seus aliados. E os motores e cabos de qualquer invasão por leve que seja, serão castigados, com pena de morte irremissível: e qualquer presa que fizerem, será restituída de boa-fé e inteiramente. ”

O citado convênio de 17 de janeiro de 1751 dispunha sobre o modo de evacuar antes e entregar depois as aldeias das Missões a Portugal; e reciprocamente, como após o recebimento daqueles povos, os portugueses evacuariam e entregariam à coroa de Espanha a Colônia do Sacramento, portos e estabelecimentos que eles possuíam no rio da Prata.

Seriam organizadas três partidas ou comissões demarcadoras da parte meridional da fronteira de Castilhos Grandes a Jauru. Competia à primeira, estudar e fixar a fronteira desde Castilhos Grandes até a foz do rio Ibicuí no Uruguai; a segunda, deste ponto, rio acima até o Peperi, etc.

* * *

Embora firmado na melhor das intenções, esse tratado, discutível para os interesses portugueses quanto ao território, era evidentemente iníquo para a infeliz população das Missões, computada, então, em 30 mil naturais.

FUNDAÇÃO DAS REDUÇÕES – CIVILIZAÇÃO JESUÍTICA APLICADA AOS ÍNCOLAS

Nos primeiros tempos de conquista e dominação espanhola, os selvagens de qualquer sexo ou idade eram escravizados, divididos entre os conquistadores, formando as chamadas *encomiendas*, de que eram *encomenderos* os beneficiados. A restrição condicionada aos senhores consistia em não poderem vendê-los, maltratá-los, abandoná-los ou expulsá-los em caso de doença, velhice ou péssima conduta. Cumpria-lhes prover às suas necessidades, guiando-os na religião católica.

Entretanto, de nada valiam os regulamentos da corte espanhola ante o arbítrio desenfreado dos *encomenderos*.

Tantas foram, porém, as justas queixas que o governador Hernando Arias de Saavedra, natural de Assunción, com serviços no governo de seu país, conquistando e catequizando terras e homens desde 1591, quando sucedeu a Juan Torres de Vera, convencido da impropriedade de abater ou subjugar os índios pelas armas, tendo perlongado as regiões do sul até o estreito de Magalhães, Chaco, Paraná e Uruguai, em duas expedições – representou àquela corte que seria necessário submeter as tribos selvagens pela propagação da fé.

Filipe III aprovando a ideia por cédula real de 1608, resolveu que a conversão assim fosse feita, partindo logo, em dezembro de 1609, para Gaurá, os jesuítas italianos Simão Mazeta e José Cataldino.

As tribos deviam pagar um peso de tributo anual ao tesouro real por cabeça de índio, de 18 a 50 anos, além de 600, para fundo dos dízimos.

Por este tempo compareceu em Assunción, Arapizandu, morubixaba dos índios paranás, pedindo paz para o seu povo e a remessa de missionários. Foram designados, e o acompanharam, os padres Lorenzana e Francisco de San Martín, fundadores, em 1610, das missões do Paraná e do Uruguai, tendo começado pela de San Inacio Guaçu e Loreto, quando já Saavedra havia sido substituído por Diego Martínez Negrón e, interinamente, por Francisco de Alfaro.

Antes, havia sido iniciada a catequese por eclesiásticos franciscanos, sendo que um deles, Luis Bolaños, fundou as reduções de Juti e Caazapá, ao norte de Tebiquari. Foram estas as primeiras fundações criadas no Paraguai, início das famosas Missões.

Coube ao Rio Grande do Sul a sorte de receber, como passo inaugural, nessa senda desbravadora, a figura, hoje imortalizada, de Roque González, jesuíta paraguaio que, atravessando o Uruguai, veio fundar a redução de São Nicolau, em 1625, o primeiro facho de civilização erguido à margem esquerda daquele rio.

A riqueza do solo, a extensão das campinas, a amenidade do clima adorável e os notáveis e dilatados recursos florestais prodigalizados pela natureza, aproveitados, em consórcio com os processos originais dos jesuítas, facilitaram a fixação e o domínio dos índios e permitiram, relativamente a breve trecho, a fundação das demais reduções.

Geralmente cada povo era confiado a dois curas jesuítas. O mais antigo administrava como senhor absoluto e dirigia os trabalhos de agricultura, isto é, da cultura dos campos – criando e cuidando várias espécies de gado ou plantando pomares e lavouras de cereais e legumes, principalmente algodão, trigo, linho, milho e mandioca; além disso, colhiam nas selvas erva-mate e mel.

O cura mais moderno, subordinado ao primeiro, se ocupava das funções espirituais ou de pregação.

Todos obedeciam a um chefe chamado Superior das Missões, designado pelo Geral da Ordem, com residência em Candelária, e cuja jurisdição se estendia ao rio da Prata.

Constituía dever fundamental no instituto de Inácio de Loiola a convicção, por parte de seus missionários, de serem tidas como serviço de Deus as árduas e incruentas tarefas de que eram incumbidos. A sua palavra evangelizadora devia ser ouvida em lugares arriscadíssimos, ermos, onde quer que aproveitasse ao seu objetivo capital: catequizar sob a crença no cristianismo, reduzindo à civilização os índios selvagens, agremiando-os em centros mais ou menos populosos. À submissão das tribos seguia-se a sua localização em regiões previamente escolhidas. Como é sabido, todas essas aldeias eram edificadas em belíssimos sítios e obedeciam a um plano geral de construções feitas pelos íncolas sob a direção dos jesuítas. Dispunham de praça, igreja, colégio (residência dos curas), escolas, casas de moradia, armazéns para depósitos de colheitas, oficinas, cemitério, etc.

Pode-se avaliar quanta coragem, tenacidade, paciência, saúde, deviam possuir e pôr à prova esses catequistas. E, não raro, as consequências desse devotamento eram os sofrimentos e martírios que iam até a morte.

O plano de organização jesuítica não se coadunava com os processos administrativos tolerados pelos governadores espanhóis a que deviam subordinação, e, por isso, trataram de fazer obra nova. Também é certo que o regime gregário baseado no cristianismo por eles aplicado ao gentio, era diferente do das *encomendas* profanas, então usado. Entre outras medidas pediram e obtiveram de Filipe IV que as autoridades civis das Missões, formando como que um conselho municipal, proviessem de eleições entre os mesmos índios reduzidos, de valor comprovado e boa conduta. Conseguiram mais: subordinação direta à coroa espanhola e isenção de todo tributo durante os dez primeiros anos da incorporação dos povos à Igreja.

Com essa extensão de faculdades, “independência inviolável”, conseguiram os jesuítas pleno domínio na organização dos povos que zelosa e sistematicamente isolaram de todo o contato estranho, prestando a conservação dos bons costumes, que lhes cumpria velar atentamente, e, ainda, os interesses atinentes à direção espiritual, administrativa e política a que eram rigorosamente sujeitos os indígenas, em predicação, trabalhos e exemplos ininterruptos.

Sem dúvida que o mistério, o místico e até o embuste, eram armas eficientes jogadas pelos conquistadores jesuítas cuja autoridade era absoluta.

Os índios de todas as idades e sexos eram obrigados a trabalhar para a comunhão cujos produtos armazenados eram aplicados na provisão de alimentos e vestuário das povoações, e remetidas a B. Aires e outras províncias as sobras destinadas à exportação.

Os campos das suas vastas estâncias eram povoados de milhares de cabeças de gados das diferentes espécies, guardados por aborígenes, especializados nos respectivos trabalhos, e a esse empório conjugavam em todos os povos a prática racional de diferentes manufaturas, incluindo tecelagem, fundição, etc. A erva-mate era explorada como indústria e exportada principalmente para as províncias de Santa Fé e Corrientes, coisa de 30 mil arrobas anualmente.

Não faltavam escolas para as primeiras letras, música e vários ofícios úteis: escultores, carpinteiros, alfaiates, ourives, impressores, etc.

Saavedra, com a experiência de três períodos administrativos, verificara a dificuldade que se antolhava, num país deserto, impérvio e vastíssimo, para que um chefe único pudesse eficientemente atender a administração.

Propôs, por isso, à Espanha, subdividir em dois governos a então província do Paraguai, ficando Buenos Aires como capital de um deles. E, assim, decretou o rei, em 1620, a criação dos do Paraguai e do Rio da Prata, compreendendo este Buenos Aires, Entre-Rios, Corrientes, Santa Fé, a atual República do Uruguai e dezessete dos trinta povos das Missões. O Paraguai conservava os demais territórios não mencionados acima.

As autoridades, absolutamente independentes entre si, seriam administradas por governadores nomeados pela corte de Espanha, dependentes, porém, ambos do vice-rei do Peru e da Audiência Real de Charcas.

Félix de Azara em sua *Viaje en la América Meridional* escreveu que os jesuítas fazendo suprimir nas suas tribos as encomendas e toda espécie de direitos reais, recebendo o cura e seu tenente subsídio equivalente ao dízimo, gozando da faculdade de administrar o sacramento da confirmação, haviam cortado, por assim dizer, toda a relação com o seu soberano, do mesmo modo que com os chefes, os bispos e todos os espanhóis, pois que não permitiam aos particulares negociar.

Para melhor assegurar a sua independência e impossibilitar as comunicações com os espanhóis e os mamelucos, bem como as deserções

dos índios, fecharam as avenidas das suas tribos fazendo cavar fossos profundos, guarnecidos de fortes paliçadas ou grossa estacaria e colocando portões a chave nos pontos ou cruzamentos de passagens obrigadas, onde mantinham guardas e sentinelas.

Ninguém podia entrar nem sair sem ordem escrita.

Os íncolas estavam impedidos de falar língua exótica.

O território e jurisdição de cada tribo eram demarcados concretamente e guarnecidos de modo a evitar que as respectivas populações se comunicassem. Com iguais intenções não permitiam montar a cavalo senão o número de índios necessários aos serviços de custeio dos gados e das tropas, das ligações ou comunicações indispensáveis entre reduções e tribos.

Tudo isto era garantido pela organização e instrução militar dos índios, providos de elementos bélicos a que não faltavam mesmo alguns canhões.

Levavam o seu alheamento a tal ponto – refere Azara – que chegaram a negar a entrada a certos governadores incumbidos de conferirem as listas de índios, inerentes à cobrança de impostos; e até a bispos que pretenderam visitar seus templos, quando deles suspeitavam, embora lhes fosse impossível alegar em relação a estes as razões com que alienavam suas tribos dos particulares, entre outras a da contumaz concupiscência.

O império jesuítico dessarte constituído despertava, não raro, evidente rivalidade ante a jurisdição política e administrativa dos governadores espanhóis no Paraguai, que, segundo suas suscetibilidades ou pendores religiosos, ora os hostilizavam mais ou menos ostensivamente, julgando limitados ou coartados seus poderes, e receosos da sua influência, ora favoreciam abertamente a supremacia dos missionários erigidos em poder à parte. Houve mesmo um frade de categoria, Bernardino de Cárdenas, que acusou formalmente os jesuítas, perante o rei e o papa, de assenhorearem-se como donos dos indígenas convertidos, não pagarem tributo ao erário público e cometerem violências.

As necessidades administrativas preenchidas pelo conselho municipal eram reguladas em detalhe. As reduções tinham a seu serviço alcaides e regedores, índios cuja jurisdição se limitava a interrogatório, prisão e condução dos delinquentes à cadeia pública do distrito espanhol, podendo, também, imporem castigo de prisão por um dia, e até oito

açoites, ao índio que faltasse à missa em dia de festa, se embriagasse, ou cometesse falta semelhante; e se houvesse embriaguez de muitos, podiam ser castigados com maior rigor.

Os jesuítas usavam processos atraentes para instruir militarmente os índios; as danças se resumiam quase que em lições de manejo das armas, não permitindo que as mulheres nelas tomassem parte.

Divertiam os neófitos, cunumés, evitando a ociosidade sempre nefasta, com muitas danças, festas, torneios e simulacros de guerra. Nessas cerimônias os atores do corpo municipal (cabido) trajavam vistosamente e à moda europeia. Mesmo aos trabalhos procuravam dar caráter festivo. Quando os índios se dirigiam para o serviço, ou dele regressavam, em procissão, eram sempre precedidos da banda de música ao som de marchas e levando estatuetas em andas. Estas eram, na lavoura, depositadas em ramadas adrede preparadas. Durante os trabalhos a música tocava. Os músicos, sacristãos e meninos do coro, eram exclusivamente encarregados dos trabalhos de agulha. Às mulheres cabia a fiação de algodão e lã. Os tecidos não utilizados nas reduções eram em regra vendidos nas cidades de Espanha, onde se abasteciam daquilo que não podiam produzir ou fabricar.

Os processos de rigorosa autonomia exercidos pelos jesuítas, depois de mais de século e meio de governo ao seu puro arbítrio – praticamente sem subordinação de espécie alguma – ocasionaram repetidas queixas ante a corte espanhola; a tal ponto cresceram estas – diz o padre Rabago – eram tantas tão graves e de tão mau caráter, que se tornava impossível impedir seus efeitos, embora dominasse ele inteiramente o réu de quem era confessor, e que cansado de aturá-las, não podia mais conceder sua proteção.

Os curas se conservavam mais ou menos fechados nos seus colégios (habitações), sem ver mulheres e onde compareciam apenas os índios de que necessitavam para os seus serviços e transmissão de ordens. Também evitavam comparecer aos aldeamentos, mesmo para prestar aos índios serviços médicos ou eclesiásticos.

Nos templos, apresentavam-se com a máxima ostentação e aparato, trajando adornos custosos, acompanhados de um séquito de que faziam parte os músicos.

Suas igrejas suntuosas, vastas, possuíam vários altares, esculpturados e dourados, providos de ricos ornamentos e alfaias preciosas. As ruínas desses magníficos templos – infelizmente abandonados – podem ainda hoje ser contempladas com admiração.

Os processos de catequese e civilização limitada adotados pelo jesuitismo na conquista e fundação das Missões deram lugar a acerbas acusações; mas, as consequências, os resultados auferidos, foram sem dúvida favoráveis aos povos indígenas, principalmente se postos em paralelo com as práticas cruéis, exclusivamente interesseiras e sensuais das autoridades espanholas, dos mamelucos. Com estes não havia para aqueles terceira solução. O dilema era: morrerem combatendo, em luta desigual ou deixarem-se escravizar, sem atenuante organização civil. Ao passo que os jesuítas, além das vantagens dos métodos pacientes e serenos empregados na posse dos domínios que iam ocupando, e conquista do gentio, ministravam a estes o ensino de todas as artes e ofícios, inclusive o conhecimento da imprensa, regulando e fazendo cumprir utilmente as atividades domésticas, e sistemáticas, embora incipiente organização social.

“A estrutura social das reduções repousava sobre o modelo das primitivas cristandades. O governo civil nas mãos de magistrados populares, o governo eclesiástico nas do clero, a comunidade de bens como vínculo fraternal, e as penitências públicas como castigo das faltas cometidas, tais eram os ressortes essenciais daquele mecanismo que remontava à organização apostólica.” (Francisco Bauzá, *ob. cit.*, pág. 199)

Pela primeira vez, acentua esse escritor, desde que o cristianismo foi erigido em doutrina e lei aceita pelo mundo, se produzia num rincão do universo a luta da ideia solitária e inerme, contra os inconvenientes da força material e as contrariedades da barbária.

Há grande disparidade “entre os que matam e os que defendem a vida das vítimas, entre os que exterminam uma raça e os que tratam de conservá-la”.

A entrada de Jesús María, no Rio Pardo, segundo Montoya, citado por Capistrano, dará ideia resumida dos processos empregados nas expedições dos mamelucos. No dia de S. Xavier (3 de dezembro de 1637), estando celebrando a festa com missa e sermão, 140 paulistas com 150

tupis, todos muito bem armados de escopetas, vestidos de escupis, que são ao modo de dalmáticas estofadas de algodão, com que vestido o soldado de pés a cabeça peleja seguro das setas, a som de caixa, bandeira tendida e ordem militar, entraram pelo povoado, e sem aguardar razões, acometendo a igreja, disparando seus mosquetes, pelejaram seis horas, desde as oito da manhã até as duas da tarde.

Visto pelo inimigo o valor dos cercados e que os mortos seus eram muitos, determinou queimar a igreja, aonde se acolhera a gente. Por três vezes tocaram-lhe fogo que foi apagado, mas à quarta começou a palha a arder, e os refugiados viram-se obrigados a sair. Abriam um postigo e saindo por ele a modo de rebanho de ovelhas que sai do curral para o pasto, com espadas, machetes e alfanjes lhes derrubavam cabeças, truncavam braços, desjarretavam pernas, atravessavam corpos. Provavam os aços de seus alfanjes em rachar os meninos em duas partes, abrir-lhes as cabeças e despedaçar-lhes os membros.

O mal maior atribuído à instituição jesuítica era o comunismo que prolongou a infância dos indígenas e o isolamento da civilização. “Contudo”, ajunta Bauzá, “as ideias de independência, seu valor na luta, a condição sofrida do seu temperamento e a altivez do seu caráter ante a opressão, que parecem ter por causa não só a predisposição individual, senão também a influência da terra e dos ventos tônicos do Oceano e do Prata, se transmitiu com bastante força às nossas populações rurais, até o ponto de formar uma raça original cuja fisionomia própria se acentua com o tempo.”

OS SETE POVOS DAS MISSÕES

Em 1687 os missionários removeram para o lado oriental do Uruguai as missões de S. Nicolau e S. Miguel, colocando-as entre o Ijuí, ao norte, e o Piratini, ao sul, e estabeleceram entre estas a nova de S. Luís Gonzaga. Depois fundaram, em 1690, S. Borja, mais para o sul, perto da margem esquerda do Uruguai; no ano seguinte S. Lourenço e, em 1698, São João Batista, ao sul do Ijuí; finalmente, em 1706, Santo Ângelo, a mais avançada, do lado setentrional do mesmo Ijuí.

S. Borja era povoado de índios charruas, indomáveis e orgulhosos habitantes da costa setentrional do rio da Prata e do baixo Uruguai, desde Maldonado, pelo litoral oceânico e interior.

(Do nosso Rio Grande, ocupavam o sul e o sudoeste.) As demais o eram de tapes e guaranis.

As sete tinham, então (1750), 29.052 habitantes – as entre o Uruguai e o Paraná, e na margem direita deste último rio, 66.833.

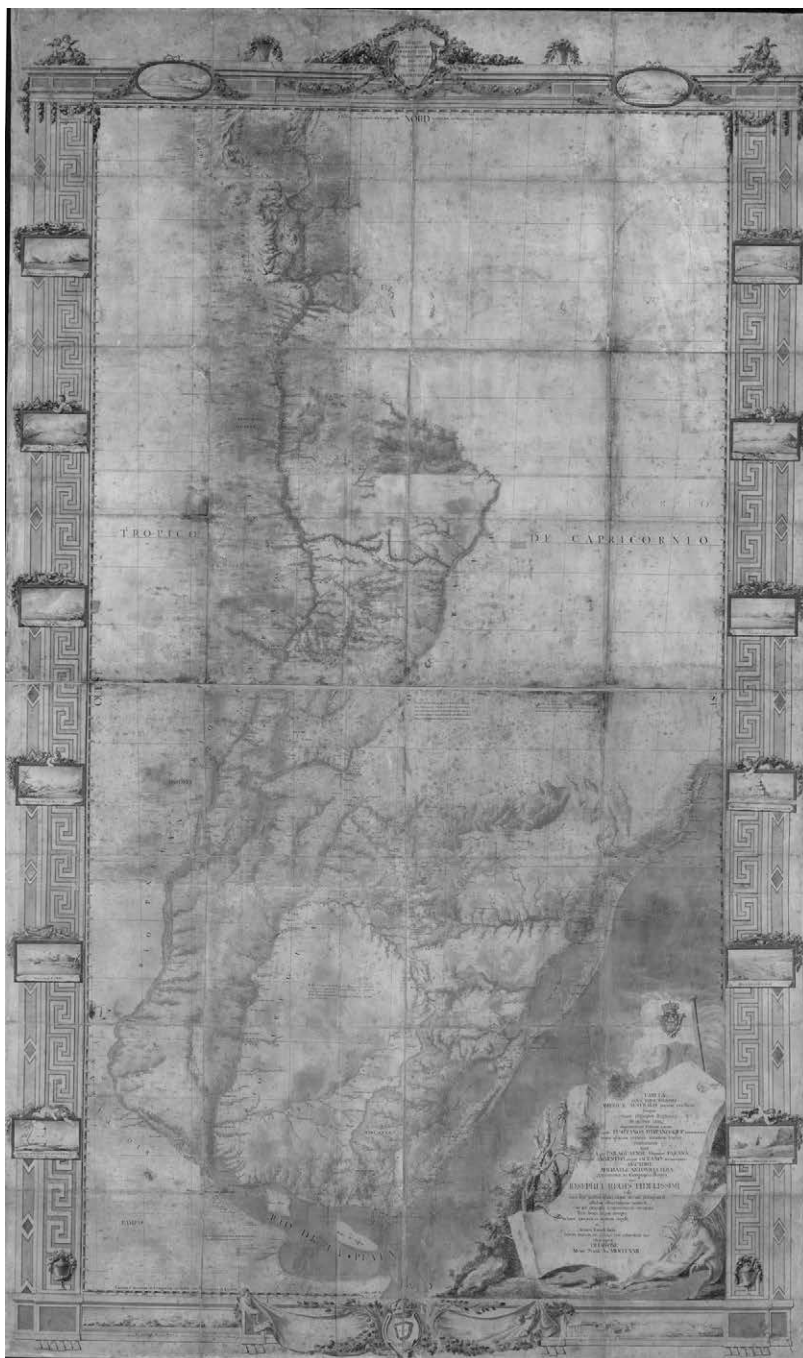
A população total sujeita aos jesuítas, era, portanto, de 95.885 habitantes. Em 1775 elevava-se a 106.392.

Desse modo inteligentemente estabelecidos conseguiram os jesuítas que os íncolas dos Sete Povos dilatasse sua ação desde a famosa e imensa estância de S. Miguel, ao sul, cuja sede ou posto extremo demorava em Santa Tecla, duas léguas ao norte da atual cidade de Bagé, a qual abrangia águas dos rios Negro, Candiota, Ibicuí, Vacacaí, até os campos da Vacaria, ao norte, e aos da estância de S. Lourenço, a leste, para os lados do Araricá e Jacuí.

O padre Miguel Soto, residente abaixo da serra, em S. Xavier (ao norte de S. Vicente) era o superior que dirigia o governo dos rodeios de gado e da desmarcada estância de S. Miguel.

Sucedera ao padre Miguel de Herrera por indicação de Luís Altamirano.

Os limites entre as terras dos espanhóis e dos guaranis das Missões, como recorda Nusdorffer, foram sempre bem acentuados, constituídos de rios bem visíveis: o rio Negro, afluente do Uruguai e o Camaquã, afluente do rio Grande, ao sul, cujas cabeceiras se defrontam. Santa Tecla, situada entre nascentes do Pirai, afluente do rio Negro, e do Ibirá-mirim, nascentes do Camaquã, era a guarda mais longínqua das paragens ocupadas pelos índios e pelos armentos confiados à sua vigiância. Muitas outras guardas ou postos destacados em vários dos quais havia um rancho principal, servindo de capela para os atos religiosos, às vezes aí realizados, eram disseminados nessas dilatadas e férteis campinas. Via de regra, os índios moradores nesses postos, confiantes no excesso de carne de que dispunham irrestritamente para viverem, sem direção imediata, entregavam-se à vadiagem, atirando à terra, quando muito, algumas sementes de milho, de melancia ou de abóbora, junto aos



Tabula America Australis
Miguel Antonio Ciera. 1772.

ranchos em que habitavam, sem qualquer cercadura. Também criavam algumas galinhas.

Se isto faziam às vezes mais intensamente, era sem dúvida devido à influência previsora dos jesuítas. O índio por si não encara o porvir. Vive para o presente. As argutas observações, embora nem sempre plausíveis, de Saint-Hilaire no-lo confirmam. Dele são, entre outros, estes interessantes pejorativos conceitos: os guaranis, como os demais índios, não têm percepção do futuro; aprendem facilmente o que se lhes ensina, mas não têm imaginação e nada combinam. São obedientes, de gênio brando, de caráter aleatório. Atendo-se somente ao presente, não podem ser fiéis à palavra empenhada; não têm nobreza ou elevação da alma, estranhos a todo sentimento generoso, e mais ainda ao da honra. Falta-lhes, absolutamente, ambição, cupidez, amor-próprio. Se, excepcionalmente, economizam, é por tempo muito exíguo.

Furtam por índole, sem constrangimento. Não podem conceber que os bens deste mundo não sejam de toda gente. Qualquer objeto roubado, dizem ter desaparecido.

A insensibilidade física dos guaranis, sua resignação ante o sofrimento vão, quiçá, no conceito do sábio, mais longe que a insensibilidade moral. Entregues aos próprios instintos, não têm pensamento ou raciocínio aproveitáveis.

Não se esquecem dos benefícios, mas como não tiram conclusões não sabem ser reconhecidos. Podem ser comparados às crianças da nossa raça. Não descombina o conceito do austero Varnhagen quando nos diz que os índios não têm afetos, amizade, dedicação, reconhecimento. Sua moral é imoral. Não conheciam o roubo, tudo era de todos. Hospitaleiros, generosos, mesmo para os inimigos. Compraziam-se e deixavam-se levar pela jactância.

A moça escolhida pelo prisioneiro para gozo sexual à sazão do pré-sacrifício, morto o amante, devia cumprir a cerimônia de derramar algumas lágrimas, e, por honra, logo depois, tragar dele o primeiro bocado, geralmente pudendo.

Sabiam sofrer na doença, na morte. Gemido ou choro era covardia. O verdadeiro bravo era insensível. São naturalmente fleumáticos, tacitur-

nos. Quando têm medo, são humildes para tudo. Indolentes, invejosos, mentirosos, inconstantes.

Seu ideal é não trabalhar, não pensar. Distrações preferidas eram: bolear cervos ou veados, avestruzes, cavalos. Imprevidentes, humildes, servis, pacientes.

Há em tudo isso muita verdade, mas grandes exageros. “Indolente o indígena era sem dúvida, mas também capaz de grandes esforços, podia dar e deu muito de si.” (Capistrano de Abreu, *ob. cit.*, pág. 13)

Alcides Lima observa (*H. Popular do R. Grande*) que “o meio em que os selvagens viviam lhes havia imprimido nos hábitos e nos modos de vida um certo cunho original, distinto das tribos brasileiras, e mais aproximado das que povoavam as margens dos rios Uruguai, Paraná e Paraguai. No fundo, porém, o caráter do selvagem rio-grandense permanecia quase idêntico ao dos selvagens do Brasil.

“Analisando diversas tribos que existiam no Rio Grande ao tempo da conquista, deparam-se imediatamente no seu caráter certas qualidades e inclinações não muito vulgares ao comum dos selvagens. Duas qualidades morais, principalmente, os caracterizam das outras tribos brasileiras. Essas duas qualidades são a independência pessoal e a irreligiosidade.”

Não menos interessante é a apreciação de Plínio Airoso (*Primeiras Noções de Tupi*) retratando-nos a vida societária dos selvagens – assustadiços e generosos, de alma ingênua e corpo forte. Diz-nos o estudioso paulista que “aquela relativa pureza de costumes, aquelas práticas de eugenia e aquelas normas sociais, que alguns autores querem que sejam indícios de civilização, ou sintomas de respeito a princípios teogônicos, não passam de simples movimentos instintivos de defesa social e de economia doméstica.

“A própria Natureza lhes indicava esses modos de proceder como às abelhas e às formigas indica também, e sabiamente, normas de vida e de seleção.

“A sua longa vida em contato apenas com a Natureza, tinha-lhes impresso na alma o signo da ingenuidade e da gratidão, da lealdade e da força generosa.

(...)

“Sem religião definida, temiam no entanto os fenômenos meteorológicos... atribuindo-lhes poderes sobrenaturais, prenunciadores de males ou de benefícios.

(...)

“Se vivessem entregues aos vícios, à sensualidade, à indolência, às vaidades desagregadoras, não teriam resistido duramente centenas de anos, talvez milhares, à vida aspérrima das selvas, e não seriam os homens destros, puros, fortes e generosos que os portugueses aqui encontraram.

“Não foram antropófagos: a morte do condenado era ato solene de vingança e necessário castigo exemplar!

“O instinto, pois, da própria conservação, o orgulho, o amor paterno e materno, vêm, no conceito do general Couto de Magalhães, em auxílio do sentimento de honestidade, para fazer do índio um homem, pelo comum, mais moral do que o cristão civilizado.”

E acrescenta sabiamente:

“No estado selvagem a família indígena é o que deve ser – a expressão exata das necessidades sociais, que ele sente no grau de civilização em que se acha.”

“Os jesuítas davam como fato averiguado, serem os índios mais sensíveis a perceberem ideias pelos olhos que pelos ouvidos e por isso acompanhavam sua pregação com demonstrações práticas; levavam consigo pinturas do Céu e do Inferno, cuja visão superava com êxito o efeito dos discursos.” (F. Bauzá, *ob. cit.*, pág. 153)

O trabalho da terra, agricultura, em cujo trato o homem lavrando e criando, mais se aferra ao solo; a educação pertinaz, diuturna, com que os jesuítas conseguiram formar um subconsciente de submissão aos seus ditames nos hábitos e atos dos guaranis das Missões; as ordens e instruções com que estes agiam, votando ódio aos portugueses e desprezo a quem quer que fosse, estranho à língua deles, única que lhes permitiam os jesuítas conhecer; a convicção de que habitavam terras de sua propriedade concedidas por Deus e os seus padres, além de outros fatores: tais as causas que os levariam em breve à sublevação absurda e ao sacrifício inglório. Demais, bem sabiam, uns por experiência própria, outros por sinistra tradição, quão duro, cruel, fora o tratamento

imposto aos confrades expulsos das reduções de Guairá pelos paulistas, ou mamelucos (mestiços de índios e brancos) a quem, ora, supunham ter de se submeter e escravizar-se.

A vida dos paulistas, escreveu o padre Mansila, no segundo quartel do século XVII, se resume em um constante *ir e vir e trazer e vender índios*: e que na vila inteira de S. Paulo somente haverá uns dois moradores que não se entreguem ao comércio de gado humano, indo em pessoa ou mandando filhos e agregados ao sertão. Antônio Pais de Barros descreveu 500 peças do seu testamento. Cerca de 90 anos tem Manuel Preto, quando morre de uma flechada em plena floresta. (Alcântara Machado, *Vida e Morte do Bandeirante*, pág. 185)

De uma feita foram arrebatados das reduções guairenhas 15 mil índios, repartidos ou vendidos em hasta pública. Dizem que um só bandeirante, o citado Manuel Preto, teve mil cativos em sua fazenda.

“Nas cáfilas de S. Paulo a Santos, não só iam carregados como homens, mas sobrecarregados como azêmolas, quase todos nus, ou cingidos com um trapo, e com uma espiga de milho para ração de cada dia.” (Pe. Antônio Vieira)

Apavorados, justamente preferiam agora continuar sob a direção dos missionários, conquanto não fosse esta extreme de castigos, privações, muitas vezes imprescindíveis sem dúvida à sujeição e governo das gentilidades selváticas, ingentamente de singular índole, propensos à ociosidade e à embriaguez. Para S. Leopoldo, “os índios, ao que parecia, bem afortunados, passavam tranquilos e dóceis, mas não felizes, difícilimo em uma escravidão abjeta, cercados de terrores e de opiniões tristes, de obrigações inúteis, de macerações e de penosas privações”...

“Os jesuítas estabeleceram para dirigir seus povos um governo sem leis civis nem criminais. A única lei era a vontade e autoridade do cura jesuíta. Os missionários infligiam o castigo que lhes parecia, e se raramente eram injustos quase sempre eram rigorosos. As pequenas faltas eram castigadas com orações, jejuns e cárcere; os crimes, porém, se castigavam com açoites até seguir-se a morte, se o caso era mais grave.” (Padre Gay)

“A obediência dos índios aos padres era tão cega”, escreveu Gomes Freire, “que ao presente, em este Povo estou vendo mandar o padre cura

aos índios que lancem por terra, e sem mais prisão que o respeito, levam 250 açoites, e levantando-se vão dar-lhe as graças e beijar-lhe a mão.

“Estas pobríssimas famílias vivem na mais rígida obediência e em maior escravidão que os negros dos mineiros.

“Extensivo o uso de açoites aos índios adultos, mesmo aos detentores de cargos salientes ou empregos, os quais, recebida a pena, deviam agradecer humildemente o corretivo dizendo: *Aguyebe, Cherubá, chemboará, guá, a teepé*; Deus te pague, padre, que me deste entendimento ou iluminaste para conhecer minhas faltas.”

Desgraçadamente eram todos, conquistadores ou catequistas, portugueses, espanhóis ou mamelucos, religiosos ou leigos, guiados por instintos espontâneos, mais ou menos interesseiros, mais ou menos honestos, porém sempre egoístas objetivando a submissão incondicional ou a escravidão do aborígine.

JUSTO PROTESTO

Grandíssimo empenho fizeram os jesuítas para que o Tratado de Madri, tornado odioso pelas disposições do artigo 16, fosse revogado. O grande prestígio que conseguiram lograr outrora junto à corte espanhola começara, entretanto, a delir-se.

Os padres superiores do Paraguai enviaram representações à Audiência Real de Charcas e à Audiência de Lima; bispos e governadores igualmente representaram. Do mesmo modo, agindo com a consuetudinária contumácia, conseguiram os inacianos que o marquês de la Ensenada, ministro dos Negócios Estrangeiros da Espanha, atrapalhasse, procrastinando quanto lhe fosse possível, a troca das ratificações, a ponto de tornar-se necessário o seu degredo. O padre Francisco Rabago, jesuíta, confessor de Fernando VI foi quem apresentou a S. M. o memorial enviado do Paraguai; por isso, foi exonerado dessa função.

O padre José Barreda, novo provincial nas reduções do Paraguai, a quem Valdélrios pediu parecer escrito sobre os meios mais condizentes à desocupação das Missões, respondeu austeramente, salientando entre

outras objeções, que, não tendo o tratado de limites levado em conta as dificuldades que oferecia a sua execução, “não se devia presumir um crime aos olhos do rei, soliciar a sua demora”, “que a memória dos males causados pelos portugueses, tornara ociosa aos indígenas mesmo à sombra do seu poder”.

Por sua vez, os portugueses lastimavam-se de que somente à Espanha fora proveitoso. Dizia-se que fora extorquido a Portugal como lesivo a este reino e vantajoso para a corte de Madri, porque cedendo-se por ele a praça e colônia do Sacramento, entrava no domínio castelhano toda a borda setentrional do rio da Prata, e as terras que daquele ponto decorrem para o norte até o monte de Castilhos Grandes e o rio Ibicuí, e se alcançavam como irrisório equivalente sete aldeias de índios miseráveis nos páramos da margem oriental do Uruguai. Com o que vinha a Espanha a fechar inteiramente o rio da Prata, não só aos portugueses, senão a todos os demais povos europeus. Retorquiam os espanhóis, encarecendo as grandes conveniências, que o Tratado trouxera a Portugal. Acusavam o plenipotenciário castelhano de haver sacrificado os interesses da sua pátria aos respeitoos que lhe impunha a sua rainha, a qual sendo portuguesa, era como tal inclinada a favorecer a terra do seu berço.

Era fácil descobrir que por baixo da questão aparente dos limites entre os dois grandes impérios coloniais, transudavam os ódios nunca extintos da velha monarquia de Filipe II à que reputava mentalmente província rebelada. (Latino Coelho, *História Política e Militar de Portugal*, vol. II, pág. 4)

OS COMISSÁRIOS

Entretanto, as Cortes da península Ibérica nomearam as comissões técnicas demarcadoras para dar cumprimento ao Tratado.

Gomes Freire de Andrade, depois conde de Bobadela, que então exercia o cargo de capitão-general das capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, há vinte anos no Brasil, recebeu de S. M. Fidelíssima, pelo navio de guerra *N. Sra. da Lampadosa*, chegado ao Rio a 27 de novembro de

1751 a patente de mestre de campo general e a designação de principal comissário das demarcações na América do Sul, entre as duas nações.

D. Gaspar de Munis, peruano, nascido em Huainanga em 1711, marquês de Valdelírios, ministro do Conselho das Índias, nomeado chefe dos comissários espanhóis, chegou a Montevideú, com os colegas, a 27 de janeiro de 1752, no navio *S. Peregrino*, passando sem demora a Buenos Aires. Aí lhe foram apresentados pelo governador espanhol, cel. José de Andonaegue, as representações a que aludimos e os memoriais entregues pelo bispo de Córdoba: o do governador do Paraguai, D. Jaime Saint-Just (escrito pelo padre Cardiel); o da cidade de S. Miguel em Tucumán; o do cabido eclesiástico do Paraguai e o do seu vigário geral.

O segundo comissário espanhol era o capitão de navio D. Juan de Echevarría.

Em companhia do marquês veio o jesuíta andaluz Fr. Luiz Lope de Altamirano, com plenos poderes sobre todos os jesuítas da América do Sul concedidos pelo Geral da Companhia de Jesus, para auxiliar a pôr em execução o tratado. Trouxe como companheiro o padre Rafael de Córdoba. Delicadíssima a missão a desempenhar por esse sacerdote, pois teria, pela certa, de ficar entre a espada e a parede, uma vez que, indubitavelmente, toparia pela frente todos os padres missionários intransigentemente a ele contrários nesse particular. Veremos adiante como se desempenhou e os percalços que se lhe apresentaram.

TRABALHOS PREPARATÓRIOS

Tanto que Gomes Freire recebeu a designação para o novo encargo, cogitou, com aquela dexteridade que era um traço do seu patriotismo comprovado, dos preparativos para executá-lo no mais curto prazo. E foi assim que, partindo a 19 de fevereiro de 1752, no citado navio, para Sta. Catarina, desembarcou a 29 na fortaleza de Santa Cruz, hoje Anhato-mirim. Daí, em escaler, pela barra do sul, à Laguna e Garopaba, donde prosseguiu a cavalo, pela praia, até Rio Grande e Castilhos, local designado pelos soberanos para darem início à demarcação, e onde se encontrou com Valdelírios.

Pela nau *N. Sra. da Lampadosa* vieram prontos, da Europa, quatro grandes marcos de mármore, com as armas de ambas as coroas, destinados a serem assentados em lugares notáveis da raia.

Quatro navios saídos do Rio em janeiro e fevereiro conduziram ao Rio Grande, destinados a Castilhos Grandes, o pessoal técnico, oficiais, soldados. Material bélico.

Gomes Freire chegou ao Rio Grande a 7 de abril de 1752, aí já veio encontrar as tropas procedentes do Rio, a saber:

1 regimento de artilharia, comte. Cel. José Fernandes Pinto Alpoim.

1 companhia de granadeiros, comte. Cap. Álvaro de Brito Rego.

1 regimento de fuzileiros, comte. Cap. André Vaz Figueira.

1 regimento velho, comte. Cap. João de Mascarenhas.

1 regimento novo, comte. Cap. João Teixeira de Carvalho.

Gomes Freire passou em revista as suas tropas e providenciou sobre as necessidades materiais a preencher antes de prosseguirem. Eram necessários veículos para o transporte dos grandes e pesados marcos, de víveres e munições, a Castilhos; de pessoal e material bélico, pela lagoa Mirim ao forte de S. Miguel, situado no seu extremo sul. Aos que lhe acompanhariam mandou pagar além dos vencimentos normais, como minestra, aos coronéis duas patacas por dia, e uma aos capitães, tenentes e capelães.

De 1º de junho em diante partiram essas tropas para o sul. O general seguiu a 23, por terra, chegando com viagem feliz ao Chuí a 20 de julho; dirigindo-se para Castilhos Grandes, logo que recebeu aviso de Valdelírios aprazando o encontro.

A 25 de agosto (1752) acampou nas proximidades do serro de Navarro (embocadura do Chuí) a meia légua do acampamento castelhano. Aí foi esperado por um oficial enviado por Valdelírios para cumprimentá-lo. Nos dois dias subsequentes trocaram esses chefes visitas de cortesia, combinando avistarem-se, novamente, em determinado local intermediário no dia 1º de setembro. Entre os respectivos acampamentos corria um ribeiro, mais próximo do dos castelhanos.

No dia e local combinados Gomes Freire, a cavalo, aguardava Valdelírios, quando o avistou atravessando aquele ribeiro em uma pelota, por estar de vau fundo. Resolutamente cerrou pernas ao cavalo em que

montava, meteu-o n'água, e ao meio da correnteza, defrontando-se ambos, Freire decidiu o marquês a retroceder, saltando à margem, onde sós, de pé, conferenciaram durante três horas.

O mês de setembro foi ocupado em reconhecimento e explorações da região de modo a ficarem assentadas as providências inerentes ao desempenho da comissão que deviam cumprir. Emularam concomitantemente em cortesias e festas, obsequiando-se com assiduidade e fidalguia.

No dia 1º de outubro realizaram os dois altos comissários a primeira conferência oficial na qual foram permutadas reciprocamente as credenciais que lhes outorgavam plenos poderes, e as instruções que haviam recebido dos seus soberanos.

COMEÇA A DEMARCAÇÃO

A 29 desse mês ficou determinado o assentamento do primeiro marco, norte-sul, sobre uma pedra, chamada Boavista, junto ao mar, mas próximo ao monte de Castilhos Grandes, tendo na face norte as armas de Portugal, na face sul as de Espanha, com inscrições alusivas. Em novembro foi colocado o segundo marco, em India Muerta.

Em dezembro ficou assentada a direção da primeira linha do alto do Xafalote, seguindo a divisória pelo cume de um monte cujas vertentes vão pela parte de Espanha ao mar, e pela de Portugal à lagoa Mirim.

Achando-se todos acampados desde 28 de dezembro em India Muerta, aí foi ter o coronel Cristóvão Pereira de Abreu, que participou ao General Freire achar-se já na guarda do Chuí o continente de duzentos sertanejos paulistas adrede trazidos para abrirem picadas e caminhos. Foram designados para prestar seus inestimáveis serviços à primeira partida.

Prosseguindo os trabalhos os geógrafos gravaram em pedras grandes, salientes, escolhidas de uma parte e outra as letras iniciais R. F. e R. C., respectivamente da parte de Portugal e Espanha.

A 6 de janeiro (1753) acamparam na serra de Maldonado a cinco léguas do porto deste nome, num sítio que foi denominado Monte dos Reis em comemoração à festividade desse dia. Nele estabeleceram, a 8,

o terceiro grande marco. Daí foi expedida, a 12, a primeira das partidas demarcadoras constituídas de comissários espanhóis e portugueses, à qual incumbia continuar a demarcação até a foz do Ibicuí, onde ultimariam o serviço de conformidade com o artigo 9º das instruções de 1751.

A divisão portuguesa tinha como primeiro comissário o cel. Francisco Antônio Cardoso de Meneses e Sousa, posteriormente torpe e despótico governador da ilha de Santa Catarina (1761-1765), da Colônia do Sacramento (1769), falecendo como brigadeiro, no Rio, em 1771 ou 72; astrônomo, o jesuíta veneziano Bartolomeu Panigai; geógrafo, Alexandre Cardoso; capitão, cirurgião, e uma escolta de 50 dragões comandada pelo tenente-coronel José Inácio de Almeida.

A divisão espanhola tinha como primeiro comissário o capitão de navio D. Juan Echavarría; astrônomo, o tenente de navio D. Inacio Mendizabal; geógrafo, D. Alonso Pacheco; capitão, cirurgião, e uma escolta de 50 dragões comandada pelos capitães D. José Martines Fontes e D. Francisco Bruno de Zavala.

Levavam recursos, materiais e provisões calculadas para 6 meses.

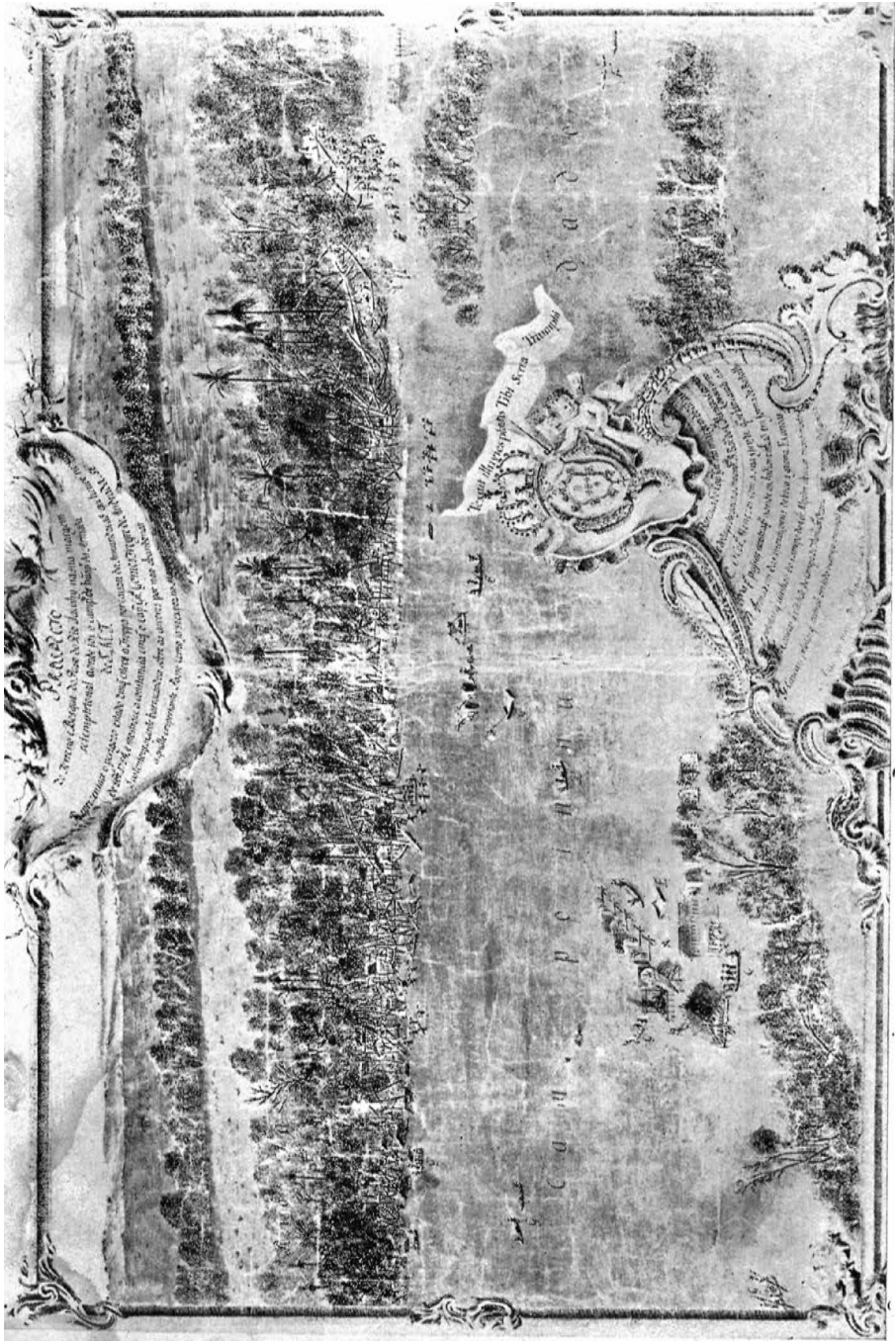
Expedida a partida, retornaram a 13, Valdelírios para Montevideu e Gomes Freire para a Colônia do Sacramento, preocupados em assegurar pacificamente o andamento da demarcação.

A 19 o marquês chegou à Colônia desembarcando em Real de Veras onde foi recebido com honras, homenagens, festas constantes de cavalhadas, bailes e óperas. A 7 de março regressou para Buenos Aires.

A TRANSMIGRAÇÃO E A REBELIÃO DOS MISSIONEIROS

Valdelírios, em agosto de 1752, antes de partir de Buenos Aires para Castilhos deixara ao padre Altamirano uma carta dizendo-lhe que iria afirmar ao comissário português que não haveria embaraço algum para se lhe entregarem os povos. O padre seguira já para desempenhar a sua missão: convencê-los da transmigração imediata, “com ordens para os curas disporem os ânimos dos índios à efetiva evacuação do território cedido”.

Para remediar as dificuldades perentórias, refere Andonaegue no seu Diário, foi entregue aos jesuítas a soma de 28 mil pesos.



Os jesuítas das missões logo que “tiveram confusas ideias do tratado de limites que acabava de ser estipulado sob maior segredo, valeram-se de todos os meios para sufocá-lo no berço” ou, “quando menos, ganhavam tempo para os preparativos à resistência e para radicarem os índios na rebelião da qual foi a alma o padre Lourenço Balda, cura do povo de S. Miguel”; de modo que Altamirano, já em Japeju¹, onde chegou em 15 de agosto, permaneceu sondando os ânimos e informando-se, até 9 de setembro. Recebeu muitas cartas dos curas das reduções avisando-o de que os índios se negavam a abandonar terras e lares.

A transmigração devia efetivar-se para as seguintes novas localizações:

Os de S. Borja, à região ao sul de Queguai; jurisdição dos altivos e independentes charruas;

Os de S. Nicolau à de além e sobre uma curva do Paraná, entre Itapua e S. Trindade;

Os de S. Luís à região entre a lagoa Iderá, o Mirinai e o rio Sta. Luzia;

Os de S. Lourenço, à ilha Sta. Maria (a maior), no Paraná, de onde, aliás, eram procedentes os seus ancestrais;

Os de S. Miguel, ao norte do rio Queguai, sobre o rio Negro;

O de S. João, às terras situadas perto do Pantanal Neembucu, entre os rios Paraná e Paraguai. O povo de Sto. Inácio, cedera-lhes localização à margem do Tebicuari junto à foz no Paraguai;

Os de Sto. Ângelo finalmente, ao norte do povo de Corpus Christi.

A rebelião não tardou. Teve início em S. Nicolau, a primitiva capital das Reduções, cujo padre cura se chamava Carlos Tux. Em carta de 6 de julho de 1752 ao superior das Missões, padre Nusdorffer, antigo vigário de S. Luís, queixava-se (repite Hafkemeyer) de não poder dominar os índios. Reunidos 45 caciques, apenas três votaram pela emigração. O rastilho inflamou as demais reduções. Começaram elas abertamente a prepararem-se para pugnaz resistência.

Pelas ruas, bradavam, entre outras, exclamações desesperadas como estas: “Juntemo-nos todos; acabemos com os nossos mortais inimigos.”

1 A mais meridional das reduções da margem direita do Uruguai.

Tais informações foram levadas ao conhecimento de Altamirano, que recebeu, também, um manifesto dado como escrito pelos índios dos Sete Povos, lamentando-se e protestando resistir. As mudanças já iniciadas por alguns deles deixaram de ter prosseguimento, ante as dificuldades, embaraços e má vontade manifesta e até certo ponto justa, mas insana.

As gentilidades de S. Luís dirigidas pelo padre José Garcia chegaram a atravessar o Uruguai, rumo ao Mirinai, mas temendo hostilidade dos charruas e chamadas pelos luizistas restantes, estimuladas pela revolta de S. Nicolau, regressaram depois de terem feito 259 léguas de penoso percurso.

Altamirano, de S. Tomé, onde permaneceu precavido de 2 de outubro de 1752 a 31 de janeiro de 1753, viu-os passar. Quando partiu de Japeju a La Cruz, a S. Borja, onde estacionou os últimos dez dias de setembro, e a S. Tomé, teve de viajar receoso, escoltado por 80 santafesinos, 50 índios e um padre que servia de intérprete. Malevolamente foi espalhada nos povos a balela de ser Lope Altamirano português disfarçado em sacerdote jesuíta, para deles tomar conta. Em setembro de 1752 trezentos homens comandados por José Tiaraju – Sepé – saíram de S. Miguel determinadamente para o repelir ou matar. Sepé, famoso mais tarde, marchou para Japeju, paradeiro de Altamirano, com o fim de verificar se eram fundadas as denúncias, e no último caso lançá-lo ao rio. Estava Altamirano acidentalmente em Santo Tomé quando recebeu a secreta notícia por um mensageiro do padre Lourenço Balda, sobre o que se tramava contra sua pessoa.

Reputando inútil então qualquer tentativa, temendo possíveis conseqüências, fugiu de Santo Tomé em 31 de janeiro para Santa Fé, donde foi a Buenos Aires, chegando a 6 de abril de 1753.

De fato nada mais lhe restava, ante o insucesso que lhe fora preparado, do que procurar defender a própria vida. Altamirano lançou toda a culpa aos seus confrades missionários, ameaçando-os de excomunhão. “A província não abre os olhos. Os padres ou mentem ou são mente-captos”, dizia deles.

Gomes Freire em carta da época (outono de 1753) a Valdelírios, assim se expressava:

“V. Exa. com as cartas que recebe, com os avisos ou a chegada do padre Altamirano, entendo, acabará de persuadir-se que os padres da Companhia são os sublevados. Se lhes não tirarem das aldeias os seus santos padres (como eles os denominam) não experimentaremos mais do que rebeliões, insolências e despesas. Isto que nos fazia horror, depois da experiência da campanha, o temos por indubitável.

“Os missionários, principalmente os estrangeiros, opõem-se à execução do tratado, apelando para piedade do rei e declarando o tratado ofensivo ao direito divino e humano, como o confessor pode ver num memorial que o Pe. Provincial Barreda mandou em nome dos missionários.

“Todos têm a errônea opinião de que as ordens de nosso Padre Geral, bem como as minhas não obrigam. Os missionários enganam-se pensando que este negócio vai findar sem tragédia e afirmando uma injustiça que não existe; enganam-se acumulando dificuldades sem fim, que, de fato, com pequeno esforço, podem ser vencidas. Aos missionários falta dedicação ao rei e à monarquia. Os índios já teriam emigrado se os padres quisessem seriamente. Ao meu ver, e segundo as minhas experiências, os missionários têm inteira culpa da revolta e da má fama da Companhia. Esta má fama não os aflige porque a honra, como dizem, não vale muito na América e porque importa pouco o que se diz contra a Companhia. O confessor não se aflija ouvindo as providências terríveis que Altamirano vai tomar para efetuar a saída dos índios.

“Em agosto (1753) os padres Altamirano e Barreda mandaram o Pe. Fernández como visitador, o qual reuniu os missionários para o dia 17. Entre os que deviam aparecer achavam-se o P. Matías Estrobel, superior das Missões, e o seu predecessor, P. Nusdorffer. P. Fernández deu-lhes a conhecer, como gravemente obrigatórias, as determinações do Pe. Altamirano, que esse mesmo chamava terríveis: que os missionários queimassem toda a pólvora e proibissem o fabrico de armas; que os índios, se até o dia 15 de agosto não comesassem a saída, consumissem o S. S. Sacramento, quebrassem os vasos sagrados e abandonassem as aldeias rebeldes.” (Hafkemeyer, *Anuário do Estado do R. G. do Sul*)

Essas providências não surtiram o efeito objetivado. Os dois citados padres foram demitidos e o P. Fernández teve de fugir em janeiro de 1754.

Enquanto tais sucessos se desenrolavam chegaram informações aos Povos, do padre Tadeu Henis, propositadamente destacado para Santo Antônio (o novo), nas cabeceiras do arroio deste nome (hoje município de Lavras), para observar os movimentos porventura resultantes da ação dos comissários demarcadores. Segundo avisos desse padre, aproximavam-se os operadores, já tendo alcançado as terras da estância de S. Miguel. Pode-se imaginar o alvoroço causado no meio da indiada por semelhante notícia, até certo ponto para ela surpreendente, pois diversos estafetas ou bombeiros expedidos com antecedência nada haviam ainda informado.

Avisados, entretanto, igualmente, os guaranis que haviam sido enviados para hostilizar o Pe. Altamirano, destacaram um contingente, sob o comando do chefe Tiaraju, para ir reconhecer e embargar o passo aos demarcadores.

Zabala e Echevarría, oficiais demarcadores espanhóis, conferenciaram sem resultado com Sepé, conhecido do segundo.

No prosseguimento das operações atingiram os comissários a 27 de fevereiro de 1753 a capela de Santa Tecla, onde costumava officiar o padre Tadeu Xavier Henis, posto da citada estância da redução de S. Miguel; havia alguns ranchos, e um destacamento de 60 índios miguelistas armados, dispostos a impedir o avanço para o norte. Comandava-o, já o vimos, Sepé. Desde logo declarara, exagerando, como de resto costumava fazer, que dispunha de elementos para se opor à entrada dos portugueses, que não poderiam passar, facultando tal concessão, se a aceitassem, somente aos espanhóis, a quem forneceria vacas e liberdade de movimentos.

“Que as terras dos portugueses não eram estas e sim as do Ibicuí-maroti.”

“O padre Lourenço Balda, cura de S. Miguel, avisado pelo padre Tadeu Henis, empregado como em atalaia no curato de S. Antônio, o novo, mandou Sepé a esta expedição, enquanto por outro lado afugentava para Buenos Aires o padre jesuíta Altamirano, que se achava em Santo Tomé, fazendo-lhe entender que os índios irritados marchavam tumultuariamente sobre sua residência.” (Cônego Gay, *História da República Jesuítica*, nota 62)

* * *

A 24 de março chegou à Colônia do Sacramento um próprio com a comunicação enviada de Santa Tecla, em que os operadores diziam ter já percorrido e demarcado umas cem léguas, quando encontraram os guaranis prontos a embargar-lhes o passo; que, pretendendo conquistar a boa vontade deles, deram-lhes alguns gêneros levados adrede, tratando-os benevolmente. Todavia, nada valeu a cortesia dos europeus. Os índios diziam que “os padres lhes aconselhavam a defender terras que eram suas e que ninguém devia tirar-lhes”; “que el-rei estava muito longe e que eles só conheciam os seus benditos padres”. (Carta de Gomes Freire a Valdelírios)

Como não esperassem semelhante atitude e não tivessem instruções para conquistar a passagem empregando força material, resolveram os expedicionários retroceder, retirando-se a 4 de março acompanhados pelos índios – como desejaram – até Aceguá, chegando o capitão José Inácio à Colônia a 11 de abril e o coronel Francisco Antônio a 12. Os espanhóis que se destinavam a Buenos Aires, aí aportaram a 8 de maio. Também o padre Altamirano, como vimos, recém chegara a esta povoação. O marquês, tendo conferenciado com os seus patrícios, tomou conhecimento dos fatos por eles testemunhados e decidiu entregar a Andonaegue uma carta do seu rei ordenando-lhe, no caso de sublevação ou resistência, a evacuação à força d’armas dos sete povos das Missões, que se haviam de entregar à coroa portuguesa.

Altamirano presente, como derradeira tentativa para consecução de pacífica transmigração, propôs afastar até 15 de agosto os curas das respectivas doutrinas, na esperança de que os indígenas seguiu-os-iam, receosos de perderem o pão espiritual e assistência, reputados imprescindíveis. Foram designados para levar a cabo essa tarefa os padres Alonso Fernández e Roque Balester.

A 22 de junho os chefes, espanhol e português, tiveram uma conferência em Martín García, ficando deliberada a expedição da terceira partida de demarcadores destinada a seguir para o rio Jauru (até os Jaraiés) a 950 léguas da Colônia do Sacramento.

Aprovaram a medida do afastamento dos curas das reduções, sem prejuízo dos preparativos bélicos. Novo encontro ficou aprazado para logo que viesse o resultado das diligências combinadas.

O resto desse ano (1753) e a primeira metade do seguinte foram consagrados aos preparativos bélicos procrastinados, segundo alguns, por Andonaegue, que pedia prazo para recrutar e organizar forças, providenciando, entretantes, por intermédio dos padres da Companhia para que os guaranis realizassem a mudança sem ser preciso obrigá-los pelas armas. Para isso, assegurar-lhes-iam tempo suficiente à construção das novas moradas e à colheita dos frutos pendentes.

A missão dos padres Fernández e Balester foi infrutífera. Em 24 de agosto comunicava o primeiro em carta que não bastavam a persuadi-los: “las cédulas, las cartas ni las exhortaciones tuyas de los curas, a quienes, por outra parte, no habia podido extraer de los pueblos por no permitirlo sus habitantes”.

Em 23 de outubro, reiterava: “ser imposible, aún al rei em persona, conseguir la transmigración de los indígenas”, fugindo, em seguida, ameaçado.

Era inútil tentar meios pacíficos. A guerra foi declarada.

A 26 de novembro recebeu Gomes Freire, na Colônia, correspondência de Andonaegue, avisando-o de que pretendia no mesmo verão em que se encontravam, efetuar a evacuação dos povos rebelados. Sim, era preciso que este governador demonstrasse algum esforço não só para secundar o muito empenhado pelos seus colegas, como para não aumentar o desgosto ou prevenção do seu rei. Com efeito, já em março chegara a Buenos Aires correspondência da Espanha em que Fernando VI se mostrava desgostoso com Andonaegue pela morosidade em executar o tratado, ordenando-lhe que procedesse à evacuação e repreendendo-o por já não o ter feito.

ROMPIMENTO DE HOSTILIDADES

Nos primeiros tempos do povoamento do Rio Grande do Sul chamava-se Jacuí a parte do rio desse nome que fica acima da foz de Vacacaí; desta foz até Porto Alegre, o rio se denominava Guaíba (Ygay²). Para baixo

2 Até hoje ainda deu dois principais ramos do Jacuí, em Cima-da-Serra, se chama Gaí ou Igaí.

era lagoa dos Patos até o rio Grande. Pois bem, sobre o rincão formado pelo então Ygay (Jacuí e Guaíba de nossos dias) e o rio Pardo (Jobi em guarani), à margem esquerda de ambos, no extremo de uma das vastas estâncias pertencentes à Redução de S. Luís, foi construído um forte ou paliçada com o objetivo razoável de aproveitar a esplêndida situação, ainda hoje digna de apreço para o caso, como depósito ou centro de reabastecimento de tropas. Ficou desde logo sob a guarda efetiva de uma força portuguesa de 60 homens então comandados pelo tenente lagunista Francisco Pinto Bandeira (pai de Rafael Pinto Bandeira).

Tal o ponto escolhido para início das hostilidades pelos missionários de S. Luís, S. Lourenço e S. João, logo que souberam da sua ocupação e aproveitamento.

PRIMEIRO ATAQUE AO FORTE DO RIO PARDO

A 2 de fevereiro de 1754, 350 guaranis, Tiaraju à frente, chegados às cercanias do reduto sem serem lobrigados, deixando os cavalos ocultos à margem direita do Jobi, sorrateiramente, a pé, surpreenderam pela madrugada (tendo matado dois negros, sentinelas avançadas dos portugueses) a fraca guarnição, que foi obrigada a defender-se renhidamente. A princípio, dada a confusão resultante do insólito ataque, os portugueses tiveram de recuar deixando 18 mortos, embrenhando-se fugitivos nas matas adjacentes. Enquanto os índios, descuidosos, se entregavam à pilhagem dos ranchos, aqueles reconstituíram-se rapidamente e os contra-atacaram impávidos, matando-lhes 22, ferindo-lhes 18.

Malogrou o acometimento, disse Nusdorffer, “la mucha codicia, el poco discurso y la demasiada confianza – todas prendas naturales del indio guarani”.

Às nove horas da manhã fugiram derrotados, sob disparos de canhão.

SEGUNDO ATAQUE AO FORTE

Informados do mau êxito dessa primeira expedição, providenciaram os missioneiros de S. Luís para a remessa de uma segunda, melhormente aparelhada. Foi designado ainda para dirigi-la José Tiaraju, o Sepé, o mais hábil e cauteloso guerrilheiro guarani daqueles tempos.

A formação física e moral do clarividente Tiaraju foi plasmada nas Missões, exclusivamente sob a orientação jesuítica, mui provavelmente em São Miguel, onde chegou à categoria de corregedor, função proeminente de justiça e policial, a que só atingiam índios cristãos eleitos por qualidades singulares. Parece que – filho de cacique – não desmentiu o sangue herdado, antes o elevou tanto, que logo após a sua morte prematura, surgiu-lhe espontânea, ironicamente embora, generalizada, a auréola de santidade, hoje imortalizada entre nós.

Cavaleiro exímio, como recorda M. Bernardi, sabia laçar e domar, plantar e colher, cancheiar a erva-mate, cultivar e entretecer o algodão.

O conhecimento que este tapejara tinha da região, a sua audácia e presença de espírito, contribuíram para elevá-lo à altura de chefe incontestado. A maior cópia de recursos em homens proveio das reduções de S. Miguel, S. Lourenço e S. João. Trouxeram dois pequenos canhões. Eram, via de regra, feitos de taquaruçu, retovados de couro, raramente de ipê (lapacho). Resistiam a três disparos e ficavam inutilizados. O efeito com que marchavam sobre o rio Pardo numerava 500 homens.

Mas os portugueses, por sua vez, haviam recebido reforços. Gomes Freire, informado dos acontecimentos anteriores, fizera seguir, sem demora, um contingente de cerca de 200 praças, infantes e dragões, sob o comando do tenente-coronel Tomás Luís Osório.

Em 1753 partira de Santa Catarina um escolhido contingente do regimento de linha da Ilha, denominado Barriga-Verde, sob o comando do cap. Antônio Gonçalves.

Essa antonomásia que, como bem disse o Comandante Lucas Boiteux, tanto honrou e encheu um século da nossa história militar com páginas de heroísmo, resignação, disciplina e galhardia, proveio de um indumento verde, colete ou peitilho, do uniforme que usavam esses soldados catarinenses.

Não tardaria receberem eles em rio Pardo o seu batismo de sangue, combatendo na resistência oposta a José Tiaraju. Até 1756 operou bravamente às ordens de Gomes Freire, nas campanhas ocorridas.

A guarnição do forte de rio Pardo, também chamado o principal, de S. Miguel, e mais comumente – Jesus, Maria, José – melhorara sensivelmente a posição com obras de fortificação passageira.

* * *

Tiaraju, algumas léguas antes de atingir o objetivo, para evitar que o inimigo tivesse conhecimento da sua aproximação, empreendeu largo desbordamento procurando um caminho mais coberto, ao norte, para atravessar o rio Jobi (Pardo) em uma ponte improvisada, num ponto bem acima da passagem ordinária, perto do forte, e na qual a vigilância da guarnição portuguesa o poderia assinalar.

Manobra semelhante executaram mais tarde, na revolução farroupilha, em 30 de abril de 1838, na mesma zona, as tropas de Neto vanguardadas por Canabarro, quando, para atacar de surpresa a vila de Rio Pardo, evitando a temerária passagem da ponte na estrada geral – a desbordaram pelo “Rincão de el-Rei”, atravessando o rio, a montante, em lugar considerado inacessível.

Transposto o rio, depararam os guaranis, por mero acaso, à saída da mata que margina, a cavallhada dos portugueses, que estes supunham bem segura em esconderijo que lhes parecia inteiramente fora de mão. Como estava guardada apenas por cinco pretos, não foi difícil aos guaranis matarem-nos, embora à custa da vida de três dos seus – dos quais um era tuxava em S. Miguel – ante a resistência daqueles cinco obscuros heróis. Tomada a cavallhada, puseram-na logo em perfeita segurança fazendo-a passar à outra margem e afastando-a suficientemente. Aproximando-se do forte, e deparando as obras improvisadas recentemente, detiveram-se cautelosamente, reconhecendo com meticulosidade as posições dos portugueses. Verificaram que estas dispunham agora de um fosso e uma nova paliçada daí ao longo do caminho que leva às embarcações, assegurando-lhes retirada até o porto de Jacuí.

Segundo alguns autores – não tendo os portugueses sido atacados

imediatamente, como logicamente esperavam, resolveram acenar aos índios com uma bandeira branca para que se aproximassem confiantes. Assim, veio o chefe, Sepé, incauto, sem que nada lhe acontecesse, tendo penetrado no forte, onde, bem acolhido, foi imitado por 25 companheiros que havia deixado fora, e mais outros tantos que a estes seguiram espontaneamente.

Com esse ardil (ou traição), foram capturados e desarmados 53 missionários.

Segundo alguns historiadores, os fatos passaram-se de outro modo:

A 29 de abril (1754), pelas 8 da manhã, conta Jacinto Rodrigues da Cunha (Diário), chegaram três esquadrões de índios a pé e a cavalo, os quais atacaram o forte por três lados com fogos de artilharia e flechas.

Vinham sob as ordens de Tiaraju e de dois jesuítas. O ataque foi tão bem iniciado e dirigido que o tenente de dragões Francisco Pinto Bandeira resolveu oferecer-se ao comte. Osório para assaltá-los e partiu a desalojá-los a todo risco.

Entretanto o fogo da artilharia quebrou-lhes o ímpeto, pondo-os em fuga. Na debandada deixaram duas peças de calibre 2 e seis índios mortos.

Na perseguição imediata, caiu prisioneiro o chefe Tiaraju e 53 índios. Pretenderam então, os missionários trocar os guaranis prisioneiros pela cavalhada que tinham arrebatado. Esta, porém, já estava em mãos distantes, abrigada, ou quiçá, em caminho das Missões, para onde, enfim, a conduziram.

Malgrado a enorme falta que o conceituado Tiaraju fazia aos seus, não conseguiram logo os portugueses solução favorável ao escambo, pois os índios, precavidos, guardavam como proveitosas as suas presas, ou preferiam conservá-las porque, maliciosos, não confiavam na restituição prometida.

Para abreviar a permuta, alvitrou Tiaraju, que o enviassem acompanhado por uma escolta a persuadir os detentores da cavalhada, das vantagens da troca; deixava como reféns os seus 53 companheiros.

Tiaraju, guardado por doze praças, nu, em pelo, sem esporas, desarmado, mal montado, saiu a cata dos seus. Espírito atiladíssimo, tinha percebido que os soldados que o guardavam eram maturrangos. E, ao

chegar à orla da mata, antes de passar o Jobi, numa rápida e decisiva arrancada, cerrou pernas ao mísero corcel, gritando para o estimular, tomou logo a dianteira, de modo que, no momento oportuno, atirando-se do cavalo ao chão, embrenhou-se na mata, atravessou o rio, a nado, e, deixando desnorçada a escolta que o perseguia, tiroteado, logrou escapar-se.

* * *

A segunda foi, pois, baldada, como vimos acima, debandando a indiada.

O comandante do forte em informações a Gomes Freire, datadas de 20 de abril e 21 de junho, dizia que os prisioneiros declaravam terem vindo os padres em sua companhia até o rio Pardo, sem, contudo, terem passado o rio. Narrava ainda que os guaranis matavam os prisioneiros inimigos e decepavam logo a cabeça, porque “os padres lhes asseguravam que os portugueses, posto se lhes fizessem muitos ferimentos, muitos deles ressuscitavam”, e que o mais seguro era cortar-lhes a cabeça.

O tenente-coronel Tomás Luís Osório remeteu sob a guarda do furriel Gaspar José e de uma escolta de 15 soldados, em uma grande falua, pelo Guaíba, os prisioneiros, para o rio Grande de S. Pedro, a fim de serem interrogados pelo general que aí se encontrava então. Durante a viagem, quando já no Guaíba (lagoa de Viamão) sublevaram-se, matando no porão onde estavam presos, as três sentinelas que lhes montavam guarda. Tomaram conta da embarcação, fechando o furriel e a escolta (reduzida a 6 homens, por terem perecido 3, e se acharem 2 feridos) na câmara, onde haviam corrido para tomar armas e reagir. Os valentes da escolta não desanimaram: abrindo um buraco para o porão e fazendo por ele violento fogo para o convés, mataram 13 índios. Os sobreviventes lançando mão de um machado, lograram fazer um grande rombo na embarcação, uns dois palmos abaixo da linha d'água, com a ideia de submergi-la para que todos perecessem.

A pequena guarnição vendo em tempo o iminente perigo, tapou o rombo com capotes e outros recursos de que pôde socorrer-se. Em seguida, vencendo grandes dificuldades, trataram de subir ao convés,

atacaram os índios, atirando-os à água, onde os que caíam morriam afogados. Restaram vivos apenas 14 ou 15. Conduzidos ao Rio Grande, trabalharam em galés. Quando meses depois a guarnição embarcou para Santo Amaro, com destino ao rio Pardo, foram todos eles conduzidos, libertados e mandados às reduções.

PRIMEIRA CAMPANHA DOS EXÉRCITOS COLONIAIS

Como vimos antes, no intervalo desses sucessos, reuniram-se em Martín García para uma conferência coletiva, previamente combinada, Valde-Írios, Gomes Freire e Andonaegue. Nessa ilha permaneceram desde 18 de março de 1754, realizando a última entrevista a 26, tendo ficado assentado o plano de campanha para serem os Sete Povos evacuados a força d'armas.

Partindo Andonaegue de Buenos Aires num dos primeiros dias de maio, a 20 ou 21 rompia marcha pela margem do Uruguai, tendo como primeiro objetivo ocupar a redução de S. Borja. Previamente iniciara a concentração de tropas e material no rincão de Valdez ou Real de las Gallinas, sobre o rio Negro. De S. Borja marchariam sobre as imediatas, ao norte. Treze embarcações sob o comando de Echavarría subiriam o rio Uruguai, arrebatando as igaras e ubás dos índios, acompanhando e protegendo a marcha do exército espanhol, de modo que dos povos ribeirinhos do Paraná não pudessem os sublevados receber recursos.

Gomes Freire, cuja missão era auxiliar o general espanhol, de quem levava instruções expressas, partiu poucos dias antes para o Rio Pardo, improvisado centro de abastecimento na linha de comunicações, via Rio Grande e Porto Alegre, sendo seu primeiro objetivo Santo Ângelo, o mais oriental dos Povos, cumprindo-lhe, em seguida, tomar os que se seguissem imediatamente, rumo ao ocidente. Dois oficiais espanhóis o acompanharam.

Segundo a combinação assentada, previram os dois generais a hipótese favorável de atingir com os exércitos, até 15 de julho, os primeiros objetivos retroassinalados.

Andonaegue avançou mui lentamente, não passando do Salto Grande do rio Uruguai, em julho, e indo somente até o arroio Casupá. Fez alto no arroio Tigre, distante 20 léguas do rio Ibicuí. O esgotamento dos cinco mil cavalos com que iniciara a marcha, obrigou-o a deter-se e a retirar. A sua marcha pela margem esquerda do Uruguai deu lugar a que os indígenas, desde logo, talando os campos, iniciassem as hostilidades, primeiramente levantando todos os gados de modo a tirar os meios de viverem e avançarem as tropas castelhanas. Além disso, o péssimo inverno privara os animais de alimentação conveniente: o pasto exsiccado desnutria-os. Julgou, pois, o general, não ter outro remédio senão recuar para a região ao sul do arroio Arapeí. Em princípio de setembro iniciaram a retirada até o Salto pequeno; depois até o Dayman. Por esse tempo soube-se que Gomes Freire com as suas tropas chegara em frente do rio Jobi.

A 3 de outubro os castelhanos haviam sido insistentemente inquietados por vultosos grupos de amotinados oriundos dos povos de Japeju e La Cruz. Nesse dia, aproximadamente 400 índios, sob as ordens do cacique Rafael Paracatu atravessando o Arapeí, vieram audaciosamente provocá-los. Andonaegue fê-los atacar por 100 homens sob o comando do cel. Tomaz Hilson que os derrotou completamente, mais da metade aí tombando para sempre, deixando 72 prisioneiros, inclusive Paracatu, armas e cavahada. Nusdorffer dá 120 mortos e 48 prisioneiros.

Em seguida, pouco caso ligando ao cumprimento dos seus deveres à palavra empenhada e às ordens de Valdelírios, que aliás o exprobrou acerbamente, Andonaegue retirou-se mais para o sul, para o antigo acampamento do rio Negro, onde permaneceu muitos meses.

No seu diário, anotou consolando-se: “que para los pasados males son ociosos remedios futuros”.

* * *

Vejamos o que entrementes se passara com o exército português, haurindo no diário do cap. Jacinto Rodrigues da Cunha, fonte segura de informações, os elementos estruturais da nossa exposição.

A 22 de abril (1754) partiram da Colônia do Sacramento três embarcações, com destino ao Rio Grande conduzindo as tropas de Gomes Freire. Sua exa. seguiu no mesmo dia por terra.

Como era comum acontecer nas travessias marítimas realizadas outrora, constantes desgraças acusava a antiga navegação. A dessa frota foi tormentosa e perigosíssima. Desviada da sua rota, por tais circunstâncias, arribou ao Desterro a 7 de maio. O governador da ilha, D. José de Melo Manuel, mandou, por terra, um chasque ao gal. Freire, preveni-lo da arribada e próxima partida da frota. Tais informações o alcançaram em Chuí. Reiniciando a viagem a 2 de junho, a 15 estavam todos em terra, no Rio Grande, onde foram recebidos na praia, pelo general, e onde se incorporaram às tropas dessa guarnição.

A 26 e 27 partiram as mesmas forças em sete embarcações: 5 faluas e 2 sumacas, seguindo Gomes Freire por terra, para Viamão, no dia 28.

A 21 de julho as tropas desembarcaram em Santo Amaro e aí permaneceram aguardando os retardatários, e também recursos materiais.

Entrado o mês de agosto, os homens e o material foram sendo transportados para o porto do Rio Pardo, acampando todos fora da fortaleza a 11. A 14 assumiu o comando o gal. Gomes Freire, chegado em uma canoa a 29 do mês anterior, procedente de Viamão.

Os aborígenes na margem oposta do rio, davam evidentes mostras de hostilidade, inconveniente pelo efeito moral à tropa recém-vinda. Foi necessário fazê-los afastarem-se sob o fogo dos canhões.

Dois dias depois foram determinadas a abertura de uma picada na mata que margina o Jobi e a construção de uma ponte improvisada de canoas, própria à passagem do exército com todo o material de guerra e impedimenta, pois ia ser logo dada a ordem de movimento rumo a Santo Ângelo.

Penosa marcha tinha de ser essa, em lugares impérvios, sem rotina, por selvas, pântanos, rios e serras, estorvados por um inverno excepcional, frio e chuvoso!

Não fosse a certeza da irremissível imolação a que os índios sem dúvida submetiam os soldados, muitas teriam sido as deserções no exército. Não deixava, é evidente, de exercer mística atração aos espíritos inscientes dos soldados que o integravam a fantasia da integral e inefável

liberdade de ação, imaginando poder desfrutar, sem freio, as delícias de uma terra virgem e opulenta, repleta de gentilidades, extremes de preconceito morais que inibissem a desenvoltura imoral do europeu.

* * *

O exército todo marchou a 24 de agosto com 1600 homens aproximadamente, com destino ao Jacuí acima da confluência do Vacacaí. Da oficialidade muitos são já nossos conhecidos. O cel. engenheiro Miguel Ângelo Blasco exercia as funções de quartel-mestre-general. O trem de guerra, o material e os animais tornavam pesada a marcha. A cavallhada orçava por 6 mil; boiada mansa, cerca de mil; carretas mais de 70.

Depois de ter o general transposto o rio Pardo, retrocedeu com um contingente para remediar o incêndio manifestado numa das dependências do forte J.M.J. Foram atingidos os depósitos de fardamento, perdendo-se quase todo.

A 1º de setembro o exército acampou defronte do cerro Butucaraí de onde se avistavam fogões de guaranis; a 2 atravessou o rio do mesmo nome; a 7 chegou ao passo do Jacuí, no ponto referido, achando-se os índios acampados na outra margem. Conquanto procurassem meios e modos de importunar sem tréguas os portugueses, máxime durante as marchas, logo que estes fizeram alto à margem esquerda do rio, no citado passo, começaram os indígenas a demonstrar desejos de entendimento com o general. Mandaram perguntar notícias de S. Exa., enviando-lhe presentes de charque; advertindo-o em todo caso, que tinham ordens de oporem-se a sua passagem para a outra margem.

Segundo o diário, o general tinha intenção de transpor imediatamente o rio como era natural, tanto assim que providenciou para ser feito um reconhecimento ofensivo, determinando a travessia, a nado, num ponto acima, de uma força de 200 homens, protegidos pelas peças de bronze postadas convenientemente junto ao rio, apoiando as três companhias de granadeiros e as peças de amiudar de que estes dispunham. Uma vez atravessado o rio, essa tropa cobriria a passagem do grosso. Tais providências, entretanto, não tiveram execução, por ter chegado, pela madrugada, pouco antes de serem iniciadas, um chasque precedendo

um emissário do governador Andonaegue, trazendo ordem de suspensão imediata do avanço. Com efeito, na tarde de 12 chegou um capitão espanhol. Em carta trazida por este oficial, Andonaegue comunicava ter atingido as proximidades de Japeju com suas tropas, onde encontrou os índios revoltados. Mataram-lhe, numa emboscada, um sargento-mor correntino e cinco praças; tinha a sua cavallhada esgotada; recuaria cinco léguas para sítios de boas pastagens a fim de fortalecê-la; por último, recomendava a Gomes Freire que não adiantasse mais a sua marcha, sem que também o fizesse.

O pervicaz Gomes Freire contrariou-se, com toda a razão. O general espanhol dava provas evidentes da má vontade, para não dizer da incapacidade. É de supor que muita manha houvesse nessa atitude paliativa, própria a ganhar tempo, quiçá à espera de contraordem das cortes peninsulares às operações encetadas. Conselho de oficiais, reunido no acampamento português, decidiu que fossem aguardadas novas instruções nesse local que haviam atingido com tantos sacrifícios pessoais e despesas vultosas. Essa decisão foi remetida, a 15, pelos alferes de dragões Antônio Pinto Carneiro que seguiu com o mensageiro espanhol.

Entretanto, grande parte do exército lograra passar a 10, 11 e 12 de setembro o Jacuí acampando na margem oposta. O Q. G. do comando permaneceu à margem esquerda, todos muito próximos do seu leito. A todas essas, os índios conservavam-se esquivos, ora aproximando-se, ora fugindo, procurando o estrênuo Tiaraju oportunidade de fruir golpes de audácia ou surpresa. Ao mesmo passo anteviam ou recebiam próxima derrota. Não obstante, mostravam-se, às vezes arrogantes aumentando a sua ousadia sempre que lhes chegavam novos reforços das reduções, todas elas em plena mobilização. Diziam-se ou imaginavam-se invencíveis pelos europeus. Para essas alternativas descomedidas, contribuíam, sem dúvida, as tramas urdidas por pérfidos informantes, entre os quais contavam-se os próprios soldados desertores, mentirosos pela conveniência ou afã de serem bem acolhidos, evitando ou procurando evitar massacre a que poucos escapavam.

De sorte que embora não raramente se estabelecesse intercâmbio aparentemente amistoso entre os adversários, comparecendo os tapes assiduamente em visita e a barganharem no acampamento de Gomes

Freire, é de notar que entre emboscadas trágicas dos índios aos soldados que se afastavam do acampamento, ameaças escritas enviadas silenciosamente ou com alaridos, protestos de submissão; e, do outro lado, no exército português, pescarias, caçadas a porcos alçados, etc., escoava-se o tempo, aguardando-se reavanço de Andonaegue. Também não faltavam tiradas irônicas: de uma feita Sepé mandou um desafio ao cap. Francisco Pinto Bandeira, de quem fora prisioneiro em Rio Pardo, para que saísse do acampamento que ele se comprometia a lançá-lo.

Na manhã de 3 de outubro o general recebeu uma carta do cacique-mor pedindo que lhe fosse falar acompanhado dos coronéis Alpoim, Meneses e Martín Echaure (espanhol) e cap. Pinto Bandeira; pretendendo que suas terras fossem desocupadas por bem, em cujo caso acompanhá-los-ia até o Rio Pardo marcando aos portugueses o sítio até onde podiam chegar e podendo desde logo permanecer no forte de J. M. J., limite que não poderiam ultrapassar sob pena de serem despejados pela força.

“Quem podia esperar que uns índios rudes,
Sem disciplina, sem valor, sem armas,
Se atravessassem no caminho aos nossos,
E que lhes disputassem o terreno!”
(B. da Gama – *Uruguai*)

CAAIGAPE

A partir de 6 de outubro ininterruptas chuvaradas começaram a inquietar as tropas acampadas nesses páramos alagadiços. A 13 a enchente tornou obrigatórias providências defensivas compatíveis com os recursos locais: foram construídos jirais dentro das barracas, sobre os galhos das árvores à maneira usada por certas tribos, chegando a água à cintura dos homens no acampamento da margem direita, mais baixa do rio. Caaigape (floresta inundada), diriam os guaranis.

A 14 ainda as águas cresciam, impondo continuado trabalho para contê-las com barragens improvisadas, estacas com terra e galhos de árvores. O trânsito e as comunicações no recinto eram feitos em canoas.

Examinando-se os ótimos mapas que ilustram o livro *Cristóvão Pereira* do operoso gal. João Borges Fortes, aqui reproduzidos, pode-se ter uma ideia desse panorama lacustre como da habilidade do desenhista, um dos veteranos da curiosa odisseia.

A 15, à tarde, começou a vazante.

Alguns escritores descrevem uma curiosa entrevista que teria havido entre Gomes Freire e Sepé, nesse acampamento. O cap. Jacinto Rodrigues da Cunha, presente nele, não a refere no seu minuciosíssimo “Diário”.

A RETIRADA

A 12 de novembro, finalmente, avistaram-se três botes subindo o Jacuí.

Os guaranis sempre vigilantes, dispostos à hostilidade, alvejaram-nos com as peças de taquaruçu de que dispunham, metendo-os a pique. Socorridos oportunamente pelos soldados, conseguiram salvar-se quase todos os tripulantes, emissários de Andonaegue, com os quais regressou o alferes Pinto Carneiro. Todos esperavam fosse a resposta determinando o prosseguimento da marcha para Missões. Assim não aconteceu. A divulgação da ordem contrária provocou queixas e desgostos gerais. Precária tornava-se, então, a situação do exército português.

Com imensa campanha descoberta pela frente; aumentado dia a dia o efetivo dos indígenas, especialmente de contingentes churruas e das demais reduções, tornavam-se estes cada vez mais audaciosos, hostilizando deveras os portugueses e insulando-os pela pugnaz devastação dos campos contérminos e até o rio Jobi.

A 13, Gomes Freire, em situação embaraçosa e acatando as ordens do lardo general castelhano, mandou chamar os caciques comandantes dos corpos que constituíam a força dos guaranis existentes na vizinhança e propor-lhes a assinatura de um termo, o que fizeram logo no dia imediato. Ei-lo:

“Aos quatorze dias do mês de novembro do ano mil setecentos e cinquenta e quatro, neste acampamento do rio Jacuí, o ilustríssimo e excelentíssimo senhor Gomes Freire de Andrade, governador e capitão-geral da capitania

do Rio de Janeiro e Minas Gerais, com as tropas de S. M. F. para auxiliar as de S. M. C. a fim de evacuar os Sete Povos da margem oriental do Uruguai, cedidas a nossa coroa em virtude do tratado de limites das conquistas, vieram à presença do dito excelentíssimo senhor general, D. Francisco Antônio, cacique do povo de Santo Ângelo, D. Cristóvão Acatu e D. Bartolo Candu, caciques do povo de S. Luís, D. Francisco Guaçu corregedor do dito povo de S. Luís, e por eles foi dito lhes permitisse o dito senhor que eles se retirassem a seu povo em paz sem fazer-lhes dano, nem tampouco segui-los nem aprisioná-los, e às suas mulheres e filhos, pois eles não queriam guerra com os portugueses; respondendo-lhes o dito senhor general e os oficiais abaixo firmados que se achavam neste exército por ordem do seu soberano, aguardando que a cavahada e a boiada do exército de que é general snr. D. José de Andonaegue se achasse em estado de voltar e seguir marcha, o que por falta de pastos fora obrigado a retroceder, e que tendo ordem do referido general como comandante que era de todos, avançariam pelo que não determinavam retirar-se mas, antes, fortificou-se no passo em que estavam; o que ouvido pelos mencionados caciques e demais índios presentes, pediriam em nome de Deus se lhe concedesse tempo para seu recurso, e aguardavam que S. M. C. melhor informada do seu miserável estado e vida aplicasse sua real piedade com tal remédio que servisse de alívio à sua miséria; e que caso S. M. C. e seu general não ouvissem seus rogos, se pusesse outra vez em campanha, ficavam certos que os portugueses os seguiriam em cumprimento das reais ordens do soberano. O que ouvido pelo dito snr. general respondeu que não pensava perder um passo do em que se achava seu exército. Porém querendo ter com eles a piedade que lhe era rogada, permitiria de trégua o tempo que mediasse até que o exército de S. M. C. novamente marchasse para a campanha, sendo com as cláusulas seguintes: que se retirariam logo os caciques com os oficiais e os soldados para os seus Povos, e o exército português sem fazer-lhes hostilidade alguma passaria o rio Pardo, conservando-se de uma parte outra em inteira paz até determinação dos dois soberanos, fidelíssimo e católico, ou bem até que o exército espanhol saia para a campanha, porque em saindo o exército português precisamente há de seguir as ordens do gal. de Buenos Aires; e para que não suscite alguma dúvida declara que a divisão provisória do rio de Viamão e pelo Guaíba acima até onde o Jacuí

nele entra que é nesse que nos achamos acampados, seguindo-o até suas nascentes pelo braço que corre de sudoeste. A parte que nesta divisão de terras fica ao norte não passará gado ou índio algum, e sendo encontrado se poderá tomar o gado por perdido, e castigar os índios que forem achados: e a do sul não passará português e sendo encontrado algum será castigado pelos caciques e demais justiças dos ditos dos Povos, na mesma forma, exceto os que forem mandados com cartas de uma ou outra parte, porque estes serão tratados com toda fidelidade. E de como assim o prometeram executar tanto o dito Exmo. Sr. General por sua parte, como os referidos caciques pela sua, o firmaram todos, e juraram aos Santos Evangelhos, no que puseram suas mãos direitas na mão do reverendo padre Tomás Clarque, e eu Manuel da Silva Neves, secretário da expedição, que o escrevi – Gomes Freire de Andrade – D. Martín Joseph de Echaure – D. Miguel Ângelo de Blasco – Francisco Antônio Cardoso de Meneses e Sousa – Tomás Luís Osório – Fabian Naguaçu – Santiago Pindo”. (*Revista do Instituto Histórico*. Vol. 4, pág. 293)

“Tudo nos falta no país deserto.
Tardar devia o espanhol socorro.
E de si nos lançava o rio e o tempo;
Cedi, e retirei-me às nossas terras.”
(B. da Gama – *Uruguai*)

Em seguida retiraram-se os portugueses para o rio Pardo e os índios para as suas reduções. Pode-se avaliar a elevação do moral e o entusiasmo com que estes voltaram aos lares.

“A los jesuitas les llenó de secreto júbilo aquel fracasso, que a la vez de habilitarles para multiplicar sus influencias en Europa, ceñía de uma aureola casi invencible a sus Reducciones, haciendolas impenetrables;...”
(F. Bauzá, *ob. cit.*, pág. 264)

No dizer do ilustre gal. Borges Fortes, entretanto, “Gomes Freire alcançou pelo ajuste concluído com os chefes índios a incorporação de todas as terras para o oriente do Jacuí à dominação portuguesa. E como consequência dessa esplêndida conquista a distribuição dessas mesmas terras aos brasileiros e portugueses que nelas quisessem fixar-se, o que

era abrir campo às aspirações e ao futuro dos filhos daqueles povos, na amplitude das recentes adjudicações”. (Casais, pág. 117)

A conduta de Andonaegue exasperou ao marquês de Valdelírios, considerando até humilhação a notícia recebida do regresso do seu general, quando supunha adiantados os trabalhos de que o incumbira. Os jesuítas, por sua vez, sorriram, esperançados de uma próxima revogação do Tratado. Não foi, para tanto, pouco o tempo ganho com o objetivo de lograr esse plano, em cuja vigência “invocavam todos os poderes terrestres e celestes”.

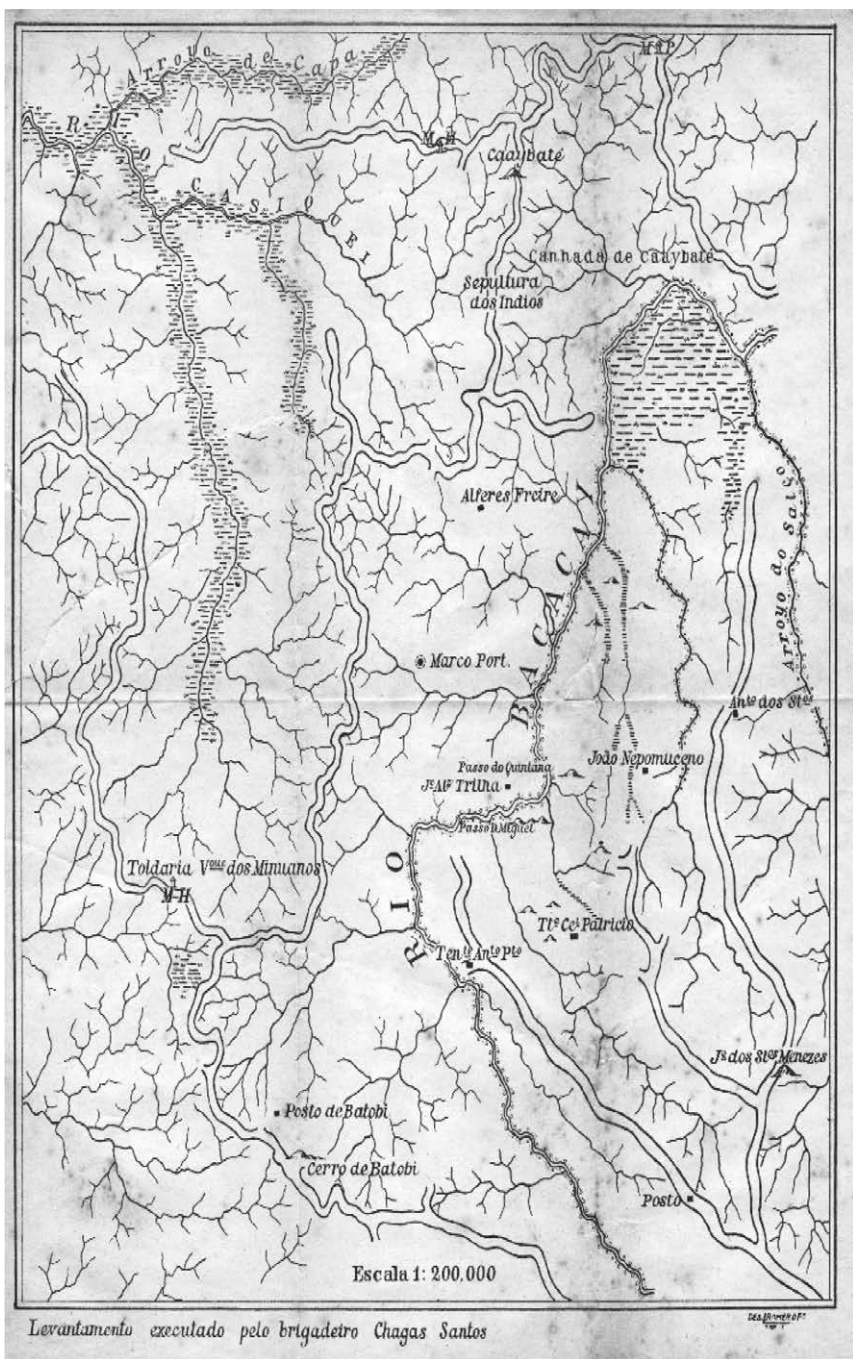
Em compensação os inimigos da Companhia não perdiam ocasião e pretextos para tornar odiosos os seus atos, chegando mesmo a criar lendas ou fantasias absurdas como a da célebre história do rei do Paraguai, Nicolau I, Ñeenguiru, corregedor do povo de Concepción.

Mencionemos esta fábula.

NICOLAU ÑEENGUIRU

Era por esse tempo corrente na Europa, inquietando particularmente a península ibérica, que o poderoso domínio jesuítico dispunha na América de um exército considerável, organizado, enfrentando com eficiente aspereza os exércitos coloniais, tendo um dos seus caciques à frente, Nicolau Ñeenguiru, decidido a manter a independência daqueles domínios e a coroação do mesmo com o título de rei Nicolau I. Propalava-se até que já havia moeda cunhada com a efígie do pretense soberano índio, atacado como o maior morubixaba por todos os povos ocidentais do Uruguai, mesmo pelos infieis do Paraná.

Como razoavelmente pondera Elísio de Carvalho (*Ilustração Brasileira*, fevereiro, 1921) nem Varnhagen nem Capistrano de Abreu mencionam essa lenda em seus austeros e eruditos trabalhos. Segundo o jesuíta alemão Martin Dobrizhofer, que serviu 22 anos como missionário entre os guaranis, foram os portugueses os inventores da fábula que teria nascido primeiro da ignorância da língua guarani, logo depois divulgada pelos inimigos dos inacianos. Ouvindo os índios chamarem Mburubichá e Nunderubichá ao seu chefe e confundindo esta dominação com as palavras



Mburubichabet ou Mburubiguaçu, grande capitão e monarca supremo, os espanhóis e lusitanos entenderam que Nicolau era rei dos guaranis.

“Revelando contemplação para os índios rebeldes, Andonaegue, em 5 de junho de 1753 dirigiu-lhes de Buenos Aires uma proclamação em que chamando-se capitão-guaçu do rei da Espanha, imperador das Índias, os exortava a entregarem-se.” (Porto Seguro, *ob. cit.*, 1º vol., pág. 918)

Outro jesuíta, o padre Bernardo Ibáñez de Echavarría (*História do Domínio Jesuítico no Paraguai*) assevera que Nicolau foi mero instrumento dos jesuítas, mas nunca se lembrara de arvorar-se chefe independente de seu país, afirmando que estes criaram a lenda do rei Nicolau para evitar fossem apontados como únicos autores da resistência à entrega das Missões.

Echavarría, além de insuspeito, foi secretário da comissão espanhola de demarcação de limites. Explica, pois, de outro modo, contrariando a opinião de Dobrizhofer.

O opúsculo *Histoire de Nicolau I, Roy du Paraguai et Empereur des Mamelus* — Saint Paul, 1756 — , que serviu de base à citação de Southey, teria sido, quiçá, o objetivo de injuriar os paulistas.

Para Elísio de Carvalho essa história toda foi engendrada por Pombal, impressa e posta em circulação pelo seu agente de publicidade no estrangeiro, Nicolas Pagliarini.

“Gomes Freire, dileto de Pombal, não tolerava os paulistas, ou pelo menos formava conceito pouco lisonjeiro sobre o caráter deles. Referindo-se um dia à terra suntuosa e pródiga, deu-lhe epíteto de *bela sem dote*”.

Nicolau Ñeenguiru não foi morto, entretanto, na batalha de 10 de fevereiro de 1756, versão que consta de quase todos os escritores que trataram do assunto e é conferida por Andonaegue no seu “Diário”.

No III volume da *História do Rio Grande do Sul* reuniu Teschauer excelente documentação donde extrai a parte que me interessava para corroborar a conclusão relativa à sobrevivência de Ñeenguiru ao massacre de Caiboaté, confirmando a convicção por mim haurida também alhures.

Quando a 19 de maio de 1756 cerca de 800 espanhóis, à noite, cercaram o povo de S. Lourenço, surpreendendo-o pela madrugada de 20, a repiques de sinos, como para missa cantada, entraram e acharam, entre algumas

cartas ao governador, em poder de 3 padres que aí se encontravam, uma de Nicolau Ñeenguiru, corregedor de la Concepción. Entregues aos oficiais e logo despachadas ao destinatário, tais cartas provocaram a vinda de ordem aos soldados para que nenhum dano fizessem àquele Povo.

* * *

Tendo D. Pedro Ceballos, governador do Rio da Prata e da cidade de Buenos Aires, ordenado ao tenente-coronel D. Diego Salas que procedesse averiguação para descobrir os autores da rebelião dos índios, formou este o processo relativo, em São Borja, onde se encontrava, em 1759.

No doc. sob nº 41 – Cópia de Simancas – lê-se que o referido tenente-coronel, tendo nomeado intérpretes do guarani aos capitães Melchior de Aranda e D. Miguel Antonio de Ayala, “ambos mui inteligentes e peritos na dita língua”, e secretário ao dragão Pedro de Aguirre, no dia 10 de outubro (1759) fez comparecer ante todos, para depor, Nicolau Ñeenguiru, ao qual perguntado se sabia ou tivera notícia da desobediência e rebelião de vários povos das Doutrinas que se opuseram aos exércitos das coroas de Espanha e Portugal no ano de 1756:

Respondeu longamente sobre o conhecimento que tinha da ordem de transmigração e das providências tomadas em consequência pelos jesuítas. Ajuntando que se achando ele declarante em sua estância, no Ibicuí, com alguns índios, guardando animais, chegaram quatro infieis e lhe disseram que muitos portugueses estavam em Santa Tecla. Ao mesmo tempo, recebeu uma carta do cap. Sepé, corregedor de S. Miguel, confirmando essa informação, pelo que foi encontrá-lo e assisti-lo com os seus índios. Lá chegando, soube que se achavam defendendo seus povos e gados, indo em seguida a Japeju. Regressando e ciente de que os homens de seis povos haviam ido a Rio Pardo haver-se com os invasores portugueses, partiu a esse destino com 10 índios; lá chegando conferenciou com um oficial por meio de intérpretes. Assistiu a retirada de Gomes Freire, do Jacuí.

Pelo documento nº 41 A, firmado em 17 de setembro de 1759, se verifica que, no arroio Caiboaté em 11 de fevereiro de 1756, portanto no dia seguinte ao da hecatombe, o comandante do destacamento de

Corrientes tomou declarações, sob juramento de intérpretes. Entre essas nota-se a do cacique Inácio Mbaeguê, do Povo de São João, afirmando que Ñeenguiru os convocou e levou à campanha, dizendo-lhes que não deviam se mudar; que assim o fizeram, seguindo seus ditames, e obedecendo-lhe em tudo até o dia em que foram por ele conduzidos à batalha e nela derrotados; que o referido Nicolau Ñeenguiru salvou sua vida, fugindo. – Tal é a história do famoso bardo guarani.

SEGUNDA CAMPANHA – NOVOS PLANOS

Gomes Freire não ocultava a sua indignação contra os jesuítas. Em carta a Valdelírios disse: “enquanto não se arrancassem destes povos esses santos padres, como os índios os chamavam, não se lograria outro resultado senão rebeliões, insolências e desprezo”.

Passa por ter sido autor principal da organização militar dos guaranis revoltosos o padre Tadeu Henis que narrou em latim a história dessa guerra.

Os jesuítas defendiam o poder espanhol e eram necessariamente inimigos dos portugueses, tanto por isso como pelo antagonismo dos princípios.

O ano decorreu quase todo em elaborações de planos para a nova campanha a executar – enquanto as tropas permaneciam estacionadas – como vimos anteriormente.

Andonaegue, José Joaquim Viana e Valdelírios reuniram-se em junta, apresentando este plano de campanha tendo por base a remessa de 400 ou 500 homens sob o comando do segundo, para ocupação e fortificação de Santa Tecla, e sucessivamente de outros pontos; projeto que foi rejeitado. Acordaram finalmente, atendendo ponderações de Andonaegue, que só dispunha de 600 homens, esperar até que este pudesse reunir tropas, subsistências e cavalhadas para recomencem a campanha no verão seguinte, 1756.

O governador de Montevidéu, J. J. Viana, nomeado imediato de Andonaegue no comando das tropas, levou essa decisão ao conhecimento de Gomes Freire, regressando a Montevidéu.

Em dezembro de 1755 ambas as expedições romperam a marcha para a terra das Missões. Andonaegue chegou de Buenos Aires por Montevideú, nos últimos dias de outubro, partiu do acampamento do rio Negro, onde havíamos deixado, nos dias 4 e 5 em direção a Aceguá, à frente de 1.670 homens e 500 gastadores (sapadores) – belendengues uruguaios, correntinos, santafesianos, com abastecimentos, cavalhadas, 9 canhões de campanha, parque de munições e víveres (400 carretas e carretões, 5.500 quintais de biscoitos, 20 mil cavalos, 3 mil mulas, 20 peças de artilharia).

“Belendengues” eram chamados os soldados naturais da província, bons cavaleiros, veteranos destinados aos serviços dos fortins da fronteira, para conter as irrupções e assaltos dos índios bárbaros, mui frequentes outrora.

Também havia no Uruguai. Artigas, criado o regimento de belendengues, nele se incorporou, em 1797, no posto de tenente. Em 1810 era capitão do mesmo.

Gomes Freire, saiu do Rio Grande, por terra, no dia 15, colocando-se à frente de 1.600 homens, 10 canhões, sendo 7 de bronze calibre 2, e 3 de amiudar calibre 1.

Pouco antes S. Exa. fundara o forte de S. Gonçalo à margem direita do rio Piratini e próximo da sua foz. Devia servir de centro de abastecimento à linha de comunicações da projetada expedição.

Os espanhóis opinaram terem tido os portugueses *pretexto plausível* para fundarem em território castelhano mais um obstáculo a que futuramente deviam vencer. Era uma paliçada, órgão de serviço desaparecido, aliás, logo que suas funções findaram.

Nesse mesmo dia, às 5 horas da tarde, chegou a S. Gonçalo.

Todas as forças de seu comando partidas a 7 do Rio Grande já aí se encontravam prontas para avançar a fim de reunirem-se e auxiliar as de Andonaegue.

Para as necessidades impostas pelo efetivo acima referido, a expedição dispunha inicialmente de 152 carretas, 17 carros para o trem de combate, 3.760 cavalos, 2.820 reses de corte, 1.816 bois de tração, 270 bestas muares.

Esses chefes haviam combinado incorporação em Aceguá, seguindo juntos, daí, por Santo Antônio, o velho (pontas do rio Negro) e Santa

Tecla, para as Missões. O aviso da partida de Andonaegue a Freire encontrou-o em S. Gonçalo.

A tropa portuguesa empreendeu marcha no dia 22 às 4 da madrugada, tomando rumo oeste, ao longo e não muito afastada do Piratini, cuja direção, de arrepio, pela margem direita, lhes serviria de rota.

E tendo percorrido aproximadamente 13 léguas a partir do forte de S. Gonçalo, atingiu a 30 o campo do arroio Velhaco; a 1º de janeiro (1756), com 17 léguas, o arroio das Pedras. Na manhã de 7, às 27 léguas, a lagoa Formosa, à margem do arroio Candiota. A este acampamento chegou, à noite, o alferes Antônio Pinto Carneiro que havia seguido a 4, e alcançado a 6 o general Andonaegue, antes de transpor o Aceguá, a quem levava carta de Gomes Freire, propondo-lhe que a junção se realizasse em Sarandi, nas cabeceiras do rio Negro, próximo à atual estação deste nome na nossa V. F. Assim não teria de desviar-se da sua direção de marcha, aliás, a mesma que traziam os espanhóis. O alferes Carneiro achou-os com excelente moral. Trouxe resposta favorável de Andonaegue e recomendação deste para que o seu colega fizesse pequenas marchas, poupando a infantaria.

Tendo desabado a 9 furiosa tempestade de vento e chuva, o exército permaneceu na lagoa Formosa até 10.

Tratando-se de uma incursão em país deserto, sujeito a insólitas agressões, o atilado general português, para mais segurança, havia disposto, em ordem de marcha, na vanguarda da infantaria, todas as carretas (menos as das barracas), toda a artilharia grossa com os carros de munições e palamenta. Metade da cavalaria à retaguarda, e a outra na vanguarda.

Uma peça de artilharia de amiudar, acompanhada de cargueiros de munições, seguia imediatamente à frente de cada companhia de granadeiros.

Move, e nem sabe porque move a guerra.
 Intrépidos e imóveis nas fileiras,
 Com grandes passos, firme a testa e os olhos,
 Vão marchando os mitrados granadeiros,
 Sobre ligeiras rodas conduzindo
 Novas espécies de fundidos bronzes,

Que amiúdam, de prontas mãos servidos,
E multiplicam pelo campo a morte.”
(Basílio da Gama – *Uruguai*)

Às duas da tarde foi servido um grande banquete oferecido pelo general Andonaegue ao general Gomes Freire e à sua oficialidade (de capitão para cima).

Houve proibição de jogo entre os soldados dos dois exércitos para evitar desavenças.

O ENCONTRO DOS EXÉRCITOS – CAMPO DAS MERCÊS

Progredindo a 11, chegaram a 16, com dez léguas de percurso a contar da lagoa Formosa, ao local aprazado, Sarandi, nascente do rio Negro na latitude 31° 44, citada por Nusdorffer, evidentemente exagerada.

O jesuíta Bernardo Nusdorffer, que foi superior da Companhia na antiga província do Paraguai, a que estavam subordinadas as do Paraná e Uruguai, contemporâneo dos fatos aqui narrados, deixou sobre eles interessantes memórias, escritas em Candelária, com detalhes, ao pé dos fatos, que os confirmam e ilustram. A idoneidade dessas informações depreende-se das suas próprias palavras quando, grafando-as, esclarece: “Conquanto as coisas não passassem pela minha mão e nem na minha presença, tive, não obstante, todas as notícias individuais e originais, que foram comunicadas de pessoas as mais seguras e verídicas”. (Relatório do sucedido nas Doutrinas etc. Citado por Teschauer, *História do Rio Grande do Sul*, III vol., pág. 258).

O general Andonaegue aguardava com todas as formalidades o seu colega português, recebido com uma salva de 13 tiros de artilharia. O exército espanhol formou todo a cavalo com grande luzimento. Pela sua frente desfilou, em continência, o português, das 10 ½ ao meio-dia, entrando pela direita do espanhol.

“Juntos enfim, e um corpo do outro à vista,
Fez desfilar as tropas pelo plano,

Por que visse o espanhol em campo largo
 A nobre gente e as armas que trazia.
 Vão passando as esquadras: ele entanto
 Tudo nota de parte e tudo observa
 Encostado ao bastão. Ligeira e leve
 Passou primeiro a guarda, que na guerra
 É primeira a marchar, e que a seu cargo
 Tem descobrir e segurar o campo.
 Depois desta se segue a que descreve
 E dá ao campo a ordem e a figura,
 E transporta e edifica em um momento
 O leve teto e as movediças casas,
 E a praça e as ruas da cidade errante.
 Atrás dos forçosíssimos cavalos
 Quentes e sonoros eixos vão gemendo
 Co' o peso da funesta artilheria.
 Vinha logo de guardas rodeado
 — Fontes de crimes — militar tesouro,
 Por quem deixa no rego o curvo arado
 O lavrador, que não conhece a glória;
 E vendendo a vil preço o sangue e a vida.”

O aprestamento e a disciplina dos portugueses, eram incontestavelmente superiores aos dos espanhóis. Aqueles também se orgulhavam da atividade e decisão do seu general, bom cavaleiro, apto e disposto sempre a impor-se onde fosse necessário com a sua inata compostura marcial e inteligente competência. Ao passo que Andonaegue, com 75 anos, acusava sensível velhice e só de carro acompanhava a marcha das tropas.

Em consequência das muitas promoções de oficiais aí feitas, deram, na ocasião, ao local, a denominação de campo das “Mercês”.

A 18 Andonaegue comunicou a Freire ter sido assinalada por patrulhas do seu exército, duas léguas à retaguarda, uma partida de índios, dos quais cinco haviam ido ao encontro de 60 carretas ainda esperadas, dizendo aos peões carreteiros que os “espanhóis podiam entrar nas Mis-

sões, e os portugueses não, por terem faltado à palavra dada no passo do Jacuí de não entrarem nelas, sem ordens dos monarcas, e que estas ainda não tinha chegado”. No dia imediato alcançaram tais carretas o acampamento sem outra novidade.

MARCHA PARA O NORTE

A 21 (janeiro, 1756) reiniciaram todos a marcha, procurando despontar os arroios: realizando-a quanto possível, pelos divisores de águas, o exército espanhol pela direita e à frente, rumo a Santa Tecla (por NE, N, NO) onde chegaram a 23, às 11 da manhã com 5 léguas a partir de Sarandi.

O posto de Santa Tecla foi encontrado abandonado, os ranchos queimados e vestígios de que pouco antes estivera ocupado por muitos homens e animais. Apenas havia sido poupada a pequena capela, desornada. As paredes desta eram de pau-a-pique não barreadas, cobertas de palha, com um altar na parte do fundo, porta para o ocidente, notando-se a pequena distância, na sua frente, plantada uma cruz de madeira. Sessenta léguas distam deste ponto à capital S. Miguel.

Em 10 ou 12 de janeiro corria já nas Missões a notícia da marcha dos exércitos. Os índios, dispostos firmemente à resistência, preparavam-se como podiam.

Convieram em que seria chefe principal o corregedor de S. Miguel, José Tiaraju, a que todos deviam obedecer. Conservavam – de há muito – bombeiros em Santa Tecla, e além. Entretanto, a primeira notícia por estes enviada, atrasada, só chegou a 19 de janeiro, assinalando a presença de alguns portugueses e logo no dia imediato a comunicação de ter o exército espanhol atingido Santa Tecla. Semelhante desídia provocou exaltação entre os missioneiros. Para remediá-la partiu imediatamente – a 21 de janeiro (1756) – Tiaraju com 100 índios, miguelistas, armados, tudo providenciado para que os demais mobilizados seguissem logo, com fizeram 400, poucos dias depois. Aos das outras reduções cumpria também marcharem rumo a Santa Tecla até encontrá-lo.

É bom saber-se desde logo que a mobilização das reduções sem perda de tempo proporcionara a remessa para a *frente sul*, como diríamos hoje, de 1.350 sectários. Segundo Hafkemeyer (*Anuário de 1912*) dos dias 20 a 22 de janeiro saíram de S. Miguel 400, de Sto. Ângelo 200, de S. Lourenço

50, de S. Luís 150, de S. Nicolau 200, de S. João 150, de Concepción 200, contra os invasores.

O grande caudilho Tiaraju ia reencetar as suas façanhas guerrilheiras em uma das quais tombaria tão heroica quão ingloriamente.

O ROTEIRO DA MARCHA

Como já disse, pretendo fixar neste esboço aproximada ou exatamente o sítio onde foi morto Tiaraju – o qual creio não ter sido até agora averiguado; ao contrário, muitos equívocos têm sido escritos baralhando, senão desfigurando, a verdade histórica.

Com base para as deduções a facilidade dos raciocínios que me permitiram conclusões formais, julguei necessário marcar na carta topográfica da região, dia a dia, o itinerário da marcha dos exércitos peninsulares, no trecho que interessa à elucidação pretendida, isto é, a partir da famosa coxilha de Santa Tecla – onde ambos estanciaram em 23 de janeiro (1756) – até Caiboaté.

O rumo geral do movimento era na direção norte, buscando, pelo *divortium aquarium*, trilhado em grande parte do trajeto, atingir o pé da serra Geral, galgando-a após.

Isto é fundamental.

Segui *pari passu*, principalmente, o “Diário” do Cap. Jacinto Rodrigues da Cunha, testemunha presencial e, a contar de 1º de fevereiro, acudiu-me, roborativamente, o “Relatório da marcha dos exércitos português e espanhol” anexo ao ofício do general Gomes Freire de 28 de fevereiro de 1756, enviado a Diogo de Mendonça. Ainda, objetivando confirmar os dados austeros hauridos nessas fontes, me vali de vários excertos recolhidos de documentos idôneos da época, como os de Nussdorffer, etc., ou de transcrições honestas de projectos historiadores, invocados nos passos oportunos, citadas as origens respectivas.

Convém, pois, neste lugar, pedir toda a atenção do leitor que me quisesse dar a honra de acompanhar, para a candura dos elementos e do raciocínio em que honestamente me apoio para ir ao fim colimado.

Bem se compreende que dessa laboriosa diligência, a que acorri inspirado e de boa-fé, decorrem marcantes alvíssaras, epilgando-a.

Se as distâncias, os rumos e os lugares referidos nos documentos houvessem sido sempre plausivelmente registrados, o meu trabalho teria sido simples, e, quiçá, não lograriam divulgados tantos erros, alguns absurdos, em relação aos fatos que ora respigamos.

Demais, é preciso ter-se em linha de conta, para avaliar as dificuldades que se me deparam, a falta ou insuficiência de designação toponímica. Raros os lugares, rios, passos, etc., que estavam naqueles tempos assinalados e reconhecidos pelos nomes de hoje; não escassos os que os perderam sem deixar vestígios; além dos que momentaneamente recebidos eram logo esquecidos, à falta de tradição, ou deturpados.

É lógico que, naquele semideserto, tais transvios nem sequer fossem percebidos.

Reduzidas as distâncias, dadas em léguas portuguesas de 6.600 metros, à escala de carta, 1:200.000, levei em consideração, ainda, para a locação definitiva do roteiro, os tempos de marcha, a natureza do solo, os variados acidentes topográficos do terreno, a estação do ano em que operou a expedição, os fatores meteorológicos ocorridos e, circunstância saliente, o conhecimento exato que tenho dessa região, dezenas de vezes por mim palmilhada, principalmente no trecho – do Vacacaí ao Caiboaté – que constitui o nervo do assunto tratado.

Não se pense, pois, que o traçado constante da carta saiu de um jato. A sua elaboração, aparentemente simples, exigiu como se percebe facilmente, meditado estudo e raciocínio amparados nos fatores precedentemente citados.

Inúmeras tentativas vi malograrem-se, antes de chegar ao desenho definitivo. É que – cumpre advertir – as orientações registradas no “Diário” me desviaram não raro da realidade. Entretanto, é bem de ver, as distâncias, quase infalivelmente assinaladas com aceitável aproximação, e os poucos lugares consignados com a mesma toponímia da atualidade, foram, evidentemente, meritórios marcos para a pesquisa e determinação quilômetro a quilômetro da rota verdadeira.

* * *

Vejamos, pois, em resumo, como e por onde foi praticada a marcha dos exércitos europeus e os sucessos paralelamente ocorridos, de Santa Tecla para o norte.

A 23 de janeiro (1756) pernoitaram os exércitos nesse posto. Avançaram a 24 pouco mais de 2 léguas, pela coxilha geral, rumo aproximadamente NO e NNO, pousando nas pontas de Camaquã (Ycabaquã – rio correntoso), pouco ao norte do atual Rodeio Colorado, onde estacionaram todos no dia 25.

A 26, com o último rumo seguido, e légua e meia de percurso, confrontaram o arroio Ibirá-mirim, proximidade e aquém da hoje coxilha de S. Sebastião.

Marchando a 27, rumos norte e noroeste, ao cabo de légua e meia acamparam no campo que chamavam das Palmas. Daí a duas léguas e três quartos, seguindo a orientação noroeste e norte, transpuseram as pontas do Taquarembó, a 28, e sobre elas acamparam.

A 29 avançaram para o campo de Ybaassó (Ybaaro), andando uma légua e três quartos. Este acampamento fica à vista de Santo Antônio, o novo, em uma colina elevada a oeste da Coxilha Grande entre as cabeceiras dos arroios Taquarembó e Jaguari, ambos afluentes do rio Santa Maria ou Ibicuí-grande (Ibicuí do Tratado de Madri), num sítio que os de S. Miguel chamavam Santo Agostinho, cerca de uma légua ao sudoeste da atual estação Ibaré.

Nessa posição pôde o pervigil José Tiaraju observar demoradamente os exércitos inimigos, de um ponto adrede escolhido. Verificou seu numeroso efetivo; viu que os 1.400 índios até então mobilizados para a guerra não bastavam para arriscar combate a fundo que lhe permitisse decidir a campanha com probabilidade de êxito.

Providenciou em consequência para virem novos reforços dos Povos, enquanto, para ganhar tempo, junto aos 100 índios do reconhecimento com que se adiantara, procuraria em retirada, como já vinha praticando, acometer em emboscadas bem calculadas os elementos dispersos em os pequenos efetivos destacados do grosso do inimigo para forragear, ou outros misteres. Com incessante mutuquear contava exaurir os intrusos.

O plano de Tiaraju, evidentemente promissor, era impedir a travessia da serra Geral, onde pretendia, com todos os seus, empregar o

decisivo esforço e onde a natureza lhe daria mão poderosa para conter os passos aos generais e seus exércitos, certamente por ele tidos como precursores do seu exício.

* * *

A 30 não marcharam.

À tardinha o general castelhano mandou o governador Viana com 200 homens, em reconhecimento à aldeia de Santo Antônio, o novo, visível do acampamento e dele distante uma légua aproximadamente. Os habitantes haviam fugido na noite anterior, devastando a povoação e deixando frutas, aves e porcos.

Um dos poucos índios encontrados, interrogado, reiterou o propósito em que todos se achavam de repelir materialmente a usurpação às suas terras.

F. Bauzá refere que nesse dia Viana, acompanhado de uma pequena patrulha e vaquianos, avistou-se com sete índios que, aconselhados a mudarem de intenção, responderam “que só conheciam a sua liberdade, recebida de Deus, e as terras que se encontravam dependentes do povo de S. Miguel, as quais somente Deus, mais ninguém as poderia tirar-lhes; em consequência não passariam adiante os espanhóis”. Insistindo Viana em que prestassem obediência ao general para evitar os horrores da guerra, disseram despedindo-se: “no caminho nos encontraremos”. 23 soldados blandengues desapareceram nesse dia.

* * *

A 31 marcharam, atingindo os campos de Santo Antônio com duas léguas e meia de caminho em direção noroeste e norte.

“Hoje ficamos à vista de duas estâncias dos índios de S. Miguel (“Diário”), que se acham a noroeste pela nossa vanguarda pouco distante dela.”

Penso será, uma das duas, no local eminente onde está situada a fazenda que pertenceu a Manuel Coelho Leal, avô do ilustre gabrielense Alcides Maia.

A 1º de fevereiro, a prosequção começou às 6 da manhã, rumo nor-

deste ao campo de Jaguari e foi de légua e meia. “Depois de marcharmos ao norte, e chegando a este campo encontramos um rio, que para o passarmos foi preciso fazer um passo para o nosso exército, rio abaixo, e outro rio acima para o dos castelhanos.” À margem direita acamparam as tropas depois de uma hora da tarde.

A passagem desse rio, evidentemente o Jaguari, cujo terreno aspérrimo exigiu 4 horas de serviço para abrir picadas na mata e conseguir passos, aliás, em lugares quanto possível bem escolhidos depois das boas informações de um índio prisioneiro da véspera.

Como é natural, os índios – atendo-se às operações da pequena guerra, ou guerrilhas – talavam a região procurando cortar de todos os modos ao seu alcance os recursos ao inimigo; incendiando os macegosos campos, retirando os gados, destruindo os ranchos, arrasando as plantações das lavouras, inquietando os acampamentos, fazendo ciladas e massacrando os descuidosos soldados que se apartavam das suas unidades.

Pela manhã desse dia, Andonaegue mandou uma patrulha de 16 homens, comandada por um alferes, reconhecer e colher informações na campanha adjacente, à direita da direção de marcha. Não regressando no mesmo dia, conforme instruções que levara, motivou fundadas suspeitas de que houvesse sido esmagada pelos guaranis, como efetivamente se verificou dias depois.

A 2, a marcha até um confluente do Jaguari foi de légua e meia. Aí estacionaram os exércitos até o dia 4 para refrigério a homens e animais acoitados por grossas e ininterruptas chuvas que molhavam até as cargas e bagagens das carretas.

A 5 os exércitos seguiram, “uma légua e um quarto, caminho do norte”. Às 4 da tarde saíram, desautorizados, 11 peões portugueses, procurando reses gordas para consumo, nas estâncias ou armentos das imediações.

Quando, descuidados, se achavam carneando foram surpreendidos, cercados e presos por um grupo de índios que mataram seis desses imprudentes, escapando-se apenas os que haviam ficado de bombeiros a alguma distância.

AS TROPAS TRANSPÕEM O VACACAÍ

A 6 de fevereiro, iniciado o movimento, foi preciso preparar passagens e transpor o rio Vacacaí, nas suas escabrosas vertentes, levando a tropa cinco horas nesse difícil cometimento, de modo que não pôde avançar, nesse dia, mais de meia légua para o norte. Mesmo assim, em consequência da fraqueza e fadiga aumentadas por formidável soalheira, muitos animais caíram exaustos, como mortos.

Marchando muito no dia 7, as “duas primeiras léguas com rumo noroeste e a outra caminho do norte” acamparam ao meio-dia a três léguas do último pouso, junto à margem direita do rio Vacacaí, percorrendo, assim, um sensível atalho, já antes assinalado, a corda do grande arco que nessa altura descreve o leito do rio, e portanto a coxilha geral, que em afastada curva o contorna pela sua banda ocidental, quase paralelamente, como bem se vê na carta.

Antes de atingirem o pouso desse dia, uma légua antes do rio, encontraram quatro ranchos de palha, um dos quais servia de capela e tinha paredes de pau a pique revestidas de couro, pintado por dentro com uma tênue mão de cal, porta ao poente.

A circunstância particular de ser a capela caiada, corrobora a localização desse ponto de passagem. A vida errante dos índios nesses vastos campos, onde viviam correndo gado alçado, e os precários meios de transporte de que dispunham, lhes não permitiam conduzir material de apartadas distâncias. Pois bem, as caieiras, que as há realmente nessa zona, jazem à margem do arroio *Canas*, afluente do Vacacaí, que deságua poucos quilômetros abaixo do sítio em que acamparam os expedicionários neste memorável dia 7.

Tal situação, nas proximidades do passo do Pinto, já mencionado na carta do tenente Chagas Santos, fica a 4 ou 5 quilômetros acima da

cidade de S. Gabriel, campos pertencentes à estância denominada *Trilha*. Este nome, que se tornou depois histórico, por ter servido uma coxilha próxima à sua sede de acampamento militar durante várias campanhas nossas, notadamente na Guerra dos Farrapos, era o de um dos seus mais antigos proprietários, José Alves Trilha (genro de Antônio da Costa Pavao, 1º concessionário) e sogro do barão de Saicã, brigadeiro José Maria da Gama Lobo d’Eça, que foi casado com Maria Alves Trilha. Deste casal era genro o conde de Porto Alegre.

Os exércitos, de acordo com o “Diário”, percorreram, desde o passo do Jaguari até ao acampamento junto à margem direita do Vacacaí, seis léguas. Tal é, de fato, a distância hoje bem conhecida entre esses dois pontos.

Examinando-se o roteiro na carta, verifica-se que o arroio Jaguari foi transposto no trecho do seu curso entre as atuais estações de Ibaré (de Ibaró) e Suspiro, mais para o lado desta, prosseguindo pelas abas das colinas em que está situada a estância Tarumã – outrora pertencente a Bento José Martins, ancestral do cel. Bento Martins de Meneses (Barão de Ijuí).

Nessas condições, atendendo-se às distâncias percorridas e aos nomes dos acidentes topográficos a que aludem os documentos, conclui-se que a segunda travessia do Vacacaí não pode ser assinalada nem abaixo nem acima do sítio em que a localizamos.

Abaixo não seria possível, porque a distância percorrida desde o Jaguari não excedeu de seis léguas. Além disso, os percursos e distâncias vencidas nas marchas dos dias imediatamente seguintes, confirmam que o Vacacaí não podia ter sido atravessado a jusante do local em tela, isto é, da confrontação da estância *Trilha*, entre os passos do “Pinto” e da “Picada” (em S. Gabriel).

Acima também não, porque há aí pronunciada curva, sul-norte, no curso do rio, afastando-o bruscamente para oeste, ou seja, para longe do rumo e itinerário que traziam as forças. Demais, logo a montante do passo do Pinto, e do vau transposto, à borda esquerda, costeia-o, em direção a Caieira, extenso banhado, intransitável mesmo para cavaleiros, não referido, tampouco, nas crônicas que mencionam o caminho seguido, e, portanto, fora dele.

A conclusão lógica, insofismável, definitiva, é ter sido o rio Vacacaí duas vezes transposto, pelos exércitos: a 6, uma légua mais ou menos

abaixo do *passo do Ivo* dos nossos dias, e, depois, 4 léguas abaixo, medidas pela corda do arco que faz o seu percurso, no dia 8, a jusante do passo do Pinto, com término do qual há atualmente uma charqueada e uma Parada da Viação Férrea, a SO de S. Gabriel.

ESCARAMUÇA FATAL

“Depois de haver marchado muitos dias
 Enfim junto a um ribeiro, que atravessa
 Sereno e manso um curvo e fresco vale,
 Acharam, os que o campo descobriram,
 Um cavalo anelante, e o peito e as ancas
 Coberto de suor e branca escuma.”

(B. da Gama – *Uraguai*)

Logo que os exércitos expedicionários foram se aproximando da costa (margem direita) do Vacacaí onde acamparam, no dia 7, como vimos, ao meio-dia, AVISTARAM TODOS NA OUTRA MARGEM, junto ao rio ou sobre as coxilhas próximas, muitos animais disseminados. Antes de estacionarem as tropas, foram enviados à frente os elementos de cavalaria da guarda avançada, como era praticado regulamentar e normalmente. Esta guarda, atravessando o rio, “galgou as lombas avistando alguns índios que as ocupavam nos pontos mais elevados”, utilizados à guisa de observatório, e se retiravam à aproximação dos lusitanos e espanhóis.

À tarde, após o estacionamento, informaram aos generais haver grande quantidade de índios à vista, “*sobre a margem esquerda*”. Por isso fizeram reforçar ditas guardas mandando várias partidas de dragões espanhóis e portugueses.

Assim pôs Andonaegue “da outra parte do rio, por cima de todas as lombas, mais de 800 dragões” que às seis e meia da tarde, viram “marchando do pé do mato um grande corpo de índios, à distância de meia légua”.

Entrementes, alguns homens do exército português, sem licença, transpuseram a rede de segurança do acampamento. Vendo, além do rio, o gado a que aludimos deixado pelos índios como engodo, alçaram e mataram

algumas reses e, entretidos carneavam, quando foram inopinadamente atacados, lanceados e mortos por guaranis que sorrateiramente, ou cobertos por uma canhada, se aproximaram sem serem avistados ou pressentidos, conforme velho e eficiente ardil, em que eram consumados veteranos.

Eram eles 200 no dizer de Hafkemeyer. Foram vistos quando já fugiam em direção ao grosso oculto à alguma distância.

Os dragões por sua vez estavam então a uma légua avançada do acampamento.

Constatamos, portanto, que *de um mato situado meia légua* além das coxilhas ocupadas pelos dragões, e no rumo geral norte, da marcha ou retirada dos índios, foram avistadas as forças destes, que já sabemos eram comandadas pelo caudilho Tiaraju.

Sem perda de tempo, o decidido Viana, governador de Montevideu, comandante das referidas forças da vanguarda, reuniu os esquadrões espanhóis e portugueses, avançando ao encontro dos guaranis, alcançando-os cerca de uma légua adiante, acometeu-os impetuosamente e com tão decidida firmeza que sob o fogo das primeiras descargas, fugiram desabaladamente todos, deixando no campo do violento recontro sete mortos inclusive o seu valoroso grande capitão Sepé.

“Fez proezas Sepé naquele dia.
Conhecido de todos, no perigo
Mostrava descoberto o rosto e o peito
Forçando os seus co' exemplo e co' as palavras.
Já tinha despejado a aljava toda,
E destro em atirar, e irado e forte
Quantas setas da mão voar fazia,
Tantas na nossa gente ensanguentava.”
(B. da Gama – *Uruguai*)

Aproximava-se a noite, servida de belo luar, quando funesto lance arrebatou o único chefe de que dispunham os guaranis capaz de conduzi-los na insana resistência.

Teschauer (*História do Rio Grande do Sul*, II vol.), baseando-se em Nusdorffer e Bauzá nos diz que Andonaegue

“ordenou saísse um apoio de 300 homens das duas nações sob o comando do general José J. Viana, para castigar o inimigo. Constando achar-se este com grande força, enviou-se segundo destacamento de 500 praças para apoiar o primeiro, por estar a hora avançada.

“Mas antes da chegada do reforço, houve um recontro. Voltando os índios as garupas, Viana os perseguiu a toda a carreira com 75 homens que podiam segui-lo, e depois com 20, a que ia reduzido ao aproximar-se de um capão, onde acabava de fazer alto o inimigo.

“Ali estava o morubixaba José Tiaraju, o chefe dos sublevados, chamando a si a atenção pela arrogância do porte e dos gestos.

“Um cavaleiro português o derrubou juntamente com o cavalo, ferindo-o com a lança, não sem receber também uma ferida; ou ele tropeçou em uma toca de tatu, dessas de que há muitas naqueles campos, e talvez ainda escapasse, se Viana o não matasse a tiro de pistola, antes que pudesse erguer-se.”

“Sepé, que o viu, tinha tomado a lança
 E atrás deitando a um tempo o corpo e o braço
 A despediu. Por entre o braço e o corpo
 Ao ligeiro espanhol o ferro passa:
 Rompe, sem fazer dano, a terra dura
 E treme fora muito tempo a hástea.
 Mas de um golpe a Sepé na testa e peito
 Fere o governador, e as rédeas corta
 Ao cavalo feroz. Foge o cavalo,
 E leva involuntário e ardendo em ira
 Por todo o campo a seu senhor; e ou fosse
 Que regada de sangue aos pés cedia
 Rodou sobre si mesmo, e na caída
 Lançou longe a Sepé. Rende-te, ou morre,
 Grita o governador; e o tape altivo,
 Sem responder, encurva o arco, e a seta
 Despede, e nela lhe prepara morte.
 Enganou-se esta vez. A seta um pouco
 Declina, e açouta o rosto a leve pluma.

Não quis deixar o vencimento incerto
Por mais tempo o espanhol, e arrebatado
Com a pistola lhe fez um tiro aos peitos.
Era pequeno o espaço e fez o tiro
No corpo desarmado estrago horrendo.
Viam-se dentro pelas rotas costas
Palpitar as entranhas. Quis três vezes
Levantar-se do chão: caiu três vezes,
E os olhos já nadando em fria morte
Lhe cobriu sombra escura e férreo sono.”
(B. da Gama – *Uruguai*)

Segundo outra versão – que me parece mais plausível – quando Tia-raju era perseguido de perto, à disparada, o seu cavalo *rodando* num buraco de tatu (ou de guarachaim), magoou-o de tal modo que não pôde se levantar a tempo de evitar fosse lanceado por um dragão português, e, em seguida morto com um tiro de pistola (quase tiro de misericórdia) dado pelo próprio governador de Montevideú.

E assim, o ímpar e altivo tuxava entregou “a alma a Deus que a criou e o corpo à terra para que foi criado”.

Pensaria, quiçá, intrépido, ao exalar o derradeiro alento, não quanto ao seu rei, certamente, mas quanto à gleba bem-amada:

“Aventurar-me a ferro, a fogo, a neve
É tão pouco por vós, que mais me pena
Ser esta vida coisa tão pequena.”

Acudiram logo outros índios a que Viana fez frente como pôde até chegarem espanhóis e portugueses do destacamento que ficara atrás. “Conseguiram, assim, reunir-se 60 homens, sobre os quais caiu uma chuva de pedras e flechas dos índios ansiosos por vingar seu insubstituível chefe.

“Viana mandou fazer-lhes uma descarga que ocasionou algum dano, podendo, então, retirar-se.”

Evitaram os índios maior revés, favorecidos pela escuridão da noite que, entretanto, fechara. Tiveram nesta ação 8 mortos. Viana, 2 mortos e 2 feridos.

Na atividade do indomável Tiaraju estribavam grandemente os missionários a tenaz reação, e, apenas o advertiram morto, súbito voltaram as costas, e se retiraram para um mato vizinho, favorecidos já da noite, diz S. Leopoldo.

Duas cartas foram encontradas com Tiaraju, escritas em guarani, cuja tradução transcrevemos tal como se encontra no tomo 4º da *Revista do Instituto Histórico*.

1ª Carta. – Cópia da carta que o povo, ou antes o cura da aldeia de S. Francisco Xavier, escreveu em 5 de fevereiro de 1756 ao chamado corregedor, que capitaneava a gente da mesma aldeia no exército da rebelião: escrito na língua guarani, e dela traduzida fielmente na língua portuguesa.

“Corregedor José Tiaraju, Deus Nosso Senhor e a Virgem Santíssima sem mancha, e nosso Padre São Miguel vos sirvam de companhia, e de todos os soldados habitantes deste Povo. O nosso Padre cura recebeu a vossa carta no dia 5 de fevereiro nesta estância de S. Xavier. Fica inteirado de que todos estais bons. O Padre todos os dias diz aqui missa diante da Santíssima imagem de Nossa Senhora do Loreto, para que interceda por vós, e vos livre de todo o mal, também a Deus Padre Eterno e bom. O bom do Padre Tadeu e o bom do Padre Miguel também fazem o mesmo; celebram missas, e as aplicam por vós; e todos os Padres dos outros Povos vos dê acerto. Pelo amor de Deus vos peço que tenhais união entre vós os do povo, e juntamente constância nos perigos, e sofrimento pelo que possais experimentar. Invocai continuamente o doce nome de Maria Santíssima, de nosso Padre S. Miguel, e de S. José; pedindo-lhes que vos ajudem em nossas empresas e vos alumiem para elas, e vos tirem de todo o mal e perigo. Se assim o fizerem nada é para Deus o ajudar-vos e a Virgem Santíssima e todos os Anjos da Corte celestial serão vossos companheiros.

“Desejamos saber de que Povo distante do nosso anda gente perto de vós. Assim avisai-nos. Ignoramos também que Governador vem com os espanhóis; se é o de Buenos Aires, ou o de Montevideú, ou os dois

juntos; e também que caminho trazem as carretas dos castelhanos; e se estas têm chegado a Santo Antônio: e os portugueses que caminho trazem, e se estão incorporados com os castelhanos: avisai-nos de tudo. Se os ditos vos mandarem alguma carta despachai-a imediatamente ao Padre Cura.

“Por amor de Deus vos pedimos que vos não deixeis enganar dessas gentes, que vos aborrecem. Se porventura lhes escreverdes alguma carta, manifestai-lhes o grande sentimento que de sua vinda tendes, e fazei-lhes conhecer o pouco medo que vos causam, e a multidão que somos; e que quando essa multidão vossa não fora tanta, não os temeríamos por termos em nossa companhia a Santíssima Virgem e os Santos nossos defensores. Se colherdes algum, perguntai-lhe bem tudo o que faz ao caso. O que me mandastes pedir para artilheiro agora chega do Povo, e portanto vo-lo despacharei. Agora vos envio uma bandeira com o retrato de Nossa Senhora. No nosso Povo não há novidade alguma que vos participe. Tende grande confiança nas orações de todos os do Povo, e em especial das criaturas inocentes; pois todos se empregam em encomendar-vos a Deus. Nosso Padre Cura vos envia muitas memórias a todos, e vos encarrega que rezeis mui amiúdo a Maria Santíssima e ao nosso Padre São Miguel: e também diz se vos faltar alguma coisa que escrevais imediatamente ao Padre Cura; e que todos os dias escrevais o que houver de novo: e isso sem falta. Todos os Povos estão desejando saber por instantes os vossos acontecimentos. Nosso Padre, o Padre Tadeu, e o bom Padre Miguel, vos enviam muitas saudades a todos. Recebi as mesmas saudades de todos nós, tanto dos que em S. Xavier residimos, como dos que no Povo estamos. Deus Nosso Senhor, a Virgem Santíssima, e nosso Padre S. Miguel sejam vossos companheiros. Amém. Povozinho de S. Xavier, 5 de fevereiro de 1756. Mordomo Valentim Ibaringã.”

2ª Carta. – Cópia das instruções que os padres que governavam os índios lhes deram quando marcharam para o exército, escritas na língua guarani, e dela traduzidas fielmente na mesma forma em que foram achadas com os referidos índios:

“Resumo: Depois dos juramentos de devoção e orações diárias, para que fossem atendidas as suas misérias credoras de toda a lástima, al-

cançando com a proteção de Nossa Senhora ‘verem-se livres de tanto mal como nos ameaça’, invocariam a proteção de todos os Santos juntos ‘logo que se vos oponham aquelas gentes, que vos aborrecem’.

“Quando nos pretendem falar, havemos de escusar sua conversação, fugindo muito da dos castelhanos, e muito mais da dos portugueses. Que os portugueses eram os causantes nos tempos passados da morte de milhares deles, de seus avós, e que quanto mais empenho fizessem não se entregassem a eles. A terem de falar seria com cinco castelhanos, tendo como intérprete o seu padre. ‘Não queremos a vinda de Gomes Freire, porque ele e os seus são os que por obra do Demônio nos têm tanto aborrecimento.’ Alegavam serviços ao rei católico, expondo a vida e derramando sangue na Colônia e no Paraguai. Que a ordem de serem desterrados e deixarem suas terras, casas, igrejas, ervais, lavouras, estâncias; e, enfim, quanto têm, não é senão do Demônio. ‘Se acaso a querem comprar com o seu sangue, nós outros todos, índios, assim as havemos de comprar. Vinte Povos nós temos ajuntado para sair-lhes ao encontro. E com grandíssima alegria nos entregaremos à morte, antes do que entregar as nossas terras. Por que não dá este nosso rei, aos portugueses, Buenos Aires, Santa Fé, Corrientes e Paraguai?’ ”

“Severa perda foi para os guaranis a morte de Tiaraju”, observa Southey, “pois que se não aproveitava quantas vantagens se lhe ofereciam, também nunca expunha a sua gente. ”

“O *lunar* de Sepé, recolhido por Simões Lopes em 1902 (*Lendas do Sul*), a ser autêntico (o que não creio), corroborar-lhe-ia, talvez, a alcunha, que é alteração de sapé: – o que alumia; neste caso – o guia ou condutor.

“Diferente em noite escura,
Pelo lunar do seu rosto,
Que se tornava visível
Apenas o sol era posto;
Assim era – Tiaraiú —,
Chamado – Sepé – por gosto. ”

.....

“Das brutas escaramuças,
As artes e artimanhas

Foi o grande Languiru
Que lhe ensinou; e as façanhas,
De enredar o inimigo
Com o saber das aranhas... ”

.....

“Então, Sepé, foi erguido
Pela mão de Deus-Senhor,
Que lhe marcara na testa
O sinal de seu penhor! ...
O corpo, ficou na terra...
A alma, subiu em flor! ...”

Pensamos, como o autor de um estudo publicado no *Anuário do Estado do Rio Grande do Sul* (1911), que não tem o menor fundamento histórico a lenda que atribui à povoação S. Sepé – hoje magnífica vila – ter sido o berço de uma tribo de índios guaranis de onde saiu Tiaraju catequizado com sua tribo para S. Miguel. O certo é que nesta Redução foi batizado com o nome de José, conservando, porém, o nome indígena, como era hábito. Quanto à alcunha Sepé, ou talvez melhor Sapé, creio, como outros estudiosos, ter sido cognome dado ironicamente pelas forças peninsulares, que – por irrisão — o denominariam S. Sepé, após a morte do herói, pois “provinha essa alcunha póstuma da imputação feita aos jesuítas de proclamarem aos seus neófitos que seriam bem-aventurados todos aqueles que morressem pelejando pela causa santa da inviolabilidade do território missioneiro”.

No estudo da formação histórica do Rio Grande do Sul, é imprescindível levar em linha de conta e exaltar, como merecem, a individualidade e os feitos marcantes, quase desconhecidos do resto do país, desse índio sem par.

A reação oposta à evacuação e entrega a Portugal dos sete povos das Missões fundados ao oriente do Uruguai, a partir de 1687, pertencentes à província do Paraguai, foi dirigida diretamente por ele. Desde o primeiro passo para o despejo daquelas terras, *que lhes foram dadas por Deus e São Miguel*, com agravante de se impor aos possuidores legíti-

mos a transferência para indesejáveis paragens – objetivo da missão de Luis Altamirano quando partiu para Japeju – Tiaraju, resoluto, sem perder tempo, montando a cavalo dirigiu-se, a toda brida, à frente de 300 companheiros, ao encontro daquele padre com o intuito preconcebido de abatê-lo e à força armada que, precavidamente, o escoltava, como sabemos.

Dessa cavalgada inicial, quase se poderia dizer só apeou dois anos depois, quando da funesta *rodada* que o prostrou, nas proximidades da sanga da “Bica”, para sempre!

Com alguns intervalos, proporcionados pela sua tática artilosa e destemida execução, se manteve sobre o lombo do pingo todo esse tempo.

De São Miguel a Japeju, de Japeju a Santa Tecla, ao Rio Pardo (três vezes), às Missões; e, novamente, a Santo Antônio, o novo, a Batovi, Jaguari, Vacacaí, Trilha – o valente guerrilheiro não cessava a pervizaz resistência aos invasores, conservando-os em ininterrupto sobressalto, atropelados, em permanente cheque; e, mais de uma vez, moralmente derrotados, coagiu-os a recuar, abandonando, desprestigiados, o teatro da operações e o serviço que deviam executar.

E quando a gente se lembra de que esses relevantes acontecimentos, realizados por aborígenes a bem dizer desarmados eram vitoriosamente dirigidos por um dos seus pares – da autêntica linhagem tape – contra exércitos regulares de duas fulgurantes cortes europeias, sob o comando de conspícuos generais e orientação de titulares diplomáticos, cumpre reconhecer que o condutor desses incautos centauros possuía singulares qualidades que o destacam, sem a menor dúvida, como o primeiro grande caudilho revelado nas plagas rio-grandenses.

Nas patas do seu bagual e no manejo da lança inseparável, abroquelava eficiente – invulgar ação, oriunda das suas qualidades ingêntas, pois era, ao mesmo tempo, audaz e cauto, valente e artiloso.

Comparadas as épocas, os recursos e os acontecimentos que permitiram tecer a coroa para exornar-lhe à frente vitoriosa, Tiaraju nada deve, em valor, a Borges do Canto, Canabarro, Andrade Neves, Gumercindo e Honório Lemes, para citar somente entre os mortos, um nome civil de cada etapa marcada na história do caudilhismo rio-grandense.

SÍTIO ONDE TOMBOU SEPÉ

O presente estudo tem por objetivo principalmente, já foi dito, reconstituir dois episódios históricos um dos quais, a determinação do local onde caiu Tiaraju, ocupa o primeiro plano cronologicamente.

Raciocinando fundado na exposição vertida das páginas anteriores, que nos permitiram restaurar quanto possível o itinerário dos exércitos ibéricos, assinalado na carta, podemos assentar conclusivamente, quanto à morte de Tiaraju:

1º - que ela ocorreu à margem esquerda do Vacacaí;

2º - que se deu a coisa de 8 ou 10 quilômetros, uma légua e meia aproximadamente, além do acampamento do dia 7;

“O corpo principal seguiu os índios e à distância de légua e meia os atacou, matando o cabo principal, que era um índio de grande valor chamado Sepé.” (Relatório de G. Freire a Diogo de Mendonça.)

3º - o local seria pouco afastado da margem do rio, porquanto a marcha em retirada dos índios perseguidos se realizava pelo alto das coxilhas no rumo norte-nordeste marcando um itinerário extreme de acidentes do terreno como é natural, quase paralelo (ou divergindo pouco sensivelmente) ao rio, que a essa altura torce o seu curso de leste para nordeste;

4º - que era esse o local muito aproximado ou junto de um mato ou capão.

É preciso assentar, desde logo, portanto, que devemos seleccionar em qual dos matos ou capões aí existentes tombou Sepé.

Na região cujo estudo nos ocupa não há, e parece não ter havido, capões isolados dignos de nota. Existem várias restingas de pequeno percurso, todas confluindo ao Vacacaí de distância em distância, mais ou menos paralelamente, aproximadas de 1 a 3 quilômetros, orladas de mata secular, não muito basta, outrora mais do que atualmente. Entre estas, destaca-se uma, bem próxima à colina onde existe hoje a cidade de S. Gabriel denominada sanga da BICA, em cuja nascente, a meu ver,

fica o local que reúne maior soma de probabilidades para receber a sagração da imortalidade.

Resumindo:

Quanto ao meu julgamento, Sepé tombou junto à cabeceira da restinga da BICA, a oeste da coxilha em que quase meio século depois – em uma antiga aldeia de índios – foi erigida a capela de S. Gabriel.

Pode-se admitir, talvez, a hipótese de ter sido um pouco mais adiante, na restinga imediata, a 1 quilômetro distante, COVA DA ONÇA. A vertente que vem depois – sanga LAVA-PÉS – é desprovida de qualquer vegetação saliente, e já estaria fora da distância razoável.

Quanto às demais restingas a que me referi acima, entre as quais há algumas com bastante mata, ficam entre as terras da sucessão José Lima e as da estância TRILHA, todas a menos de uma légua do citado acampamento de 7, espaço aquém do razoável, isto é, das distâncias marcadas sem discrepância nos documentos referidos em que assentamos as nossas conclusões.

Cumpré ainda acrescentar um argumento: as distâncias assinaladas para as marchas subsequentes e conducentes nos dias imediatos a pontos de nomes conhecidos desde então, confirmam o traçado do itinerário – argumento irretorquível em prol do meu julgamento.

Eis por que ousou reclamar atenção dos estudiosos das tradições da nossa terra, e da nossa gente, para as ilações racionalmente acima lançadas, atinentes a episódio tão interessante quão lamentavelmente esquecido, mal contado, quando não ignorado.

Sem pretensão à infalibilidade, estou convencido de que algo elucidei no tocante à reconstituição do itinerário da expedição no espaço geográfico mais interessante das suas operações; isto é, logrei estabelecer o roteiro das marchas que me permitiu fixar o sítio onde foi morto Tiaraju, proximamente a um dos poucos capões ou matos que, contérminos, adornam até hoje os arrabaldes de S. Gabriel.

Também ora ressurge a coxilha em que se travou o combate cruento de 10 de fevereiro, assinalada logo adiante.

Ainda ao município da hoje S. Gabriel cabe a glória de encerrar o torrão em que se feriu o combate que abriu as portas à civilização lusitana na sua marcha para as margens do Uruguai, de decisiva influência para os destinos do Rio Grande.

O INIMIGO CONTINUA O RECUO

A 8 de fevereiro (1756), o grosso dos exércitos — que ficara acampado, como vimos, à margem direita junto ao Vacacaí, enquanto Viana comandando vários esquadrões de dragões à vanguarda se distanciara atacando vigorosamente os tapes, até a noite, obrigando-os à fuga – marchou ao meio-dia, atravessando o rio, em passo que tiveram de abrir, estacionando logo adiante, sobre a colina, às duas horas da tarde, tendo percorrido uma légua com rumo norte. (“Diário”)

Nesse estacionamento foram encontrar as tropas que progredindo desde a véspera aí pernoitaram após a pugna em que sucumbiu Sepé.

Nele não havia lenha nem água, mesmo para lavar roupas. O calor abrasava.

Nesse dia não houve inquietação da parte dos indígenas. Entretanto, “deu parte a guarda do campo de avistar muitos índios e logo o nosso general mandou reforçá-la com os piquetes. O general espanhol mandou um corpo de 600 homens seus e nossos com ordens de os ir atacar. Marchou este meia légua e deu parte que era muita a indiada. Quis o dito general mandar retirar o corpo, porém o nosso não conveio, dizendo que era dar mais valor aos ditos índios vendo que nos retirávamos, com o que assentaram ambos, que marchasse todo o exército, e pelo meio-dia se pôs em marcha, passando primeiro o rio, e chegando o nosso ao lugar onde já estava o corpo que havia saído, fez alto, formando em batalha, esperando as ordens do general espanhol que chegou às duas da tarde, ordenando que acampássemos neste lugar”. (Relatório de Gomes Freire, citado.)

No imediato, procurando atingir o divisor de águas da Coxilha Grande, avançou uma légua e três quartos, acampando pouco antes das 10 horas da manhã. Nessa ocasião, à retaguarda do estacionamento um soldado disparou um tiro em um touro, ocasionando grande alarme,

a ponto de ter o general Freire montado a cavalo para examinar o que havia.

Veio a notícia de que os índios haviam morto dois espanhóis que estavam carneando alguns touros dos que havia pela campanha.

Neste dia (9 de fevereiro, 1756) escrevera de Buenos Aires Valdelírios a Gomes Freire:

“En la carta de oficio que escribo a V. Exa., verá que Su Majestad ha descubierto y asegurado de que los jesuitas de esta Provincia son la causa total de la rebeldía de los Indios. Ya mas de las providencias, que digo en ella haber tomado, despidiendo a su confesor, y mandando que se envíen mil hombres, me ha escrito una carta (propia de un soberano) que yo exhorte al Provincial echandole en cara el delito de infidelidad, y diciendole, que si luego no entrega los pueblos pacíficamente sin que se derrame una gota de sangre, tendrá Su Majestad esta puebra mas relevante; procederá contra el y los demás padres por todas las leyes de los derechos canónico y civil; los tratara como reos de lesa Majestad, y los hará responsables a Dios de todas las vidas inocentes que se sacrificassen, etc”.

Espanhóis e portugueses depois da passagem do Vacacaí procuraram galgar a Coxilha Grande, aliás assinalada pelo rasto da tropa guaraníca.

De 9 para 10 de fevereiro, dormiram à vista amigos e inimigos procurando os missioneiros entrincheirar-se como podiam, cavando a terra e aproveitando profundas barrancas existentes no desfiladeiro (passagem apertada) das nascentes do arroio Caiboaté sobre o divisor de águas da Coxilha Geral. Estavam senhores das aguadas à retaguarda e nos flancos.

O alferes real de S. Miguel – Cunhatá – opinava pela prossecução da retirada e entrincheiramento na serra desde Caiuru, Boca-do-Mato (do Monte, para os espanhóis), até que chegasse mais gente. O corregedor da margem direita do Uruguai que aí estava com tropas auxiliares, teimosamente sustentava que: “se agora não brigarmos, quando brigaremos então? ” Outros acrescentavam: “para que viemos cá, senão para vencer ou morrer? ” Argumentavam, ainda, os instigadores: embora o efetivo inimigo a enfrentar fosse maior que de outras vezes, podiam derrotá-lo, pois é sabido que os europeus agem mais por palavras que

por obra, conforme os exemplos registrados com os portugueses, em Jacuí, um ano antes.

É de crer-se que por incapacidade de raciocínio se afoitassem muito os índios e seus chefes a permanecerem amarrados ao local, na esperança de que os peninsulares se detivessem, respeitando-os, de modo a lhes permitir ensejo a inquietações e assaltos de emboscadas, que os fatigassem e os obrigassem a uma retirada, mesmo antes do formidável obstáculo que era a serra Geral, onde tão propiciamente indicada era a resistência.

Essa teimosia era também o produto de uma elaboração penetrada pouco a pouco, nascida havia longa data, e, portanto, arraigada no subconsciente, resultado do poder moral e material que saturava a autoridade dos missionários, aumentada e extensiva às gentildades *reduzidas* depois desses quatro anos de reação em que as vitórias parciais e as protelações inequívocas lhes estimulavam a prosseguir na insana rebeldia.

Poucos anos (1748) antes dos acontecimentos em tela, o padre F. Rodrigues, Geral da Companhia, divulgou a arrogante frase: – “Exteriorum acies non timemus. Nihil foris conturbare nos potest”.

Assim obstinadamente, viram aproximar-se os exércitos inimigos desde cedo.

No dia 10, pelas 6 horas da manhã, marcharam estes em direção aproximadamente norte tendo percorrido cerca de uma légua e três quartos (11 quilômetros), quando tiveram de estacar por terem sido descobertas numerosas forças guaranis, alguma formada a cavalo e maior parte a pé, em número aproximado a 1.800, cercando uma grande lomba, a certa distância senhores das aguadas, procurando impedir que os exércitos progredissem.

Nicolau Ñeenguiru, corregedor e natural do povo de Concepción, violinista, pastor afável, morubixaba, a que já aludimos, achando-se presente, no teatro das operações, no campo de batalha, foi o acidentalmente escolhido para substituir Tiaraju no comando geral. Não havia segundo comandante. Este como vimos hábil e cauteloso, convencido da insuficiência de elementos materiais próprios a enfrentar com probabilidade de êxito as tropas regulares de Freire e Andonaegue, havia limitado a sua ação inteligente às guerrilhas, emboscadas e ardis capazes

de fazer algum dano e perturbar retardando quanto possível a progressão do adversário. Procurava, também, desse modo, conservar alevantada a força moral e o ânimo das suas hostes, ao mesmo tempo que o seu efetivo ia constantemente aumentando com reforços quase diariamente recebidos das reduções.

Em conselho havido nas reduções entre os caciques dos povos interessados, assentaram que se os seus efetivos fossem insuficientes, só acometeriam os exércitos inimigos na passagem da serra, onde efetuariam prévia concentração de todas as forças de que pudessem dispor.

Ñeenguiru, entretanto, não compreendia talvez que assim lograsse vantagens sobre o inimigo. Contrariando a opinião de outros caciques, decidiu-se a aceitar batalha campal apoiando-se no ardor ab-reptício de um tuxava correntino, que opinava pela luta imediata.

A posição ocupada propriamente pelos guaranis na manhã de 10, sob um sol escaldante, é um ressalto do terreno de cerca de dois quilômetros, situada transversalmente, mas conjugada ao grande divisor de águas que define a Coxilha Geral. Essa colina é orientada na direção sudeste-noroeste, com declives acentuados nas suas extremidades, as quais vertem águas, a leste, para o arroio Caiboté, afluente do Vacacaí, a oeste para o banhado da Divisa, vertente do Cacequi. À direita, principalmente, há fortes pendentes e muitas barranqueiras, bibocas e matas, isoladas, sendo o terreno, por isso, dificilmente praticável.

Essa situação é exatamente a em que as nascentes do Cacequi mais se aproximam do rio Vacacaí como descreveu o superior das missões, padre Nusdorffer, e outros contemporâneos desses acontecimentos. Dista, pela estrada que segue a Coxilha Geral, 12 quilômetros da estação Bela Vista cuja denominação conseguiram recentemente seus habitantes mudar para “Tiaraju” com sobra de motivos justificados ante a direção da Viação Férrea.

Disse aquele jesuíta: “os soldados índios obedecendo ao seu chefe, retirando-se, haviam se colocado num lugar chamado Cacequi, próximo de uma lagoa denominada Jacaré-piru, não mui afastada de um posto denominado “Santa Catarina”. Nomes esses sobre - existentes.

A BATALHA

As tropas peninsulares foram logo metidas em linha de batalha, apeados todos os oficiais de infantaria. Aguardaram-se os trens que haviam ficado um pouco atrasados. Em seguida, assim que estes chegaram, retomada a formação de marcha, pelas 11 horas da manhã, recomeçou o movimento para a frente, rumo norte, espanhóis à direita, portugueses à esquerda; na vanguarda a artilharia grossa acompanhada de quatro esquadrões da cavalaria portuguesa. Quatro outros esquadrões faziam a retaguarda.

Tendo percorrido agora meia légua, feito alto, quase a tiro de mosquete da frente inimiga, restabelecida a linha de batalha a dois de fundo, foram distribuídas as baterias de artilharia à frente e correspondendo ao centro das formações de infantaria. As dos espanhóis, cobertas ou flanqueadas por um esquadrão de cavalaria, as dos portugueses, por uma companhia de granadeiros. Duas baterias da artilharia tomaram posição no centro e à vanguarda da formação em batalha dos exércitos.

As extremidades dos flancos dos exércitos foram ocupadas pelas respectivas cavalarias.

“A equipagem dos exércitos, constante de centenas de carretas, formou em duas partes, à retaguarda dos seus centros.

“Cada uma delas dividida em quatro grupos iguais, figurando-se três ruas espaçosas em cujos intervalos foi posto o gado. Em caso de ataque as últimas carretas fechariam os claros formando três quadras, guardadas por 200 cavaleiros além de todos os peões portugueses da demarcação, armados de lança.” (F. Bauzá, *ob. cit.*, pág. 271)

Os guaranis, a pé firme, esperavam na colina descrita, em linha, formando meia-lua. Dispunham de oito canhões de taquaruçu e de ipê retovados de couro.

Como se infere do “Diário” do Capitão Graell, os companheiros de Sepé, deixando o bosque em cuja adjacência foram derrotados no dia da morte deste morubixaba, partiram determinadamente para a colina onde se deu o encontro a 10 (comprovam várias cartas e papéis encontrados) com o fito de, incorporados ao grosso dos indígenas, esperar e combater o inimigo.

Logo que os missioneiros notaram a formação de combate disposta pelo inimigo, mandaram os respectivos chefes alguns dos seus em embaixada ao general espanhol, perguntando-lhe o que queria e o que procurava pelas suas terras (deles). Obtiveram como resposta – “que vinham de ordem de seu rei tomar e entregar os sete povos de Missões à coroa de Portugal, de conformidade com o tratado de limites em execução”.

Com tal resposta, mandaram pedir prazo para a levarem escrita pelo general, aos seus padres que diziam estar perto, sustando-se o ataque iminente até virem as constatações que, insinuavam, podiam demorar no máximo até o dia seguinte, provavelmente determinando a retirada deles índios.

Entrementes, prometiam retirar-se para o norte liberando-lhes, a instância dos generais, o cobiçado arroio situado à sua retaguarda, pois outra aguada não havia e estavam todos, homens e animais sitibundos.

Aos generais aliados pareceu tratarem os guaranis de um estratagema para ganhar tempo, enquanto melhoravam taticamente o terreno onde havia já ligeira organização defensiva, e a situação das próprias forças com a chegada de reforços esperados em que se contavam charruas e canhões. Andonaegue concedeu-lhes uma hora para desimpedirem o caminho, refletissem e deliberassem, assegurando-lhes que não os atacaria nesse comenos.

Findo esse prazo voltaram os rebeldes, novamente, com arengas prorelatórias: alvitavam permanecer nas posições que ocupavam enquanto os exércitos dos aliados, sitibundos, marchariam pela sua direita (deles) procurando o citado arroio, em que podiam acampar. Era uma cilada indisfarçável. Andonaegue respondeu-lhes que eles não nos governavam, que se retirassem logo; quando não, abriríamos caminho. O empenho de demorar-nos era estarem levantando terra e cobrindo-se com toda a força, pelo que lhes cominou que se retirassem; e se o não faziam em ouvindo tocar as caixas de guerra, certo iríamos castigar a sua rebeldia.

Em todo este tempo não quis o nosso general resolver nada por si, como queriam os espanhóis; e sempre respondeu estar pronto para executar as ordens do general espanhol, que era o auxiliado e sabia as que tinha da sua corte.

O governador de Montevideu preveniu ao nosso general: tanto que no exército castelhano se desse fogo a uma peça, fizesse o mesmo a nossa artilharia, porque os índios teimavam, e queriam que se metesse a noite para nos fazer alguma, a que ao mesmo tempo se seguisse o ataque.

Mandou o nosso general ordem a três esquadrões de dragões da esquerda que: tanto que se desse princípio ao ataque, carregassem sobre o lado direito dos índios pelo seu flanco. E por se dizer que ali tinham a sua artilharia, “mandou uma peça de amiudar com uma companhia de granadeiros para os flanquear, e que no ataque carregassem sobre o mesmo flanco”. (Relatório de Gomes Freire, citado)

João Sobrecasas, engenheiro espanhol participante da campanha, atestou que em Caiboaté as obras de defesa militar construídas pelos indígenas eram “um pedaço de trincheira rusticamente feita com o fim de tapar o caminho e fossos nas alturas para ocultarem-se e que lhes serviram de sepultura”.

Convencido o general castelhano da rebeldia e desobediência dos íncolas, determinou que os capelães à frente dos regimentos deitassem a absolvição aos seus soldados, preparando-os assim para a luta imediata. A sede era aflitiva e o calor sufocante. O inimigo ocupava todas as fontes do almejado e insubstituível desalterante líquido – nos flancos e à retaguarda. As frentes de batalha dos disputantes distavam aproximadamente 800 metros. Os indígenas ostentavam na linha as suas bandeiras de guerra.

O sol descambava. Uma hora da tarde. Depois de um viva a el-Rei, “a pouco espaço deu fogo a peça de sinal, e logo respondeu a nossa artilharia com a felicidade de matar o comandante dos índios”. (Relatório citado)

O fogo começara pelas baterias da artilharia da vanguarda. Simultaneamente a cavalaria espanhola carregou pelo flanco esquerdo do inimigo, abrigado em covas e fosso, enquanto pela direita atacavam forças portuguesas: artilharia citada, duas peças de amiudar com uma companhia de granadeiros, e três esquadrões de dragões sob o comando do cel. Tomás Luís Osório.

O fogo e o choque tiveram tal impetuosidade que dominaram desde logo completamente as massas inimigas, pondo-as em desabalada fuga.

Mortos vários morubixabas, e ante tão desigual duelo, nada lhes restava, sem dúvida, senão abandonar o campo de batalha, espalhados por toda redondeza, procurando livrar-se ao malfadado inglório excídio!

Barranqueiras, fossos, covas..., armas, vidas..., foi tudo desvairadamente abandonado!

Muitos, mais alucinados do que destemidos, descobertos pelos europeus nas brechas e barrocas que havia de um e outro lado do seu campo – relevantes nas nascentes do arroio Caiboaté – entre pontas e sangões, grotas e matas, fazendo-se fortes, atiravam com flechas. Estes eram prontamente esmagados com as repetidas descargas de mosquetes. Nesses peraus, por toda a parte, a tiro, a lança, perseguidos a fundo pela cavalaria, infantaria, peças de amiudar, iam mordendo o pó da argila que os abrigaria para sempre em holocausto à fé e à ignorância malconduzidas!

“Morto o grande Sepé, já não resistem
As tímidas esquadras. Não conhece
Leis o temor. Debalde está adiante,
E anima os seus o rápido Cacambo
Tinha-se retirado da peleja
Caitutu malferido; e do seu corpo
Deixa Tatuguaçu por onde passa
Rios de sangue. Os outros mais valentes
Ou eram mortos ou feridos. Pende
O ferro vencedor sobre os vencidos.
Ao número, ao valor cede Cacambo:
Salva os índios que pode e se retira.”
(B. Gama – *Uruguai*)

Deixaram tudo! 1.400 mortos, 127 prisioneiros! Quase seu exército todo! Material: peças de artilharia (de duas libras) feitas de taquaruçu retovadas de tiras largas de couro cru, como maneadores, permitindo uns 3 ou 4 disparos; 3 de artilharia de calibre um, espingardas, lanças, flechas, arcos, roupas, caixas, duas bandeiras de “nobreza” e o arreamento dos que haviam desencilhado os cavalos para combater a pé.

Escaparam-se quatro ou cinco centenas de homens, a maior parte dos que se achavam a cavalo.

“Os nossos esquadrões de dragões da esquerda e a gente de Corrientes, homens valorosos, carregaram sobre os do lado direito e por distância de mais de uma légua foram matando índios, e se julgou, pelos que se contaram e deixaram de contar, mais de 1.200 mortos e 150 prisioneiros. Haveria na trincheira, quando se deu o princípio ao combate, 1.800 entre infantaria e cavalaria; e era do mesmo número o do nosso exército atacante, por estar grossa escolta guardando as bagagens na nossa retaguarda.” (Relatório cit.)

Bauzá dá 1.511 mortos e 154 prisioneiros.

Segundo as partes oficiais foram feridos, do exército português, por flechas e lança, 20 homens, inclusive um alferes e o cel. Osório; este em 3 partes: com duas flechadas no braço direito e uma nas costas, sem perigo de vida. Foi morto traiçoeiramente, lanceado na barriga por um índio que de joelhos implorava garantia de vida, um soldado que o socorria. Um outro português, testemunha da miserável felonía, abateu com um tiro mortal o desgraçado assassino.

Do exército espanhol foram feridos 10 homens e mortos 3. Andonaegue foi atingido numa perna. Segundo Rio Branco, 41 foram feridos e 4 os mortos.

“Principiando a ação às duas da tarde se concluiu às 3 e 10 minutos.

“Deixaram os índios todas as suas bandeiras, caixas de guerra e artilharia, cujas peças eram da grandeza de *pedreiras* (armas de arremesso), feitas de madeira e forradas de couro, carregadas com bala miúda e a nenhuma deram fogo. Também tinham algumas pequenas minas malfeitas, que ficaram sem efeito.” (Rel. cit.)

Segundo refere Francisco Graell, oficial espanhol, em seu diário, o embate durou uma hora e um quarto. – Dela participaram os seguintes Povos: Santo Ângelo, São João, S. Miguel, S. Lourenço, S. Luís, S. Nicolau, La Concepción, Mártires e Santa María-La Maior.

Valdelírios fez celebrar em Buenos Aires a vitória, com *TE-DEUM* e repique de sinos. No Rio Grande também houve *TE-DEUM*, iluminaram-se as fachadas das casas durante três noites e houve missa cantada com o Senhor exposto.

“Acharam-se várias cartas nos mortos, pelas quais se veem no conhecimento de serem os ditos índios exortados e castigados pelos padres, para se oporem ao seu soberano e igualmente enganados por eles, pretendendo conservá-los republicanos, tendo já declarado a um com o título de Rei.” (Rel. cit.)

“Os prisioneiros de Caiboaté, intimados por alguns soldados portugueses e espanhóis, tinham levantado falso testemunho contra os padres. Depois de livres, descarregaram a consciência perante um notário apostólico.” (Escandon, cit. por Teschauer)

Pondo-se logo após o morticínio os exércitos em marcha, ainda pela Coxilha Grande, divisória neste trecho das águas Cacequi-Vacacaí, em direção aos bosques de Curral (matas do Pau-Fincado), procurando acampar onde houvesse água, adiantaram nesse dia além do campo de batalha, aproximadamente meia légua, acampando junto a um pequeno arroio, pontas do Caiboaté, para festejarem a vitória que lhes abrisse definitivamente as portas das Missões, com as recentes derrotas em que os índios perderam o seu único chefe capaz e, três dias depois, a quase totalidade dos seus combatentes veteranos.

No dia seguinte, uma légua e pouco ao nordeste, atingiram o outeiro Caiboaté, cume do longo divisor onde permaneceram acampados durante dois dias. Magnífico panorama para todos os lados, descortina-se dessa situação. O terreno é caracterizado por uma série de lombas desnudas, ao longo da Coxilha Geral, da qual faz parte o cume arenoso de Caiboaté, acima das matas que adornam as nascentes do arroio homônimo. Os exércitos estacionaram frente a sudoeste, de onde, observando-se à esquerda, numa baixada pouco afastada, avista-se um grande capão de alto arvoredado, provavelmente o que motivou o nome Caiboaté pelo qual é conhecida essa coxilha e o arroio citado, afluente do Vacacaí.

Uma esquadra do exército português, voltando nesse dia ao campo da ação para enterrar o soldado morto, lá encontrou os corpos de 12 homens sem vida. Eram os condutores de 2 carretas carregadas de vários gêneros, vivandeiros que haviam partido do Rio Grande com três dias de atraso dos exércitos e que, não logrando alcançá-los logo foram presos, conduzidos pelos índios e, por fim, mortos quando os detentores chegaram e observaram o lugar do exício.

* * *

A 12, tendo alguns soldados ido a um capão próximo buscar água (que nos altos para nada havia), foi um deles atacado por um tigre. Defendeu-se com uma faca, ferindo a fera nos joelhos. Foi salvo pelos camaradas, que lhe acudiram.

Quando a 13 os exércitos retomaram a marcha, encontraram no lugar em que pousaram um grande rebanho de ovinos deixados pelos índolas, dada a pressa com que fugiram. Reunidas, quatro mil cabeças desse gado foram fornecidas ao exército português para alimentação.

Neste dia regressaram ao acampamento quatrocentos correntinos que haviam seguido, bem montados, em perseguição aos extraviados. Trouxeram cavalhadas e muitas mulheres tomadas aos fugitivos.

Deixaram também os índios mil e seiscentos machos, mulas e burros hechores.

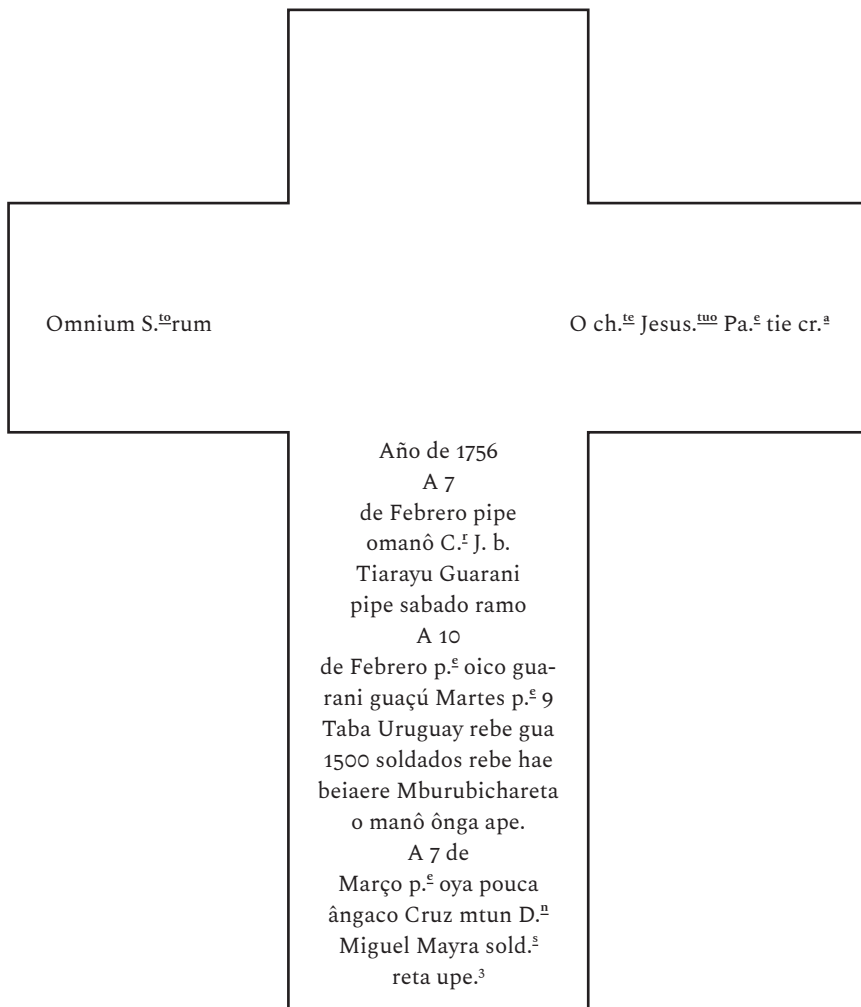
MATERIALIZAÇÃO DO CAMPO DA BATALHA

Agora é preciso, penso que até imprescindível, providenciem os poderes públicos na ereção de um monumento que ateste para sempre onde se consumou a talvez maior e quiçá mais esquecida hecatombe verificada na história rio-grandense.

Atendendo a necessidade cívica impreterível de materializar o local da batalha de Caiboaté, ora reconstituído, consegui do atual prefeito de S. Gabriel a promessa do monumento simbólico que sirva de ensinamento às gerações futuras.

É provável mesmo que o projeto seja prontamente executado, em vista da boa vontade expressa por aquela autoridade.

Seria talvez acertado, entre outros caracteres gravados no monumento histórico, restaurar a cruz ali cravada pelos jesuítas àquela época, com os respectivos dizeres e cujo desenho é o seguinte:



Cruz plantada na Cox. de Caiboaté no lugar da batalha contra os índios
Missioneiros, em fevereiro de 1756. Copiado do documento inédito
existente na B^{ca} N^{al} Rio, pelo coronel J. C. Rêgo Monteiro, 1933.

- 3 Tradução: No ano de 1756 a 7 de Fevereiro morreu o Corregedor José Tiaraju em uma batalha que houve em um sábado. A 10 de Fevereiro em uma Terça-feira houve uma grande batalha em que morreram neste lugar 1.500 soldados e seus oficiais pertencentes a 9 Povos do Uruguai. A 7 de Março mandou D. Miguel Mayra fazer esta Cruz pelos soldados.

Obs: Parece que Miguel Mayra, citado na inscrição, foi um índio de S. Lourenço a quem os padres Adolfo Escal e Miguel de Soto arvoraram em tenente, mais tarde, contra os espanhóis.

RUMO À SERRA

Nada mais me cumpria acrescentar, atinente ao tema.

O meu segundo e último objetivo foi alcançado: restaurei, reavivei a posição exata em que se feriu a batalha Caiboaté!

As minhas primeiras pesquisas – isto é curioso – ocasionaram comentários e atitudes pitorescas: notei certa esquivança em conseguir informações entre os raros bem velhos moradores de Caiboaté, a que recorri quando tratava de autenticar o local da batalha. Posteriormente, vim a saber, havia gente convencida – e ciciava – de que eu procurava descobrir um enterro de dinheiro dos jesuítas!

É bem verdade que a denominação Caiboaté é muito antiga e bem conhecida, citada nas primitivas cartas de concessão de várias sesmarias. Mas, é preciso notar, ela abrange uma região balizada num trecho da Coxilha Geral cuja superfície orça, pelo menos, em 60 quilômetros quadrados nela compreendidas diversas vertentes cabeceiras dos argilosos arroios homônimos. E, como o campo do recontro não teria excedido de 6 quilômetros quadrados, dada a formação de combate então empregada, cumpria-nos procurá-lo, levantando a sua indeterminação, situando-lhe o local. Foi o que consegui pela maneira demorada e trabalhosa já referida, por não ter obtido antes informações satisfatórias. Somente depois de firmar as minhas conclusões foi que tive o prazer de examinar a dilacerada carta de Chagas Santos, carinhosamente guardada no “arquivo” do Estado do Rio Grande, da qual reproduzo a parte em que vem assinalado o lugar da *hecatombe dos índios*. Penso, essa carta tenha sido desenhada antes de 1790. Com os elementos de verificação de que assim dispunha, voltei novamente ao exame do outeiro tristemente celebrizado. Desta vez, tive a satisfação de encontrar cravada no solo a haste principal de uma velha cruz que me constava existir nas proximidades e — na ocasião me confirmou uma *agregada* moradora – vinha sendo conservada, ali, para testemunhar o local em que teria havido, outrora, um *grande cemitério*.

Não tenho dúvida em julgar que esse pequeno símbolo está plantado no ponto em que, em 1756, fora levantada a grande Cruz dos jesuítas.

Eis como, concluindo os meus estudos, vim a ter, *a posteriori*, uma dupla verificação do rigor com que marquei o itinerário dos exércitos,

até aí, e, portanto, a exatidão do lugar assinalado, uns 28 quilômetros atrás, junto a S. Gabriel, em que foi abatido para sempre o intrépido Tiaraju, em arrojada refrega.

Alargarei ainda a narrativa com alguns períodos mais para mostrar, em rápida síntese, como esse e outros grandes sacrifícios estariam fadados a um pronto e integral malogro.

* * *

Os generais não conheciam o terreno e não tinham fixado o rumo da marcha a seguir depois de Caiboaté. Os espanhóis pretendiam ir diretamente sobre Missões, enquanto Gomes Freire propunha que o exército se recostasse, antes, ao rio Jacuí, para restabelecer a linha de abastecimento Rio Pardo-Rio Grande.

“Finalmente cedeu o general espanhol, muito contra o gosto do governador de Montevideú, que daí em diante andava descontente e mal com Andonaegue.” (Teschauer. *História do Rio Grande do Sul*, II vol., pág. 269).

Do acampamento em que se encontravam em 22 de fevereiro, Campo das Vacas, foi destacado um contingente de 100 espanhóis escoltando igual número de índios prisioneiros de Caiboaté para fazerem trincheiras no passo do rio Jacuí, situado a cerca de 20 léguas. A direção técnica da construção foi confiada a um engenheiro de cada exército. Também foram enviados, na mesma ocasião, dois oficiais de cavalaria, um espanhol e outro português, com 30 praças e peões, pelo mencionado passo, a Rio Pardo, conduzindo 250 mulas, a fim de transportarem deste entreposto, farinha para as tropas.

Na tarde de 6 de março chegou de Buenos Aires, via Rio Grande, Rio Pardo, Jacuí, um alferes espanhol com cartas enviadas por Valdelírios para os generais. Soube-se em seguida que uma era do rei de Castela a Andonaegue, em que dizia supor já teriam sido entregues os povos Missões e deles estarem apossados os portugueses; que, tendo conhecido a causa da demora na execução do tratado, despedira o seu confessor, padre da Companhia, como também o seu secretário de Estado; que, se ainda houvesse alguma oposição dos índios para a execução das suas

ordens “fossem eles e os padres levados a espada, com todo fogo e rigor da guerra, estando prontos para embarcar para Montevidéu, mil e tantos homens, e mais se necessários fossem”.

A 14 do mesmo mês, do acampamento do Vacacaí-mirim, partiram 100 dragões a reforçarem os que haviam ido buscar provisões em Rio Pardo. Outros, 150, foram mandados a 19. Assentaram os generais aguardar aí a volta dessas partidas.

A 21 regressaram todos com o esperado reabastecimento e correspondência, ficando o passo Jacuí fortificado e com 3 peças de artilharia.

A SUBIDA: PICADAS EXISTENTES

Em todo caso os exércitos para atingir às Missões deviam ascender à serra Geral, chamadas então “Monte Grande”, pelos castelhanos. Despeja as águas da sua banda oriental para a bacia do rio Grande de S. Pedro, através do Jacuí (Ygay), Botucaraí e Taquari (antigamente Tebiquari); as águas ocidentais, verte-as para o rio da Prata, que a limita por esse quadrante, correndo do norte a sul, pelo Ibicuí que extremado-a da campanha (abaixo da serra), corre de leste a oeste até desaguar no Uruguai.

Não havia nesses tempos uma passagem tolerável, ao menos, que permitisse transpor a serra dos Tapes, como por sua vez a chamavam os guaranis que a habitavam e os portugueses. Apenas poucas picadas, ou trilhos abertos na mata para o trânsito dos missioneiros, entre as suas estâncias ao sul do Ibicuí-mirim e Ibicuí, e a região de Cima-da-Serra.

Entre essas picadas havia duas (e não uma unicamente – a seguida pelos exércitos – como afirmaram vários historiadores: Bauzá, Gay, etc.) que pela situação dos Povos e estâncias a que deviam servir, atendendo às necessidades do custeio e abastecimento de gados, se tornaram mais deles conhecidas e frequentadas. Uma e outra cuidadosamente determinadas, seguramente depois de bem reconhecida e explorada a região, foram consagradas até nossos dias pelas facilidades relativas que apresentavam nessa alcantilada a impérvia natureza. Denominavam-se Picada de S. Martinho e Picada de S. Xavier. A primeira foi aberta pelos Povos de S. Luís, S. Lourenço e S. João; corta a serra numa garganta

prenhe de penhascos, formidáveis despenhadeiros, com a vantagem de ser estreita e atravessar somente o Ibicuí-mirim; tinha uma légua de extensão com desnível – nesse espaço – de 400 metros.

Ligava especialmente as povoações do Sto. Ângelo e S. Luís às estâncias que lhes eram tributárias localizadas sobre o Jacuí e o baixo Vacacaí.

Sobretudo era saliente nessa picada, já quase fora, na subida, um cerro com excepcional ingremidade para um lado e outro de sua transposição forçada. Era o Perau, ainda pouco modificado nos nossos dias.

“Nenhum padre dos que por aí passaram se atreveu transpô-lo a cavalo, subindo ou descendo. Se os índios tal o faziam, não podiam admitir, entretanto, que pudessem subir ou descer carretas.” (Nusdorffer, citado por Teschauer)

A segunda picada, feita pela gente de S. Miguel corta a serra Geral em contrafortes extensos, embora escabrosa, o é muito menos do que a outra. Galga o planalto com uma extensão de 6 léguas. Partindo de S. Lucas, atravessava o Ibicuí-mirim, o Toropi (não longe de sua barra), cortava o rincão de S. Vicente e remontava à serra, transpondo o Jaguari, nas cabeceiras, para sair acima de Santiago.

Servia particularmente para conduzir as tropas de gados das estâncias do sul do Ibicuí-mirim, e das que se estendiam às pontas do Vacacaí, do rio Negro e do Ibicuí-grande, cujo posto principal era Santa Tecla, como sabemos.

Os índios logravam atravessá-la com carretas; ao passo que na de São Martinho nunca o fizeram.

* * *

Quando os comandantes aliados tiveram de decidir sobre o caminho a galgar a serra, não dispunham, já o vimos, de elementos suficientes para agirem conscientemente, por não haver quem lhes informasse interessadamente a respeito.

Os missionários haviam, naturalmente, previsto ambas as soluções, isto é, a marcha por uma ou outra dessas picadas, certos, em qualquer caso, das inauditas dificuldades que se lhes anteporiam para vencer os

tremendos embaraços, principalmente quanto ao transporte das carretas e da artilharia.

Chegaram mesmo a pensar que os europeus prefeririam contornar o notável obstáculo pelo forte do rio Pardo, e daí por Botucaraí. Constava até que teriam anteriormente explorado e aberto novo trilho na direção das Missões durante o armistício de 1755; notícia essa, aliás, firmemente contestada pelos guaranis incumbidos – naquele tempo – de vigiar os movimentos dos europeus.

Dessa dúvida só saíram os missionários quando no dia 20 de março, os exércitos transpondo o Vacacaí-mirim se aproximaram da mata da serra, visando a passagem por S. Martinho, onde havia uma guarda.

Viana vanguardava os exércitos quando a 22 embocaram na mata.

300 homens trabalharam durante 19 dias (23 de março - 11 de abril) a abrir e concertar caminho na abrupta serra. Mesmo assim constituiu verdadeira odisséia o cometimento da sua transposição: as deserções de soldados, muitos dos quais foram assassinados pelos guaranis, a mortandade e extravio da cavalaria e outros gados, as fadigas e estropiamento dos homens, foram consequências funestas da empreitada em que muitos destes perderam a vida.

É quase certo que, se Tiaraju não tivesse sucumbido, os exércitos peninsulares não transporiam a serra Geral, talvez nem o tentassem por temerário, senão absurdo. A arrojada transposição, mesmo sem inimigo que a embaraçasse, importou um sacrifício despropositado, em que as perdas de homens e os ônus decorrentes do esforço hercúleo não podem ser exatamente apreciados nos nossos dias.

A demora para atingir o alto da Serra “foi de 31 dias; 16 para se concertarem os caminhos nas duas serras do grosso mato, fazer o que de novo se abriu na grande eminência da segunda; e 15 para passarem todas as carretas, trens e mais bagagens destes dois exércitos”. (*Revista do I. H. G.*, vol. 16 pág. 272)

OCUPAÇÃO DOS POVOS

Em todo caso, esse formidável obstáculo foi vencido e a 16 de maio (1756) lograram as tropas das cortes europeias entrar no povo de S. Miguel; primeira etapa da submissão dos demais em curto prazo efetuada.

Estava de superior nestas Missões o Pe. Matias Estrobel que, por sua correspondência, apareceu como promotor da oposição à entrega das mesmas Missões; foi, porém, mais que ele, julgado diretor dos movimentos militares, o padre Lourenço Balda, cura de S. Miguel e homem já de idade.

A cura de Sto. Estanislau, P. Tadeu Henis, na sua narrativa existente em Simancas (*Efemérides*), vista por Porto Seguro, autor que copiamos neste comento, revela que os índios rebeldes seguiram a voz dos padres, ou o que vem a ser o mesmo, que estes eram os seus chefes.

Este missionário, preso em S. Miguel, interrogado por Viana, disse altivamente: “Al rey no le han costado nada estos pueblos; somos nosotros quienes los hemos conquistado con el Santo Cristo en la mano. S. M. no puede entregarlos a los portugueses; y si yo estuviera en la Corte, le informaría de modo que tal entrega no había de verificarse.” (“Relación de los servicios de Viana”, citado por Bauzá)

E, certo que não seria a primeira vez “que a Companhia disfarçava no zelo religioso a vindita mundana e carnalíssima pela perda dos antigos proventos e regalias”. (Latino Coelho, *ob. cit.*, vol. II, pág. 243)

A morte de D. João V de Portugal afastara do governo a Alexandre de Gusmão. D. José entregou a direção política ao Marquês de Pombal, foi um pouco influenciado contra pacto principalmente pelo insuspeito e bravo brigadeiro Vasconcelos.

VOLTA TUDO AO ESTADO PRIMITIVO

Até fins do ano 1756 permaneceram os generais Andonaegue e Gomes Freire indecisos, do mesmo modo que Valdelírios, ainda em Buenos Aires.

Em outubro, partiu Viana com 400 homens para o lugar denominado Salto, no rio Uruguai, a fim de esperar e escoltar Valdelírios, esperado

nas Missões. Foi esse o passo inicial da fundação da atual cidade de Salto, dado em novembro de 1756. Passando Viana, em setembro de 1757 a Maldonado, funda essa povoação.

Em princípio deste mesmo mês chegava de Espanha a Buenos Aires Pedro de Ceballos com mil homens.

Vinha substituir Andonaegue. Sem demora, dirigiu-se a Salto, e depois, a Missões, onde chegou em janeiro (1757).

Indo a S. Borja, e com a presença de Valdelírios, atendendo ao desejo de justificação dos jesuítas, fez teatralmente levantar um tablado na praça, em frente à igreja, onde recebeu formal depoimento dos povos inteiramente favorável aos mesmos.

A esse tempo se haviam retirado junto Andonaegue para Espanha e Viana para Montevideú.

Era evidente o propósito de protelar os trabalhos de demarcação, mesmo da parte de Gomes Freire, quiçá pensando em assegurar a posse da Colônia; e assim chegou o ano de 1759.

Este, tendo convocado uma reunião dos demarcadores, a que compareceu Ceballos, realizada em Jacuí, tendo combinado que iniciariam a demarcação quando ele regressasse, passou o exercício das suas funções a José Custódio de Sá e Faria, e, daí partiu, ainda em 1759, para o Rio.

A consequência de tantos sacrifícios (Portugal gastara três milhões de libras), agravados com a situação criada pelo terremoto que arrasou Lisboa, foi a desídia da corte portuguesa, ao mesmo tempo que, na Espanha, morria a rainha D. Bárbara deixando doente, inerte, o rei viúvo, em seguida falecido.

Separaram-se, assim, os negociadores, desgostosos, voltando tudo ao estado primitivo, ficando diminuída, em todo caso, a posse dos espanhóis em vastas terras que a breve tempo perderiam para sempre.

Malograda e infeliz campanha. Durante seis anos permaneceram as tropas das duas nações ibéricas nos povos conquistados de cuja transmigração não deixavam de cogitar. Entretanto, não foi possível aplicar o Tratado de 1750, decorridos de anos da sua assinatura!

Somente de Castilhos Grandes até ao Jauru pôde ser concluída a demarcação das fronteiras expressas no Tratado de Madri. De Jauru para o Norte, nem sequer foi começada.

Morta D.^a Bárbara de Bragança e o seu esposo, rei S. Fernando VI, subiu ao trono espanhol, em 1760, o irmão deste, Carlos III. Não lhe foi difícil anular o tratado, sendo em 12 de fevereiro de 1761 assinado em El Pardo o que declarava caducidade do anterior, revigorando-se as velhas convenções sobre os disputados territórios e limites.

“Cada novo ajuste ou negociação para compor a questão de limites era seguida de novas agressões e hostilidades de Espanha.” (Latino Coelho, *ob. cit.*)

A COLÔNIA NOVAMENTE ATACADA – TRATADO DE PARIS

O governador das províncias do Prata, D. Pedro de Ceballos Cortés y Calderón, procurou reocupar desde logo o território que em consequência voltara à coroa espanhola, reclamando-o inutilmente os portugueses.

Já no começo de setembro de 1762 um exército de 2.700 brancos, 100 índios e muitos gastadores, acampavam defronte a Sacramento. Sitiada desde 1º de outubro, rendeu-se a 30 deste mês, saindo os derrotados com todas as honras. Seu comandante, Vicente da Silva Fonseca, desde logo remetido preso, por covardia, para Lisboa, morreu alguns anos depois, encarcerado por não ter prolongado a resistência até a próxima chegada, certa, de reforços.

Poucos meses depois, em 6 de janeiro de 1763, um contra-ataque dos portugueses, que dispunham de 11 navios, com 160 canhões, incluindo alguns ingleses, entre eles *Lord Clive*, não deu resultado malogrando-se e tendo sucumbido o almirante MacNamara em consequência do incêndio total da sua nau.

O arrojo de Ceballos, estimulado pela vitória, levou-o a avançar da Colônia por Maldonado, e a atacar, tomando, a partir de 19 de abril, os fortes de S. Teresa, S. Miguel e Rio Grande.

Estes sucessos passavam-se quando já Portugal, Espanha, França e Inglaterra, firmavam o Tratado de Paris no sétimo aniversário do massacre de Caiboaté (10 de fevereiro de 1763). Esse tratado em seu artigo XXI mandou voltarem as coisas ao estado anterior à guerra.

Por isso, em 24 de dezembro Ceballos entregou a colônia do Sacra-

mento, mas não as ilhas de Martín García e Dos Hermanos, e nem o Rio Grande que havia de permanecer 13 anos sob posse espanhola. Da nossa linda província, mutilada, restava aos portugueses Rio Pardo, e daí para baixo, Viamão e o litoral próximo e ao norte. O surto de Porto Alegre vem dessa data.

Em 1776, falecia o prestígio moral dos jesuítas abalados por sua expulsão de Portugal e França, obra de Pombal e Choiseul, pela execução de muitos deles e pela tremenda propaganda contrária feita na imprensa, até que, em 1767, 27 de fevereiro, o rei despeitado escreveu a um dos seus instigadores, conde Aranda, determinando a expulsão dos religiosos da Companhia, de Espanha e Índia, ilhas Filipinas e outras adjacentes. Semelhante decisão foi mantida apesar do formal pedido ao rei do papa Clemente XIII, a quem Carlos III respondeu: “Para excusar al mundo un grande escándalo, por siempre guardaré oculta en mi corazón la abominable trama que ha motivado estos rigores. Su Santidad debe creerme sobre mi palabra: la seguridad y el reposo de mi existencia exigen de mi el mas absoluto silencio sobre este asunto.”

Foram substituídos por padres que apenas exerciam a administração religiosa dos povos. A dos bens e serviços foi entregue a funcionários civis. Daí data a decadência das Missões que só teve fim com o seu desaparecimento, tendo os índios – quase todos – voltado à vida selvagem, abandonando o aprisco da cruz, e ... desaparecendo também!

Cevallos teve ordem de retroceder e entregar a Portugal os respectivos territórios, Colônia do Sacramento inclusive (pela terceira vez), ao governador Pedro José Soares de Figueiredo Sarmento, substituído no começo do ano 1775 por Francisco José da Rocha.

Capistrano concluiu que do apego à posse das Filipinas procederam todas as concessões por parte da Espanha.

* * *

O ascenso de Carlos III de que se aproveitaram os jesuítas e o ódio do marquês de Grimaldi a Portugal dilatavam a dissensão. As incursões de Buenos Aires continuavam “e no ano 1774 a guerra ardia novamente naquelas paragens, onde as armas se cruzavam em redor do pomo

cobiçado”. Assim foi até 1776 em que Grimaldi e Pombal se debateram tenazmente, ocorrendo vários incidentes diplomáticos e continuadas providências de ordem militar até que, com o declínio do poderio de Pombal, coincidiu a direção dos negócios de Espanha passar às mãos de D. José Moñini, conde Florida Blanca, em 19 de fevereiro de 1777.

Doente el-rei D. José, passou a regência à rainha D.^a Mariana Vitória de Bourbon, espanhola e dedicada a seu irmão Carlos III. Tais fatos parecia facilitarem os acordos.

TRATADO DE SANTO ILDEFONSO – CONCLUSÃO

Em maio de 1777, o teimoso Ceballos investiu novamente a praça de Sacramento por mar e terra, rendendo-se Rocha à discricção, com os seus comandados, a 3 de junho do mesmo ano, obedecendo a instruções secretas do seu governo, que renunciara definitivamente o domínio do rio da Prata.

Após a tomada de Santa Catarina e as novas vitórias dos espanhóis veio o Tratado Preliminar de Limites de Santo Ildefonso (1º de outubro de 1777) e por eles ratificaram-se os tratados de paz de 13 de fevereiro de 1668, 6 de fevereiro de 1715 e 10 de fevereiro de 1763.

“Pombal resolveu abandonar definitivamente a Colônia (instruções secretas ao vice-rei do Brasil – marquês de Lavradio – de 9 de maio de 1775) por julgar quimérica e impossível a ideia de conservar nossas forças navais no Prata para garanti-la (a Colônia).” (Azarola Gil, *ob. cit.*, pág. 132)

A nova linha limite meridional, pelo Tratado de Santo Ildefonso, partindo do mar como a de 1750, depois de alcançar as cabeceiras dos rios que correm para o rio Grande e Jacuí, seguia por elas, passava por cima da do rio Araricá, afluente do Jacuí e da do Piratini e Ibinimi (Ijuí-mirim), afluentes do Uruguai, e seguia até a margem esquerda deste rio em frente à foz do Pepiriguaçu.

Portugal perdeu territórios no Rio Grande do Sul e a Colônia do Sacramento. A Espanha restituiu-lhe a ilha de Santa Catarina. (Exposição do Brasil ao árbitro na questão de limites brasileira-argentina. Tomo II)

O tratado preliminar de 1777 foi roto e anulado, como roto foi também o de Amizade e Garantia assinado em El Pardo em 11 de março de 1778, pela guerra superveniente em 1801 entre Portugal e Espanha. E assim ficou, para sempre, valendo o *uti possidetis*, aliás, reconhecido pelas duas Coroas desde 1750, como sendo a única regra razoável e segura para determinação das suas fronteiras na América do Sul.

A consequência definitiva dessa guerra e do tratado de paz de Badajoz de 6 de junho de 1801, que não estipulou o *status quo ante bellum*, nem revalidou o de Limites de 1777, foi “Portugal reter os territórios que conquistou no Rio Grande do Sul, e assim ficaram eles definitivamente anexados ao Brasil” graças à iniciativa de Borges do Canto e Santo Pedroso.

* * *

Refletindo sobre a malograda patriótica tentativa portuguesa, de estabelecer definitivamente as suas raias territoriais limitadas pelo rio da Prata, pode-se pensar que se, em vez de São Gabriel, Maldonado tivesse sido o ponto escolhido, a empreitada teria o êxito assegurado pela distância de 50 léguas assinaladas entre este porto e o de Buenos Aires.

Batalha de Caiboaté, de Ptolomeu de Assis Brasil, foi projetado e composto pelo Serviço de Formatação e Programação Visual do Senado Federal. A fonte é a Spectral, corpo 10,5, desenhada em 2017 pela Production Type, de Paris, inspirada no tipo Elzévir Nº 9, cunhado em 1882 pela Warnery Frères.

O livro foi impresso em papel Pólen Natural 80g/m² nas oficinas da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, em Brasília. Acabou-se de imprimir em novembro de 2023, de acordo com o programa editorial do Conselho Editorial do Senado Federal.

Sepé: 250 anos de heroísmo

Estamos diante de um livro que analisa e aprofunda uma face guerreira e patriótica da nossa História, poucas vezes vista sob um ângulo não somente histórico como também militar. O General Ptolomeu de Assis Brasil arriscou-se a traçar os caminhos do herói guarani Sepé que morreu frente a um exército colonial binacional. O volume é fruto de uma pesquisa bibliográfica precisa sobre o tema aliada a uma rigorosa investigação de campo.

Em 2006, decorreram 250 anos da morte de José Tiaraju, o Sepé. Visto pelo povo como santo, outros o veneram como herói. Sepé, apesar do não-reconhecimento oficial, é nome de escolas e ruas em vários municípios do Rio Grande do Sul.

O General Ptolomeu de Assis Brasil, que participou da Revolução de 30 e foi interventor de Getúlio Vargas no Estado de Santa Catarina, não chegou a presenciar sua obra vir a lume, morrendo no mesmo ano de 1935, antes da publicação dela. Fruto da pesquisa apurada de quem traz em sua biografia o passado de bacharel em matemática e ciências físicas, este pequeno volume é resultado do mesmo rigor utilizado pelo historiador para inventariar a guerra guaraníca.

O Conselho Editorial do Senado Federal, ao publicar este livro em sua coleção de obras sobre a História brasileira, honra a memória dos povos indígenas, as origens de peleja do povo gaúcho, reafirma a glória e “oficializa” este herói popular em sua brava luta em defesa de idéias e solo pátrio. Morto há 250 anos, Sepé continua mais vivo e representativo do que nunca.

Senador PAULO PAIM



BAIXE GRATUITAMENTE
ESTE LIVRO EM SEU CELULAR

Encontre este livro gratuitamente em formato
digital acessando: livraria.senado.leg.br

SENADO FEDERAL

